

MYRIAN T. M. DE ARRUDA E SÁ

**EXPANSÃO DOS CENTROS UNIVERSITÁRIOS NO
BRASIL APÓS A APROVAÇÃO DA LDB/1996 – UM
ESTUDO DE CASO DO UNIVAG - CENTRO
UNIVERSITÁRIO DE VÁRZEA GRANDE**

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
Campo Grande
Fevereiro- 2008**

MYRIAN T. M. DE ARRUDA E SÁ

**EXPANSÃO DOS CENTROS UNIVERSITÁRIOS NO
BRASIL APÓS A APROVAÇÃO DA LDB/1996 – UM
ESTUDO DE CASO DO UNIVAG - CENTRO
UNIVERSITÁRIO DE VÁRZEA GRANDE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Educação da Universidade Católica Dom Bosco como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Educação.

Área de Concentração: Educação

Orientador (a): Profa. Dra. Mariluce Bittar.

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
Campo Grande
Fevereiro- 2008**

**EXPANSÃO DOS CENTROS UNIVERSITÁRIOS NO
BRASIL APÓS A APROVAÇÃO DA LDB/1996 – UM
ESTUDO DE CASO DO UNIVAG - CENTRO
UNIVERSITÁRIO DE VÁRZEA GRANDE**

MYRIAN T. M. DE ARRUDA E SÁ

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. João Ferreira de Oliveira
UFG

Prof. Dr^a. Margarita Victoria Rodrigues
UCDB

Prof. Dr^a. Mariluce Bittar
Orientadora - UCDB

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por ter me dado a oportunidade de estar no mundo.

Ao Programa de Mestrado em Educação da UCDB, onde compartilhei momentos extremamente gratificantes e enriquecedores, em especial com os professores da Linha de Pesquisa “Políticas Educacionais”.

À minha orientadora, prof^a Dr^a Mariluce Bittar, meu muito obrigado.

A Santo Expedito e à N. Sra. Desatadora dos Nós, que me acalmaram em tantas noites de aflições.

Aos meus pais, meu querido sobrinho Junior e à minha família, agradeço todo o amor, carinho, compreensão e respeito.

Ao UNIVAG, por ter sido a Instituição que me possibilitou a pesquisa. Muito obrigada professoras Luzia e Laura.

Aos amigos, especialmente Suzana, que "agüentou minhas impaciências" em muitos momentos, e Suseli que me ajudou tanto nesses anos de mestrado.

Ao Hugo e à Amélia. Obrigada por tudo.

Tenho muito a agradecer, e a muitas pessoas que me auxiliaram a chegar até onde já estou...

SÁ, Myrian T. M. de Arruda e Sá. Expansão dos Centros Universitários no Brasil após a aprovação da LDB de 1996 – um estudo de caso do UNIVAG - Centro Universitário de Várzea Grande. Campo Grande, 2007. 131p. Dissertação (Mestrado) Universidade Católica Dom Bosco.

RESUMO

Esta dissertação está vinculada à Linha de Pesquisa “Políticas Educacionais, Gestão Escolar e Formação Docente” e tem como objetivo analisar, por meio de um estudo de caso, o processo de criação do Centro Universitário de Várzea Grande – UNIVAG e sua relação com o movimento de expansão de Centros Universitários no Brasil e com as políticas públicas para a educação superior, pós LDB (Lei nº. 9.394/1996). Os objetivos específicos estão assim delineados: a) verificar as características do processo de expansão dos Centros Universitários no Brasil; b) identificar a estratégia do UNIVAG - Centro Universitário de Várzea Grande para transformar-se em Centro Universitário. Como procedimento metodológico foi realizado: a) revisão bibliográfica sobre a temática; b) análise dos textos oficiais que regulamentam o estabelecimento do UNIVAG, principalmente os que se referem à sua transformação em Centro Universitário; c) análise da expansão da educação superior no Brasil no período de 1996 a 2004, por meio de dados do INEP/MEC; d) realização de entrevistas com professores, coordenadores e reitoria que vivenciaram a transformação de Faculdade para Centro Universitário, a fim de investigar as mudanças ocorridas (ou não) na visão desses protagonistas; e) categorização dos documentos e entrevistas. A pesquisa apresenta, ainda, a seleção de quadros e tabelas com o número crescente de instituições privadas no Brasil, de evolução de matrícula, dos cursos de graduação ofertados no UNIVAG e outros, demonstrando que nesse período de pós - LDB (N. 9.394/96), as mudanças na diferenciação das instituições e a concentração maior na iniciativa privada são realidades na educação superior. Como resultado observou-se, ainda, que a justificativa da expansão da educação superior está vinculada a interesses das políticas neoliberais que defendem a minimização do Estado nesse nível de ensino, deixando para a iniciativa privada, especialmente a empresarial, esse espaço educacional. Nas entrevistas identificou-se que as mudanças ocorridas na transformação da IES estavam mais relacionadas tanto à estrutura física do que às políticas internas do UNIVAG. As conclusões demonstram que a política para a educação superior pós LDB, gerou a expansão excessiva de IES privadas ocasionada, em parte, pelo discurso de formar profissionais para o mercado de trabalho. Para isso, houve necessidade de novas instituições e novos cursos provenientes da grande demanda para esse nível de ensino. Demanda essa que deveria ser contemplada pelas IES públicas, mas o financiamento necessário para tal não tem sido prioridade das políticas governamentais nos últimos anos.

PALAVRAS-CHAVE: Política de Educação Superior; Expansão da Educação Superior; Centros Universitários.

SÁ, Myrian T. M. de Arruda e Sá. Expansão dos Centros Universitários no Brasil após a aprovação da LDB de 1996 – um estudo de caso do UNIVAG - Centro Universitário de Várzea Grande. Campo Grande, 2007 131p. Dissertação (Mestrado) Universidade Católica Dom Bosco.

ABSTRACT

This dissertation is tied with the Line of Research “Educational Politics, Pertaining to school Management and Teaching Formation” and has as objective to analyze, by means of a case study, the process of creation of the University Fertile valley Center Great - UNIVAG and its relation with the movement of expansion of University Centers in Brazil and with the public politics for the superior education, after LDB (Law nº. 9.394/1996). The specific objectives thus are delineated: a) to verify the characteristics of the process of expansion of the University Centers in Brazil; b) to identify to the strategy of the UNIVAG - University Great Fertile valley Center to changed itself into University Center. The metodológico procedure it was carried through: a) bibliographical revision on the thematic one; b) analysis of the official texts that regulate the establishment of the UNIVAG, mainly the ones that if they relate to its transformation in University Center; c) analysis of the expansion of the superior education in Brazil in the period of 1996 the 2004, by means of data of the INEP/MEC; d) accomplishment interviews with professors, coordinators and reitoria who had lived deeply the College transformation for University Center, in order to investigate the occurred changes (or not) in the vision of these protagonists; e) categorização of documents and interviews. The research presents, still, the election of pictures and tables with the increasing number of private institutions in Brazil, of evolution of school registration, the courses of graduation offered in the UNIVAG and others, demonstrating that in this period of after - LDB (N. 9.394/96), the changes in the differentiation of the institutions and the concentration biggest in the private initiative are realities in the superior education. As result was observed, still, that the justification of the expansion of the superior education is tied the interests of the neoliberal politics that defend the minimização of the State in this level of education, leaving for the private, especially the enterprise one initiative, this educational space. In the interviews it was identified that the occurred changes in the transformation of the IES were related in such a way to the physical structure how much the internal politics of the UNIVAG. The conclusions demonstrate that the politics for the superior education after LDB, generated the extreme expansion of caused private IES, in part, for the speech to form professionals for the work market. For this, it had necessity of new institutions and new courses proceeding from the great demand for this level of education. Demand this that would have to be contemplated by the public IES, but the necessary financing for such has not been priority of the governmental politics in recent years.

KEY-WORDS: Politics of Superior Education; Expansion of the Superior Education; University centers.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Nº. de IES Públicas e Privadas no Brasil e os Centros Universitários	27
Tabela 2 - Nº. de IES nas Regiões do Brasil	28
Tabela 3 - IES na Região Sudeste do Brasil	28
Tabela 4 - Nº. de IES no Brasil	29
Tabela 5 – Nº. de Centros Universitários nas Regiões brasileiras	30
Tabela 6 - IES em 2004 por Organização Acadêmica	31
Tabela 7 – Nº. de IES no Brasil	32
Tabela 8 – Nº. de Cursos Presenciais de Graduação 2004 por Organização Acadêmica....	32
Tabela 9 - Vagas Ofertadas	33
Tabela 10 - Vagas Oferecidas nas IES em 2004 por Organização Acadêmica	33
Tabela 11 – Vagas Oferecidas nos Centros Universitários	34
Tabela 12 - Evolução do Número de Matrículas por Categoria Administrativa	34
Tabela 13 - Matrícula por Região Geográfica	35
Tabela 14 - Matrícula por Organização Acadêmica	35
Tabela 15 - Docentes por Titulação Segundo Categoria Administrativa no Brasil – Ano 2004	38
Tabela 16 - Evolução do Nº. de Funções Docentes em Exercício, por Grau de Formação - Brasil - 1996-2003	38
Tabela 17 - Docentes em Exercícios por Grau de Formação, segundo a Categoria Administrativa - Brasil -1998,2002 e 2003	39
Tabela 18 - Projeção de Matrículas	46
Tabela 19 - Nº. de Vagas, Inscritos, Matriculas e Concluintes do UNIVAG/2004	73
Tabela 20 - Conceito dos Cursos do UNIVAG 2004	87

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Cursos Oferecidos - UNIVAG – Faculdades Integradas de Várzea Grande.....	45
Quadro 2 - Cursos Oferecidos em 1999	49
Quadro 3 - Cursos de Pós-graduação <i>lato sensu</i> – vagas, matrículas e início de funcionamento	61
Quadro 4 – Corpo Docente e seu Regime de Trabalho – UNIVAG 2005/2.....	65
Quadro 5 - Cursos do UNIVAG - Centro Universitário 2000.....	71
Quadro 6 - Cursos do UNIVAG - Centro Universitário 2001/2002/2003.....	72
Quadro 7 - Cursos Tecnológicos do UNIVAG - Centro Universitário	72
Quadro 8 – Resultados das Avaliações dos Cursos de Graduação do GPA – Ciência da Saúde 2004/2005/2006.....	87
Quadro 9 – Resultado das Avaliações dos Cursos de Graduação Tecnológica 2004/2005/2006.....	87

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1 – Termo de consentimento livre e esclarecido.....	101
Anexo 2 – Relação dos Entrevistados.....	102
Anexo 3 – Roteiro de Entrevista.....	104
Anexo 4 – Projetos de Pesquisa de Docentes em Capacitação em Apoio Institucional 2004 a 2007.....	106
Anexo 5 – Fotos da infra-estrutura.....	108
Anexo 6 – Fotos das Clínicas Integradas.....	111
Anexo 7 – Fotos dos Laboratórios de Linguagens.....	112
Anexo 8 – Fotos da Feira de Leitura e Mostra de Cursos.....	113
Anexo 9 – Fotos das Produções na Varanda.	115

LISTA DE SIGLAS

LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

IES - Instituições de Educação Superior

CAE - Central de Assistência ao Estudante

CAI - Comissão de Avaliação Institucional

CAS - Conselho de Administração Superior

CEFET's - Centros Federais de Educação Tecnológica

CF – Constituição Federal

CLT - Consolidação das Leis do Trabalho

CNE - Conselho Nacional de Educação

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CONSEPE - Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

CTE's - Centros de Educação Tecnológica

ENC - Exame Nacional de Cursos

PCS - Plano de Cargos e Salários

PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional

PIB – Produto Interno Bruto

PNE – Plano Nacional de Educação

IEMAT - Instituição Educacional Mato-grossense

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

FADECO - Faculdade de Direito e Ciências Econômicas

FACET - Faculdade de Ciências Exatas e Tecnologia

FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

FMI - Fundo Monetário Internacional

GED - Gratificação de Estímulo à Docência

GEPPES - Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Políticas de Educação Superior

GPA's - Grupo de Produção Acadêmica

IFES - Instituições Federais de Ensino Superior

MBA - *Master of Business Administration*

MEC – Ministério da Educação

NPD - Núcleo de Processamento de Dados

NPJ - Núcleo de Prática Jurídica

UNIC – Universidade de Cuiabá

PAIUB - Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras

PCS - Plano de Cargos e Salários

PIPEX - Programa Interdepartamental de Ensino, Pesquisa e Extensão

PIBIC - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

PPC - Projeto Pedagógico do Curso

PSF - Programa da Saúde da Família - Unidade Básica do UNIPARQUE

PUC-Pr – Pontifícia Universidade Católica do Paraná

SESU - Secretaria de Ensino Superior do Ministério de Educação

SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

SRAc - Secretaria de Registro Acadêmico

TCC's – Trabalho de Conclusão de Cursos

TI - Tempo Integral

TP - Tempo Parcial

UCDB – Universidade Católica Dom Bosco

UE - Unidades de Ensino

UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

UEMS – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

UFMT - Universidade Federal de Mato Grosso

UnB - Universidade de Brasília

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

UNIDERP - Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal

UNIFESP - Escola Paulista de Medicina

UNIPARQUE – Unidade Básica do Programa Saúde da Família do Bairro de Várzea Grande - MT

UNIVAG - Centro Universitário de Várzea Grande

USP - Universidade de São Paulo

UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I – O PROCESSO DE EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL E O SURGIMENTO DOS CENTROS UNIVERSITÁRIOS	21
1.1 A expansão da educação superior no Brasil, a legislação, a criação e o crescimento dos Centros Universitários	21
CAPÍTULO II – A HISTÓRIA DA CRIAÇÃO DO UNIVAG – CENTRO UNIVERSITÁRIO	41
2.1 - O estado de Mato Grosso: breve caracterização.....	41
2.2 O UNIVAG: nascimento, estruturação e expansão inicial.....	44
2.3 A Implantação do UNIVAG - Centro Universitário: alterações estruturais e mudanças organizacionais	50
CAPÍTULO III – CRITÉRIOS LEGAIS E ACADÊMICOS PARA A IMPLANTAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO UNIVAG	76
3.1 A autonomia universitária – atendimento à exigência legal?.....	76
3.2 Participação da comunidade acadêmica.....	79
3.3 Pesquisa: passos iniciais.....	82
3.4 Condições de trabalho.....	89
CONCLUSÃO	93
REFERÊNCIAS	96
ANEXOS	100

INTRODUÇÃO

Combati o bom combate, terminei a carreira,
guardei a fé... (II Timóteo 4:7)

Com base na constatação do crescente número de novas instituições de ensino privadas no Brasil pós - LDB/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), o presente estudo analisa a expansão da educação superior no Brasil e em particular, a criação dos Centros Universitários em âmbito nacional, tomando como referência o UNIVAG – Centro Universitário de Várzea Grande, em Mato Grosso.

Nesse sentido, procurou-se compreender como e por que ocorreu o processo de criação e expansão de Centros Universitários no Brasil no pós – LDB (Lei n. 9.394/96), e como o UNIVAG se situa nesse contexto de expansão estrutural e conjuntural.

A educação superior pode ser considerada uma estratégia de desenvolvimento econômico especialmente nos países do Terceiro Mundo. No Brasil, no início dos anos de 1990, pautadas no discurso de modernização pelo presidente Fernando Collor de Mello (1990 a 1991), as instituições de educação superior (IES) direcionaram a formação de recursos humanos para atender a um mercado que emergia por causa da inserção do Brasil nessa economia globalizada (CORBUCCI, 2004).

Nos anos seguintes, as reformas da educação superior no Brasil no primeiro governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-1998) tiveram como objetivos principais a flexibilidade, a avaliação e a diversificação, tanto da oferta de cursos como de suas modalidades de organização. Nessa direção, as políticas educacionais implementadas pelo MEC para cursos de graduação imprimiram maior flexibilidade à organização curricular, enfatizando dinamicidade do currículo, adaptação às demandas do mercado de trabalho, integração entre graduação e pós-graduação, ênfase na formação geral e a

definição e desenvolvimento de competências e habilidades gerais (CATANI; OLIVEIRA; DOURADO, 2001).

Para os autores, “[...] a reformulação curricular poderá significar um processo de aligeiramento da formação visando à expansão e massificação da educação superior no país, (...) beneficiando o alargamento da educação privada mercantil” (Ibid, p. 78).

Ao analisarem a política de avaliação da educação superior no Brasil, Catani, Dourado e Oliveira (2002) afirmam que o sistema de avaliação constituído vem implementando, pouco a pouco, um processo de economização que altera objetivos, valores e processos educativos no campo da educação; o sistema de avaliação instituído amplia o poder de controle do Estado e altera significativamente a lógica de constituição do campo e o relacionamento entre as instituições de ensino superior; as políticas de avaliação estão promovendo mudanças significativas na gestão universitária, na produção do trabalho acadêmico e na formação profissional. Esses autores (2002, p. 113) chamam a atenção para o fato de que “[...] na prática, a avaliação vem ganhando, no Brasil, grande centralidade como forma de controle e de definição de políticas que estimulam a expansão competitiva no ensino superior”.

O processo regular de avaliação dos cursos de graduação e das próprias instituições de ensino superior condiciona seus respectivos credenciamentos e recredenciamentos ao desempenho mensurado nesta avaliação.

Articulada aos processos de avaliação, a educação superior no país vivencia claro processo de diversificação. A LDB, em seu artigo 45, possibilitou a diversificação das instituições superiores com seus variados graus de abrangência ou especialização, sendo que no Decreto n. 2.207, de 15/04/1997, que regulamenta o Sistema Federal de Ensino Superior, ficou estabelecido que as instituições de ensino superior, públicas e privadas, poderão se organizar em cinco categorias: 1) universidades; 2) centros universitários; 3) faculdades integradas; 4) faculdades, e 5) institutos superiores ou escolas superiores. Este Decreto afirma que a prioridade governamental quanto ao ensino superior é formar profissionais altamente qualificados para exercer tarefas complexas no mercado de trabalho e que a produção do conhecimento passa a ser estimulada pelo aparato governamental apenas nos centros de excelência.

As Faculdades Integradas, Faculdades, Institutos e Escolas mencionadas no Decreto, não gozam de autonomia, sendo obrigadas a pedir autorização ao MEC a cada curso de graduação que abrirem.

Já a Portaria n.639, de 13 de maio de 1997 dispôs sobre o credenciamento de Centros Universitários, para o sistema federal de ensino superior; no art. 1º afirma-se que “os Centros Universitários serão criados pela transformação de faculdades integradas, faculdades, institutos superiores, escolas superiores ou universidades, já credenciadas e em funcionamento, que demonstrem excelência no campo do ensino”.

Os Centros Universitários também possuem autonomia para criarem, organizarem e extinguirem, em sua sede, cursos e programas de educação superior, assim como remanejar ou ampliar vagas nos cursos existentes, mas não são obrigados a fazer pesquisa¹.

Além das instituições superiores citadas acima, ainda existem os Centros de Educação Tecnológica (CTE's) e os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET's) que podem oferecer cursos de nível superior na área tecnológica.

Com a aprovação da LDB, a União definiu diretrizes e metas para os dez anos seguintes, visando matricular todos os educandos dos sete aos 14 anos, promover cursos presenciais ou a distância e qualificar os docentes.

O PNE, aprovado em 2001, previu, dentre outras metas, atingir até o final da década, o índice de 30% dos brasileiros na faixa etária de 18 a 24 anos frequentando o ensino superior. Para que esse índice possa ser atingido, foi previsto, inicialmente, um suporte financeiro na ordem de 7% do PIB nacional para a educação. Essa meta foi vetada. Dados do INEP sobre a frequência à escola na educação superior das pessoas nesta faixa etária, referentes a 2001, apresentavam o Brasil com índice de 9%, sendo que a Região Centro-Oeste encontrava-se com 9,8%. O maior índice de frequência foi registrado no estado de Santa Catarina, com 14,2% de matrículas. Em geral, de 1990 a 2002, o número de matrículas na educação superior no país aumentou 126%, passando de 1,5 milhões para

¹ Há um discurso jurídico sobre a legalidade dessa autonomia, já que foi concedida por meio de Decreto, enquanto a da universidade está prevista na CF/1988. O Decreto que criou e regulamentou o funcionamento dos Centros Universitários foi o de n. 2.207, de 15/04/1997, posteriormente substituído pelo Decreto n. 2.306, de 19/08/1997, e por fim o de n. 3.860/2001. A criação deste novo tipo de instituição – o Centro Universitário – e a concessão de autonomia ao mesmo, possibilitou a quebra do chamado “modelo único”, estabelecido pela Constituição Federal de 1988, que preconizava a indissociabilidade entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão, isto é, com os Centros Universitários, abriu-se a possibilidade da autonomia universitária, mas sem a pesquisa científica, com a liberdade para abertura de novos cursos de graduação, bem como de ampliação do número de vagas oferecidas.

3,5 milhões de estudantes. Porém, essa expansão se concentrou na rede privada (153%), enquanto na rede pública o crescimento foi de 82% (INEP apud BITTAR; ALMEIDA; PISTORI, 2006 p.7).

Esse processo de expansão e privatização ocorreu em todo o Brasil, especialmente no que diz respeito aos Centros Universitários e outras instituições não-universitárias. Pode-se citar como exemplo, a criação da UNIVAG – Faculdades Integradas de Várzea Grande, no município de Várzea Grande, união das instituições: UNIVAG - Faculdades Unidas de Várzea Grande com seus cursos de graduação de Administração e Ciências Contábeis (bacharelados) e dos cursos de História e Geografia (licenciaturas plenas); FADECO - Faculdade de Direito e Ciências Econômicas, com os cursos de Direito e Ciências Econômicas; e FACET - Faculdade de Ciências Exatas e Tecnologia, com o curso de Tecnologia em Processamento de Dados.

Em junho de 2000, depois de um processo que tramitou desde 1998, recebeu das instâncias o estatuto de Centro Universitário, credenciando-se como Instituição que deve garantir, sobretudo, a excelência do ensino de Graduação. A partir de 2000, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, o agora UNIVAG – Centro Universitário ampliou sua oferta de cursos de graduação (PDI-2003/2007).

Nessa época, o Censo da Educação Superior de 2000 (quatro anos após a LDB e primeiro ano de criação do UNIVAG), demonstrava que no Brasil havia 1.180 IES, sendo 1.004 na rede privada e 176 na rede pública. Do total de estabelecimentos públicos, 61 pertenciam à rede federal, 61 à rede estadual e 54 à rede municipal. Do montante de estabelecimentos privados, 698 enquadravam-se na categoria particular, enquanto 306 foram contabilizados no conjunto das IES comunitárias/ confessionais/ filantrópicas. Havia no país, 156 universidades, sendo 71 públicas e 85 privadas.

Os Centros Universitários passaram de 39 para 50 (período de 1997, logo após aprovada a LDB, a 2000 quando foi credenciado o UNIVAG). Desses 50 Centros Universitários, apenas um era da rede pública (MEC/INEP, 2000).

O Censo registrou também um total de 90 faculdades integradas, sendo 88 privadas. As faculdades, escolas e institutos são maioria, perfazendo um total de 865; desse total, 782 eram privadas, enquanto 83 pertenciam à rede pública. Registraram-se, ainda, centros de educação tecnológica, todos da rede pública (MEC/INEP, 2000).

Já no estado de Mato Grosso, em 1999, existia uma universidade federal e uma estadual. Em relação às IES privadas, existia apenas uma universidade no interior do estado. No ano de 2000 não houve mudanças quanto às públicas, porém em relação às privadas, houve a criação da Universidade de Cuiabá - UNIC, na capital, e outra no município de Várzea Grande, o UNIVAG – Centro Universitário.

A escolha do UNIVAG, para o estudo de caso, foi por ser este Centro Universitário o primeiro a ser credenciado e o único existente no estado de Mato Grosso no período da realização da pesquisa; e o fato de a autora encontrar-se inserida, como docente, na Instituição, no curso de Fisioterapia. Estava no ano de 2001 voltando a Mato Grosso, depois de 23 anos em Curitiba e de 10 anos como docente na PUC-Pr. Saía de uma instituição privada para uma outra privada, porém de categorias administrativas diferentes, ou seja, de uma “Universidade” para um “Centro Universitário”, motivo da escolha deste tema.

Esta pesquisa, de cunho qualitativo, foi desenvolvida mediante um estudo de caso do UNIVAG - Centro Universitário de Várzea Grande. Segundo Lüdke e André:

O estudo qualitativo é o que se desenvolve numa situação natural. É rico em dados descritivos, tem um plano aberto e flexível e focaliza a realidade de forma complexa e contextualizada (1986, p. 11).

Estudo de caso é o estudo de *um* caso, seja ele simples e específico ou complexo e abstrato. O caso é sempre bem delimitado, devendo ter seus contornos claramente definidos no desenrolar do estudo. O caso pode ser similar a outros, mas é ao mesmo tempo distinto, pois tem um interesse próprio, singular. Segundo Goode e Hatto (1961), o caso se destaca por se constituir numa unidade dentro de um sistema mais amplo. O interesse, portanto incide naquilo que ele tem de único, de particular, mesmo que posteriormente venham a ficar evidentes certas semelhanças com outros casos ou situações (1996, p.17).

Com esta delimitação buscou-se mapear a literatura nacional existente relacionada ao tema; o quadro teórico inicial serviu de suporte, a partir do qual norteou-se o estudo.

É importante ressaltar que o Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Políticas de Educação Superior - GEPPES, vinculado ao Programa de Mestrado em Educação da UCDB, que aglutina pesquisadores de várias IES, especialmente as do Centro-Oeste, do qual esta pesquisadora faz parte, contribuiu na busca da literatura e dos estudos direcionados às políticas educacionais.

Dentre as várias dissertações do GEPPE-UCDB, norteadoras deste estudo, destacam-se: a) a que versa sobre a Expansão e Interiorização dos Cursos de Direito em Mato Grosso do Sul, de autoria de Milena Pistori, 2004, em que foi analisada a relação entre as políticas públicas para a educação superior e o processo de expansão e interiorização dos cursos de direito em Mato Grosso do Sul no período entre 1965 e 2002; b) a que trata da Expansão Universitária em Mato Grosso do Sul - 1979-2001, de autoria de Eloísa Fernandes, 2003, que verifica e analisa o processo de expansão a que se refere o título nas quatro universidades existentes no estado, naquele ano: duas públicas, UFMS e UEMS, e duas privadas, UCDB e UNIDERP.

Para uma apreensão mais completa do estudo, para compreender melhor a manifestação geral do problema, baseia-se, este trabalho, nas seguintes questões: Por que foram criados os Centros Universitários? Por que ocorreu o processo de expansão de Centros Universitários no Brasil no pós - LDB de 1996? Como o UNIVAG se situa nesse contexto de expansão? Além da revisão da literatura, foram analisados os textos oficiais que regulamentam o estabelecimento da UNIVAG, principalmente os que se referem a sua transformação de categoria administrativa, que são o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI e o seu Regimento.

Uma vez analisado o processo de criação e expansão dos Centros Universitários no Brasil e identificadas as estratégias do UNIVAG para se transformar em Centro Universitário de Várzea Grande, procedeu-se à coleta de informações por meio de entrevistas semi-estruturadas.

As entrevistas tiveram por objetivo conhecer a concepção da reitoria, caracterizados como Eixo I, e dos professores mais antigos da Instituição, caracterizados nas entrevistas como Eixo II. No total foram 9 entrevistados que vivenciaram o antes (Faculdades Integradas) e o pós - credenciamento como Centro Universitário, e que permitiram a entrevista. Foram aplicadas questões abertas seguidas da tabulação e organização das respostas por afinidade de idéias, resultando em uma análise em relação à mudança de categoria institucional, ou seja, de Faculdade para Centro Universitário (Anexos 2 e 3, pg. 102 a 104).

O período de estudo desta pesquisa abrangeu os anos de 1996 – ano de aprovação da LDB, a 2004 – ano do último Censo da Educação Superior disponível no site do INEP/MEC quando foram analisados os dados da pesquisa.

Esta dissertação compõe-se de três capítulos:

O Capítulo 1 destinou-se a averiguar como ocorreu a expansão da educação superior no Brasil e a legislação e o crescimento dos Centros Universitários. Além disso, aborda a política para a educação superior após LDB, caracterizada pela expressiva expansão do número de alunos, do aumento do número de instituições privadas de educação superior e das vagas por elas ofertadas. Para a liberdade de criação de novos cursos e instituições, as IES passam a contar com as prerrogativas da autonomia universitária, podendo assim criar cursos e vagas.

No Capítulo 2 analisou-se a história da criação do UNIVAG – Centro Universitário, realizando uma breve caracterização do estado de Mato Grosso e em seguida, abordando o nascimento, estruturação e expansão inicial do UNIVAG. Finalizamos este capítulo descrevendo a implantação do UNIVAG - Centro Universitário, suas alterações estruturais e mudanças organizacionais.

No Capítulo 3 foram abordados os critérios legais e acadêmicos para a implantação e implementação do UNIVAG, analisando se a “autonomia universitária” atende às exigências legais; a administração superior e a participação da comunidade acadêmica; as condições de trabalho e os passos iniciais para implementação da pesquisa na IES.

As considerações finais procurou-se identificar as principais consequências da atual política educacional para a expansão da educação superior, especialmente no que se refere à criação dos Centros Universitários.

CAPÍTULO I

O PROCESSO DE EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL E O SURGIMENTO DOS CENTROS UNIVERSITÁRIOS

Neste capítulo, abordar-se-á o processo de expansão da educação superior no Brasil, bem como a legalidade proporcionada a esse processo pela LDB, n.9394/1996. Apresentam-se, ainda, os resultados dos Censos da Educação Superior divulgados pelo INEP relacionando-os com esse processo de expansão.

Por se tratar de um tema relevante, sobretudo para a área de políticas de educação superior, particularmente para as discussões em torno do processo de expansão desse nível de ensino, e também, para a análise acerca do papel dos Centros Universitários, este capítulo mostra, Com base nas mudanças relacionadas com os processos de desenvolvimento científico-tecnológico e da globalização, a expansão da educação superior de 1996 a 2004, especificamente a criação e o crescimento dos Centros Universitários.

1.1 – A expansão da educação superior no Brasil, a legislação, a criação e o crescimento dos Centros Universitários.

O surgimento dos Centros Universitários ocorreu no Governo FHC (1995-2002), em que se efetivaram uma série de ajustes estruturais, fiscais e de reformas orientadas à

reconfiguração das esferas pública e privadas, no âmbito do Estado, assim como da educação superior (SILVA R.; SGUISSARDI, 2001).

Esses ajustes foram realizados com a intenção de possibilitar a integração do país à economia mundial, e as medidas recomendadas foram: combate ao déficit público, ajuste fiscal, privatização, liberação/ajuste de preços, desregulamentação do setor financeiro, liberação do comércio, incentivo aos investimentos externos, reforma do sistema de previdência/seguridade social e, ainda, reforma, desregulamentação e flexibilização das relações de trabalho. Essas recomendações basearam-se no *Consenso de Washington* (final da década de 1980), e nas orientações do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, que podem ser sintetizadas no seguinte: equilíbrio orçamentário, sobretudo mediante a redução dos gastos públicos; abertura comercial, pela redução das tarifas de importação e eliminação das barreiras não-tarifárias; liberalização financeira, pela reformulação das normas que restringem o ingresso de capital estrangeiro; desregulamentação dos mercados domésticos, pela eliminação dos instrumentos de intervenção do Estado, como controle de preços, incentivos etc.; e privatização das empresas e dos serviços públicos (SGUISSARDI, 2006).

Para tanto, na educação, o Congresso Nacional através do Poder Executivo levou à aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei n. 9.394/96), que entre outras, propiciou, sobretudo por meio de decretos, a diversificação e flexibilização institucional.

Os Centros Universitários nasceram dentro do espírito de flexibilização da Educação Superior contida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (Lei nº. 9394, de 20 de dezembro de 1996) a qual dispõe em seu artigo 45 que: “a educação superior será ministrada em instituições superior pública ou privada, com variados graus de abrangência ou especialização”.

Tal aspecto foi regulamentado pela Portaria 639 de 13 de maio de 1997 e pelo Decreto nº. 2.306, de 19 de agosto de 1997 (ambos do governo FHC), onde no Decreto, em seu Art. 8º estabelece que as Instituições de Ensino Superior, do ponto de vista da organização acadêmica são classificadas em: I – universidades; II – centros universitários; III – faculdades integradas; IV – faculdades; e V – institutos superiores ou escolas superiores. Em seguida, no seu Art. 12º, instituiu-se a figura dos centros universitários, definindo-os como “*instituições de ensino superior pluricurriculares, abrangendo uma ou*

mais áreas do conhecimento, que se notabilizem pela excelência do ensino ministrado, comprovada pela qualificação do seu corpo docente e pela condição de trabalho acadêmico oferecida à comunidade escolar”.

Esse mesmo Decreto assegura no parágrafo 1º que fica estendida aos Centros Universitários credenciados a *autonomia* para criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior, assim como remanejar ou ampliar vagas nos cursos existentes, e, no seu parágrafo 2º, afirma que os centros universitários poderão usufruir de outras atribuições da autonomia universitária.

Até a década de 1990 e, particularmente, até a promulgação da LDB, as instituições de educação superior brasileiras eram autorizadas a funcionar em bases permanentes. Uma vez credenciada, a instituição podia funcionar indefinidamente, desde que cumprisse a lei. O processo de credenciamento era burocrático e não previa nenhum tipo de avaliação institucional futuro.

Começou a mudança quando as universidades, no início da década de 1990, passaram a adotar um sistema de auto-avaliação institucional, desenvolvido pelo MEC, denominado PAIUB (Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras), de caráter voluntário e definido pela própria instituição.

Em 1995, com a criação do Conselho Nacional de Educação (CNE), implanta-se também a avaliação periódica de IES (Instituições de Ensino Superior) e cursos (Lei n. 9.131/1995), significando que a partir daquele momento não mais existiria ato de autorização ou de reconhecimento ou credenciamento que tenha validade para sempre, pois periodicamente cursos e instituições deverão ser avaliados pelo poder público. Conforme o próprio texto da Lei, art. 3.º:

Art. 3.º [...] fará realizar avaliações periódicas das instituições e dos cursos de nível superior, fazendo uso de procedimentos e critérios abrangentes dos diversos fatores que determinam a qualidade e a eficiência das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) determina, no art. 46:

Art. 46. A autorização e o reconhecimento de cursos, bem como o credenciamento de instituições de educação superior, terão prazos limitados, sendo renovados, periodicamente, após processo regular de avaliação.

O Plano Nacional de Educação (PNE), criado pela Lei 10.172/2001, deixa explícita a necessidade de um Sistema Nacional de Avaliação, e, em seu artigo 4.º, o PNE estabelece que:

Art. 4.º A União instituirá o Sistema Nacional de Avaliação e estabelecerá os mecanismos necessários ao acompanhamento das metas constantes do PNE.

O Decreto nº. 3.860, de 9 de julho de 2001(governo FHC), determina que os pedidos de credenciamento e de credenciamento de instituições de ensino superior e de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores serão formalizados pelas respectivas entidades mantenedoras, e a Portaria nº. 1.465, de 12 de julho de 2001 em seu Art. 20 estabelece critérios e procedimentos para o processo de credenciamento de instituições de educação superior do sistema federal de ensino.

O Art. 3º dessa portaria (Portaria nº. 1.465) determina que a SESu solicite ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, INEP, a realização de avaliação na instituição em processo de credenciamento.

Já o Art. 23, do Decreto nº. 3.860, determina que os Centros Universitários sejam criados por credenciamento de instituições de ensino superiores já credenciadas e em funcionamento regular, e que apresentem, na maioria de seus cursos de graduação, bom desempenho na avaliação do Exame Nacional de Cursos e nas demais avaliações realizadas pelo INEP.

Em seu Art. 11, o Decreto nº. 3.860, estabelece que os Centros Universitários sejam instituições de ensino superior pluricurriculares, que se caracterizam pela excelência do ensino oferecido, comprovada pelo desempenho de seus cursos nas avaliações coordenadas pelo Ministério da Educação, pela qualificação do seu corpo docente e pelas condições de trabalho acadêmico oferecidas à comunidade escolar. Onde, no parágrafo 1º, estende aos centros universitários credenciados autonomia para criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior, assim como remanejar ou ampliar vagas nos cursos existentes. No parágrafo 2º afirma que os centros universitários poderão usufruir de outras atribuições da autonomia universitária, além da que se refere o parágrafo 1º, devidamente definidas no ato de seu credenciamento, nos termos do parágrafo 2º do artigo 54, da Lei no 9.394, de 1996.

No parágrafo 3º, o Decreto nº. 3.860, estabelece que a autonomia, tratada no parágrafo 2º, deverá observar os limites definidos no Plano de Desenvolvimento da Instituição, aprovado quando do seu credenciamento e credenciamento. E no seu parágrafo 4º, que fica vedada aos centros universitários a criação de cursos fora de sua sede indicada nos atos legais de credenciamento.

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) deverá contemplar, pelo menos, os seguintes itens: I - objetivos da instituição; II - projeto de qualificação e formação continuada do corpo docente; III - formas de fomento para a melhoria permanente da qualidade do ensino de graduação e das atividades de extensão; IV - política de atualização e renovação permanente do acervo bibliográfico e de redes de informação; V - plano de expansão do ensino de graduação e definição do perfil dos profissionais que pretende formar; VI - projeto de expansão e melhoria da infra-estrutura (Art. 5º da Portaria nº. 639, de 13 de maio de 1997).

O Decreto nº. 3.860, em seu parágrafo 4º, assegura que as instituições de ensino superior credenciadas como centros universitários e universidades e que possuam desempenho insuficiente na avaliação do Exame Nacional de Cursos e nas demais avaliações realizadas pelo INEP terão suspensas as prerrogativas de autonomia, mediante ato do Poder Executivo. E ainda em seu art. 38, que será sustada a tramitação de solicitações de credenciamento e credenciamento de instituições de ensino superior, e de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, quando a proponente estiver submetida a processo de averiguação de deficiências ou irregularidades.

A diretriz para a regulação do sistema é “planejar a expansão com qualidade”, e a expansão com qualidade se estabelece a partir de uma avaliação sistemática.

O Decreto 3.860/2001 foi revogado pelo Decreto 5.773/2006 (governo Lula da Silva), que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituição de educação superior e cursos superiores de graduação e seqüenciais no sistema federal de ensino, onde dispõe em seu Capítulo I, Art. 1º, parágrafo 3º, que a avaliação realizada pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES constituirá referencial básico para o processo de regulação e supervisão da educação superior, a fim de promover a melhoria de sua qualidade.

Para tanto, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) foi transformado em política de Estado e aprovada pelo Congresso Nacional, por meio da Lei 10.861, de 14 de abril de 2004, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (RISTOFF; GIOLO, 2006).

As dimensões da avaliação institucional, interna e externa dessa lei (SINAES) são:

- I – a missão e o plano de desenvolvimento institucional;
- II – a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;
- III – a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;
- IV – a comunicação com a sociedade;
- V – as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;
- VI – organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;
- VII – infra-estrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;
- VIII – planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional;
- IX – políticas de atendimento aos estudantes;
- X – sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

O SINAES avalia a instituição, o curso e o estudante. Avalia-se a estrutura e conteúdo curricular; as bibliografias básica e complementar; as estratégias de ensino; a titulação dos docentes; os recursos materiais; os serviços administrativos; os serviços de laboratórios e a infra-estrutura do curso (Projeto Pedagógico do Curso – PPC, e Projeto Pedagógico Institucional – PDI).

Amparado pelo sistema de ensino superior, o Decreto de 6 de julho de 2000, do Ministério da Educação credenciou, além de outros centros universitários, o UNIVAG - Centro Universitário de Várzea Grande, mantido pela IEMAT - Instituição Educacional Mato-grossense, ambos com sede na cidade de Várzea Grande, no estado de Mato Grosso.

É importante registrar que o crescimento da educação superior resultou principalmente da expansão das IES privadas que, de um total de 922 instituições em 1996,

eram 711, sendo, portanto, públicas 211 (77,2% privadas e 22,9% públicas). Já em 2004, as IES totalizavam 2.013, sendo que 1.789 eram privadas e 224 públicas (89% privadas e 11% públicas). O crescimento dos Centros Universitários também foi em favor das privadas. Em 1997, ano em que iniciou a abertura dos Centros Universitários, 13 centros universitários foram credenciados, todos particulares, porém representava somente 1,5% das privadas. Em 2004 já existiam 107 Centros Universitários, sendo três públicos e 104 privados, representando 5,3% das instituições privadas do país. Em 2000, se deu a abertura do primeiro Centro Universitário Municipal, no estado de São Paulo, e em 2001 o primeiro Centro Universitário Federal no estado de Minas Gerais. Até 2004 mais um Centro Universitário Municipal foi credenciado, também no estado de São Paulo, região Sudeste do país (Censos da Educação Superior de 1996 a 2004-MEC/INEP).

A Tabela 1 demonstra as IES públicas e privadas no país com especificação dos Centros Universitários com o objetivo de visualizar a realidade do crescimento das instituições no Brasil pretendida pela LDB.

Tabela 1
Nº. de IES públicas e privadas no Brasil e os Centros Universitários

CENSO	IES-BRASIL	PÚBLICA	PRIVADA	C. UNIV.	C. UNIV. Publico	C. UNIV. Privado
1996	922	211	711	-	-	-
1997	900	211	689	13	-	13
1998	973	209	764	18	-	18
1999	1.097	192	905	39	-	39
2000	1.180	176	1.004	50	1	49
2001	1.391	183	1.208	66	3	64
2002	1.637	195	1.442	77	3	74
2003	1.857	205	1.652	81	3	78
2004	2.013	224	1.789	107	3	104

Fonte: Censos da Educação Superior -MEC/INEP 1996 a 2004.

Em relação ao crescimento numérico das instituições no país (1996 a 2004), a Tabela 2 mostra que: a região Nordeste foi a que mais cresceu, apresentava 97 IES em 1996 e 344 IES em 2004, um crescimento de 354%. Em seguida está a região Norte, onde em 1996 havia 34 IES e em 2004 118 IES, 347% de crescimento. A região Sul, em terceiro lugar, cresceu 274%, sendo que em 1996 eram 122 IES e em 2004 334 IES. A região Centro Oeste, em 1996 possuía 94 IES e em 2004, 215 IES, um aumento de 228%. Em

último lugar em crescimento está a região Sudeste com a porcentagem de 174%, tendo, em 1996, 575 IES e em 2004, 1.001 IES.

Tabela 2
Nº. de IES nas regiões do Brasil

CENSO	IES-BRASIL	IES-NORTE	IES-NORDESTE	IES-SUDESTE	IES-SUL	IES-CENTRO-OESTE
1996	922	34	97	575	122	94
1997	900	34	101	553	120	92
1998	973	40	124	570	131	108
1999	1.097	42	141	634	148	132
2000	1.180	46	157	667	176	134
2001	1.391	61	211	742	215	162
2002	1.637	83	256	840	260	198
2003	1.857	101	304	936	306	210
2004	2.013	118	344	1.001	335	215
Crescimento	218%	347%	354%	174%	274%	228%

Fonte: Censos da Educação Superior -MEC/INEP 1996 a 2004.

Analisando a região Sudeste, Tabela 3, a de maior número de IES no país e a única com Centros Universitários públicos, pode se perceber também um predomínio das IES privadas, onde em 1996, de 922 IES, 488 eram privadas. Na época, já representava 53% das instituições do país, porém, na categoria pública, representava somente 9,5% no país (87 públicas).

Tabela 3
IES na região sudeste do Brasil

CENSO	IES-BRASIL	IES-SUDESTE	PÚBLICA	PRIVADA	C. UNIV.	Públ.	Priv.
1996	922	575	87	488	-	-	-
1997	900	553	85	468	10	-	10
1998	973	570	83	487	16	-	16
1999	1.097	634	76	558	29	-	29
2000	1.180	667	72	595	37	1	36
2001	1.391	742	75	667	50	2	48
2002	1.637	840	77	763	58	3	55
2003	1.857	038	81	857	60	3	57
2004	2.013	1.001	90	911	72	3	69

Fonte: Censos da Educação Superior - MEC/INEP 1996 a 2004.

Porém, em 2004, apesar da região Sudeste, em números, ser a que mais teve IES (Tabela 2), foi a região Nordeste que mais cresceu em porcentagem de abertura de IES nesse período, ficando o Sudeste com a menor porcentagem de crescimento.

Segundo os estudos de Britto, Mendonça e Almeida (2004), especificamente na Bahia, a oferta e a demanda de ensino superior cresceram, como ocorreu no conjunto do país, por quatro razões: primeiro, houve uma expansão acelerada do número de concluintes do ensino médio e um aumento da proporção destes que pretendia cursar o ensino superior. Segundo, confirmou-se a associação cada vez mais forte entre empregabilidade com melhores salários e grau de instrução superior. Terceiro, existiam expectativas positivas com relação ao crescimento da economia nacional, o que incrementava a propensão das classes médias a investir em cursos pagos. E quarto, houve uma flexibilização radical da política de autorização para a abertura de novas instituições e de cursos em instituições já existentes durante os dois governos FHC.

A Tabela 4 demonstra a porcentagem do crescimento de IES nas regiões do Brasil.

Tabela 4
Nº. de IES no Brasil

ANO/Nordeste	Nº. IES	%
1996	97	354%
2004	344	
ANO/Norte		
1996	34	347%
2004	118	
ANO/Sul		
1996	122	275%
2004	335	
ANO/Centro Oeste		
1996	94	228%
2004	215	
ANO/Sudeste		
1996	575	174%
2004	1001	

Fonte: Censos da Educação Superior de 1996 a 2004 - MEC/INEP

Em relação aos Centros Universitários, sua expansão e sua distribuição nas regiões do país, de 1996 a 2004, em ordem decrescente estão dispostas da seguinte forma: a região Sudeste com 72 Centros Universitários em 2004, sendo 69 particulares e 3 públicos; região Sul com 15 Centros Universitários em 2004, todos particulares; região Centro-Oeste, em terceiro lugar com 8 Centros Universitários particulares; região Norte com 7 instituições e todas particulares; e a região Nordeste com o menor número de Centros Universitários, tendo, em 2004, 3 instituições particulares. Abaixo se ilustra na Tabela 5 os estados, em suas respectivas regiões (em 2004), com os números dos Centros Universitários e o ano de início de credenciamento, e sua categoria administrativa, também em ordem decrescente de número de Centros Universitários.

Tabela 5
Nº. de Centros Universitários nas Regiões Brasileiras

ANO/Sudeste	Nº. IES	Publ.	Priv.	Região
1997	10	10		
2004	72	3	69	14-MG (priv.) 13-RJ (priv.) 39-SP (priv.) 3-SP (publ.) 3-ES (priv.)
ANO/Sul				
1999	6	6		
2004	15	15		6-PR; 3-SC; 6-RS
ANO/Centro-Oeste				
1997	1	1		
2004	8	8		2-MT; 2-MS; 4-DF
ANO/Norte				
1999	1	1		
2004	7	7		1-RO 4-AM 1-PA 1-TO
ANO/Nordeste				
1997	2	2		
2004	2	2		1-MA; 1-BA

Fonte: Censos da Educação Superior - MEC/INEP 1996 a 2004.

Desde que o Plano Nacional de Educação propôs para 2011 que o Brasil tenha na educação superior 30% dos jovens de 18 a 24 anos, proporção que hoje é de 12%, o ensino superior brasileiro tem vivido um período de acentuado crescimento. Este

crescimento é representado quantitativamente, pelo aumento de número de cursos, vagas, matrículas e IES, e qualitativamente pelo crescimento da proporção de doutores no sistema universitário tal como da proporção de estudantes de pós-graduações.

Porém, mesmo a expansão quantitativa do sistema de ensino superior, desde a LDB, sendo um fato positivo, este processo está relacionado principalmente com o setor privado, o que configura um descompasso das IES públicas.

Observando a Tabela 6, em relação à organização acadêmica, vemos que, no Brasil, as universidades, centros universitários, faculdades integradas, faculdades, institutos, escolas e centros de educação tecnológica, em 2003, somavam 1.859 instituições, já em 2004 totalizavam 2.013 IES. Desse total, os Centros Universitários estão representados por 107 instituições, 5,31% das IES no país, a maioria privada, quando em 1997 eram 13 instituições (0,64%).

Tabela 6
IES em 2004 por Organização Acadêmica

IES	TOTAL	PRIVADA - %	PÚBLICO
Universidades	169	86 – 51%	83 – 49%
Centros Universitários	107	104 – 97,2%	3 – 2,8%
Faculdades Integradas	119	116- 97%	3 – 3%
Faculdades/ Institutos/ Escolas	1.474	1.388 – 94%	86 – 6%
Centros de Educação Tecnológica	144	95 – 66%	49 – 34%
TOTAL	2.013	1.789 – 89%	224 – 11%

Fonte: Censos da Educação Superior - MEC/INEP 2004.

As faculdades integradas, depois dos Centros Universitários representavam o menor número de instituições e as faculdades, institutos e escolas superiores, representavam o maior número de IES no país.

Os centros tecnológicos, mesmo só iniciando seu funcionamento em 1999, já eram, em 2003, em maior número em relação aos Centros Universitários, e em 2004 em relação às faculdades integradas, conforme demonstra a Tabela 7.

Tabela 7
Nº. de IES no Brasil

ANO	TOTAL	UNI. *	C.U. *	F. INT. *	F./I./E. *	C. T. *
1997	900	150	13	78	659	-
1998	973	153	18	75	727	-
1999	1,097	155	39	74	813	16
2000	1,118	156	50	90	865	19
2001	1,391	156	66	99	1,036	34
2002	1.637	162	77	105	1,240	53
2003	1,859	163	81	119	1,403	93
2004	2,013	169	107	119	1,474	144

Fonte: Censos da Educação Superior - MEC/INEP 1997 a 2004.

*UNI = Universidade

*C.U. = Centro Universitário

*F./I./E./ = Faculdade/Instituto/Escola

*C.T. = Centros Tecnológicos

Ainda com relação ao crescimento quantitativo, o número de cursos de graduação registrado em 2002 era de 14.101, em 2003 era de 16.453 (14,3% em relação à 2002), e em 2004 registrou-se 18.644, um aumento de 11,33% em relação a 2003. Do total de cursos existentes no país, em 2003, 10.791 (65,6%) estavam no setor privado e 5.662 (34,4%) em instituições públicas, já em 2004, no setor privado encontravam-se 12.382 cursos (66,41%) e no público 6.262 (33,58%), o que evidencia um aumento do setor privado em relação ao público por ano.

Nas IES existentes (Tabela 8), continuam as universidades registrando o maior número de cursos oferecidos, sendo que, nesse quesito, a categoria pública supera a privada; em seguida estão as faculdades, institutos e escolas, porém a categoria privada em maior número em relação à pública (91,75% privada e 8,24% pública). Os Centros Universitários, apesar de estarem em último lugar em número de instituições no país em 2004, aparecem em terceiro lugar a oferecer cursos de graduação na educação superior e é a categoria administrativa com maior porcentagem de cursos privados do país.

Tabela 8
Nº. de Cursos Presenciais de Graduação por Organização Acadêmica

INSTITUIÇÃO	TOTAL	PRIVADA - %	PÚBLICO
Universidade	10.475	5.015 – 47,88%	5.460 – 52,12%
Centro Universitário	2.134	2.101 – 98,45%	3 – 1,54%
Faculdade Integrada	864	824 – 95,37%	40 – 4,62%
Faculdade/ Instituto/ Escolas	4.413	4.049 – 91,75%	364 – 8,24%
Centro de Educação Tecnológica	758	393 – 51,85%	365 – 48,15%
TOTAL	18.644	12.382 – 66,41%	6.262 – 33,58%

Fonte: Sinopse estatística do Ensino Superior graduação – MEC/INEP 2004.

O levantamento também revela, na Tabela 9, em relação ao crescimento quantitativo, que o número de vagas oferecidas na educação superior, desde 1996, vem aumentando.

Tabela 9
Vagas ofertadas

	Total	Pública	Privada
1996	634.236	183.530	450.723
1997	699.198	197.821	505.377
1998	803.919	214.241	589.678
1999	969.159	228.236	740.923
2000	1.216.287	245.632	970.655
2001	1.408.492	256.498	1.151.994
2002	1.773.087	295.354	1.477.733
2003	2.002.693	281.163	1.721.520

Fonte: Censo da Educação Superior - MEC/INEP 2003.

A Tabela 10 mostra que de 1996 a 2004 foram acrescidas 1.686.185 vagas no ensino superior no Brasil, sempre prevalecendo as vagas privadas em relação às públicas. Especificando 2004 em relação à organização acadêmica, percebe-se que continuam as universidades com maior número de vagas tanto para a rede privada quanto a pública, seguida pelas faculdades, institutos e escolas. Os Centros Universitários ficam em terceiro lugar em número de vagas, porém em último em relação às vagas públicas ofertadas.

Tabela 10
Vagas oferecidas nas IES em 2004 por Organização Acadêmica

INSTITUIÇÃO	TOTAL	PRIVADAS - %	PÚBLICAS - %
Universidade	1.028.931	777.556 – 75,57%	251.375 – 24,43%
Centro Universitário	379.622	374.328 – 98,61%	5.294 – 1,39%
Faculdade Integrada	126.307	121.967 – 96,56%	4.340 – 3,43%
Faculdade/ Instituto/ Escolas	710.695	681.681 – 95,92%	29.014 – 4,08%
Centro de Educação Tecnológica	74.866	56.397 – 75,33%	18.469 – 24,66%
TOTAL	2.320.421	2.011.929 – 86,71%	308492 – 13,29%

Fonte: Censo da Educação Superior - MEC/ INEP 2004.

O Censo de 1997 a 2004 mostra o crescimento das vagas dos Centros Universitários, quando começaram os credenciamentos para essa categoria institucional, onde se vê, na Tabela 11 quase 340% de aumento de 1997 a 2004.

Tabela 11
Vagas oferecidas nos Centros Universitários

ANO	TOTAL-IES	TOTAL – Centro Universitário
1997	669.198	70.354
1998	803.919	36.840
1999	969.159	105.201
2000	1.216.287	167.405
2001	1.408.492	211.984
2002	1.773.087	271.564
2003	2.002.683	302.458
2004	2.320.421	308.492

Fonte: Censo da Educação Superior - MEC/ INEP 1997 a 2004.

O último item abordado neste trabalho, referente ao crescimento quantitativo da educação superior diz respeito ao número de matrículas. Mais uma vez evidencia-se a supremacia da educação privada sobre a pública: Tabela 12

Tabela 12
Evolução do número de matrículas por categoria administrativa

ANO	TOTAL	PÚBLICA	PRIVADA
1996	1.868.529	735.427	1.133.102
1997	1.945.615	759.182	1.186.433
1998	2.125.958	804.729	1.321.229
1999	2.369.945	832.022	1.537.923
2000	2.694.245	887.026	1.807.219
2001	3.030.754	939.225	2.091.529
2002	3.479.913	1.051.655	2.428.258
2003	3.887.771	1.137.119	2.750.652
2004	4.163.733	1.178.328	2.985.405

Fonte: Censo da Educação Superior - MEC/ INEP 1996 a 2004.

Distribuindo as matrículas nas regiões brasileiras, pode-se observar pelo Censo da Educação Superior, que o Sudeste é a primeira região colocada em matrículas, seguida da região Sul, depois Nordeste, Centro-Oeste e, a de menor número, a região Norte. A Tabela 13, baseada no censo da educação superior de 1996 a 2004 ilustra tal afirmação. Porém, se analisarmos qual região que mais cresceu em porcentagem de matrículas nesses anos, podemos afirmar o seguinte: a região Norte foi a campeã de matrículas, cresceu 298%; o segundo lugar ficou para a região Centro-Oeste, com um crescimento de 274%; a região Nordeste é a terceira colocada, com uma porcentagem de crescimento de 223%; a região Sul com a quarta colocação, 213%; e a quinta e última colocada em crescimento de matrículas de 1996 a 2004 foi a região Sudeste. Por isso podemos dizer que não foi a

região com maior número de matrículas no país (Sudeste) a região que mais cresceu em matrículas nesse período.

Tabela 13
Matrícula por região geográfica

ANO	BRASIL	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO OESTE
1996	1.868.529	77.169	279.428	1.028.297	349.193	134.442
1997	1.945.615	77.735	289.625	1.053.281	378.566	146.408
1998	2.125.958	85.077	310.159	1.148.004	419.133	163.585
1999	2.369.945	94.411	357.835	1.257.562	473.136	187.001
2000	2.694.245	115.058	413.709	1.398.039	542.435	225.004
2001	3.030.754	141.892	460.315	1.566.610	601.588	260.349
2002	3.479.913	190.111	542.409	1.746.277	677.655	323.461
2003	3.887.771	230.227	625.441	1.918.033	745.164	368.906
2004	4.163.733	250.676	680.029	2.055.200	793.298	384.530

Fonte: Censo da Educação Superior - MEC/ INEP 1996 a 2004.

Por fim, essas matrículas, quando distribuídas por organização acadêmica, estão em maior concentração nas Universidades, seguidas pelas faculdades/escolas/institutos, depois pelos Centros Universitários e Faculdades Integradas (apenas em 1998 as faculdades integradas tinham maior número de matrículas que os Centros Universitários), e por último, os Centros de Educação Tecnológica (Tabela 14).

Tabela 14
Matrícula por organização acadêmica

ANO	BRASIL	UNI. *	C.U. *	F. INT. *	F./I./E. *	C. T. *
1996	1.868.529	1.209.400	-	245.029	414.100	-
1997	1.945.615	1.326.459	162.430	30.237	426.489	-
1998	2.125.958	1.467.888	61.836	154.361	441.933	-
1999	2.369.945	1.619.734	160.977	116.611	453.139	19.484
2000	2.694.245	1.806.989	244.679	144.441	474.814	23.322
2001	3.030.754	1.956.542	338.275	166.160	538.305	31.472
2002	3.479.913	2.150.659	430.315	179.707	676.053	43.179
2003	3.887.771	2.276.281	501.108	208.896	841.030	60.456
2004	4.163.733	2.369.717	614.913	200.695	901.976	76.432

Fonte: Censo da Educação Superior - MEC/ INEP 1996 a 2004.

*UNI = Universidade

*C.U. = Centro Universitário

*F.INT. = Faculdades Integradas

*F./I./E./ = Faculdade/Instituto/Escola

*C.T. = Centros Tecnológicos

Também aqui, quando se analisa a porcentagem de crescimento de matrículas nesse período, observamos que os centros tecnológicos tiveram um crescimento de 310%, o maior de todas as outras IES; os Centros Universitários ficaram com 308%; faculdades/institutos/escolas com 203%; universidades com 188%; e as faculdades integradas com 85% das matrículas.

Os dados apresentados evidenciaram que a expansão do ensino de graduação verificada de 1996 a 2004 foi, em grande parte, atendida pelo segmento privado. A rede pública, especialmente as instituições federais, cresceu em um ritmo mais lento se comparada ao setor privado.

O surgimento dos Centros Universitários e centros tecnológicos – que para continuarem a sê-lo devem cumprir uma série de requisitos legais e acadêmico-científicos sobre as atividades de ensino – em tese, deveria atender o objetivo de melhoria da educação superior.

O Censo/2004 mostra também um crescimento qualitativo da expansão ao quantificar o crescimento do corpo docente efetivamente mais qualificado (aumento da proporção de mestres e doutores no sistema universitário) tal como a proporção de estudantes de pós-graduações, nos fazendo acreditar que o objetivo é a busca de melhor qualidade.

Analisando as reformas da educação percebe-se que uma das principais preocupações com a acelerada expansão do ensino superior é a qualificação do corpo docente, justificando que esse investimento trará melhora na qualidade do ensino. Por conta disso, as políticas de incentivo à titulação dos professores da educação superior têm sido um eixo estratégico da ação do MEC para promover a melhoria da graduação e da pós-graduação, bem como para a expansão da pesquisa. A importância atribuída à qualificação docente nos processos de avaliação também motiva as instituições de ensino superior a investirem na melhoria do perfil do seu quadro de professores. Ao se levar em conta o Censo da Educação Superior de 2000, quatro anos após a LDB e três anos após o credenciamento do primeiro Centro Universitário, percebe-se um avanço muito significativo em relação aos professores titulados: nesse ano 52% dos professores que atuavam nas instituições de ensino superior tinham pelo menos o título de mestre, sendo que 20% do total tinham doutorado. A proporção de professores titulados era bem mais elevada no setor público (federais e estaduais). Nas federais, 67,9% dos professores tinham

pelo menos mestrado e 33,4% possuíam o título de doutor. Nas estaduais, o percentual de titulados era de 58,5% pelo menos com mestrado e 33,1% com doutorado. No setor privado, o número de professores titulados já era bastante expressivo: 43,4% tinham pelo menos título de mestre e 11,3% possuíam o título de doutor (MEC/INEP - Censo da Educação Superior 2000).

Sguissardi (2006) destacou que nos anos de 1995 a 2006, a concentração regional da pós-graduação foi muito mais acentuada que a graduação. A grande diferença em relação à graduação é a inversão da concentração por dependência administrativa: na pós-graduação ela ocorre no setor público, em especial no doutorado, e aqui ocupam lugar relevante as estaduais e, entre estas, as paulistas Universidade de São Paulo (USP) e Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). No ano de 1999, a pós-graduação *stricto sensu* estava extremamente concentrada no setor público, com 86,7%, contra 13,3% no setor privado. No nível do mestrado, o setor público respondia por 84,6% e o setor privado, por 15,4%. No nível do doutorado, o setor público respondia por 90,9% e o setor privado, por apenas 9,1% (SGUISSARDI, 2006). Em relação à concentração regional verificou-se que o Sudeste concentrava 65% das matrículas do mestrado e 80,3% do doutorado.

O Censo da Educação Superior de 2004 registrou, especificamente, um total de 107.400 estudantes de pós-graduação *stricto sensu*, sendo 69.860 mestrandos e 37.540 doutorandos e que destes 86% estavam matriculados no setor público (MEC/INEP – Censo da Educação Superior, 2004).

O referido Censo revelou também que em termos absolutos o corpo docente da educação superior ganhou nesse ano, 9.376 novos mestres, equivalente a um crescimento de 10,5%, e 3.944 doutores, correspondente a um aumento de 7,2%. Dos 9.376 novos mestres, 1.487 foram acrescentados ao setor público e 7.889 ao setor privado, significando que os mestres no setor público tiveram um crescimento de 6,1% e no setor privado de 12,1% no ano, em relação a 2003. Entre os doutores, o setor público acrescentou a seu quadro docente 1.492 dos 3.944 novos doutores, representando um crescimento de 4,3% no ano. O setor privado aumentou 2.452 novos doutores, representando um crescimento no período de 12,6%, três vezes superior ao percentual do setor público (Tabela 15).

Tabela 15
Docente por titulação segundo categoria administrativa no Brasil – Ano 2004

TITULAÇÃO	PÚBLICO %	PRIVADO%
Mestres	26,1	73,9
Doutores	62,5	37,5

Fonte: Censo da Educação Superior - MEC/INEP 2004.

O Plano Nacional de Educação - PNE, exposto nas metas para a educação superior se propõe a: “Promover o aumento anual do número de mestres e de doutores formados no sistema nacional de pós-graduação em, pelo menos, 5%” e “Institucionalizar um amplo e diversificado sistema de avaliação que englobe os setores públicos e privados e promova a melhoria da qualidade do ensino”. É através do PDI que as Instituições de Ensino Superior (IES) traçam políticas para a melhoria do ensino, investindo na estrutura física, em laboratórios e biblioteca, além do aperfeiçoamento da avaliação institucional e incentivo para a qualificação do docente.

Analisando a Tabela 15, identifica-se um aumento de 241% de mestres, no período de 1996 a 2003, e 226% de doutores na educação superior no Brasil, sendo a maior prevalência desses mestres e doutores nas instituições públicas (Tabela 16).

Tabela 16
Evolução do Nº. de Funções Docentes em Exercício, por Grau de Formação
Brasil - 1996-2003

Ano	Total	Especialização	Mestrado	Doutorado
1996	148.320	87.360	36.954	24.006
1997	165.964	95.068	43.792	27.104
1998	165.122	88.567	45.482	31.073
1999	173.836	88.050	50.849	34.937
2000	183.194	89.053	54.619	39.522
2001	204.106	94.819	65.265	44.022
2002	227.844	101.153	77.404	49.287
2003	254.153	110.378	89.288	54.487

Fonte: Censo da Educação Superior - MEC/INEP 1996 a 2003.

Porém, ao se observar (Tabela 17) a evolução desse crescimento percebeu-se que em 1998 havia 25.073 mestres nas públicas e em 2003 havia 24.229, representando uma diminuição de quase 103%. Enquanto nas IES privadas, em 1998 havia 20.409 e em 2003, havia 65.059 representando um crescimento de 318%. Quanto aos doutores, em 1998 havia 23.544 nas públicas e em 2003, eram 35.030, um crescimento de 148%. No entanto,

nas privadas os doutores passaram de 7.529 para 19.457 (1998 a 2003), um aumento de 258%.

Tabela 17
Docentes em Exercícios por Grau de Formação, segundo a Categoria Administrativa Brasil - 1998,2002 e 2003.

Ano	Total	Pública	Privada
1998	165.122	83.738	81.384
Especialização	88.567	35.121	53.446
Mestrado	45.482	25.073	20.409
Doutorado	31.073	23.544	7.529
2002	227.844	84.006	143.838
Especialização	101.153	28.894	72.259
Mestrado	77.404	23.014	54.390
Doutorado	49.287	32.098	17.189
2003	254.153	88.795	165.358
Especialização	110.378	29.536	80.842
Mestrado	89.288	24.229	65.059
Doutorado	54.487	35.030	19.457

Fonte: Censo da Educação Superior - MEC/INEP 1998, 2002 e 2003.

Pelo exposto percebe-se que um dos caminhos apresentados para solucionar não só o problema do baixo percentual da população de jovens com idade entre 18 e 24 anos que estão matriculados na educação superior, mas também a necessidade de, no mínimo, triplicar esse percentual em uma década, foi a diversificação das instituições (Art. 44 e Art. 45 da LDB); e o Decreto 2.306/1997).

Apesar de essa diversificação ter proporcionado a ampliação principalmente de instituições privadas, pode-se afirmar que colaborou para oferecer à população uma maior oportunidade de acesso à educação universitária.

Essa necessidade de ampliação foi verificada pelos Censos da Educação Superior de 1996 a 2004, divulgados pelo INEP, com o aumento no número de alunos matriculados nesses respectivos anos. É essa elevada demanda, sem dúvida, que provoca uma pressão da sociedade pelo aumento de vagas na educação superior.

Porém, segundo Oliveira, Dourado, e Amaral (2006), para se alcançar a meta prevista no PNE de 30% dos jovens com idade entre 18 e 24 anos, matriculados na educação superior, precisariam ter sido matriculados nesse nível educacional, em 2002, no mínimo 6.882.065, no entanto, como observado na Tabela 14, em 2002 foram matriculados 3.479.913 alunos.

Para que isso ocorra, é essencial a expansão de vagas no setor público, e, para tanto, há necessidade de ações governamentais que se empenhem em restabelecer as metas de expansão previstas no PNE.

CAPÍTULO II

A HISTÓRIA DA CRIAÇÃO DO UNIVAG – CENTRO UNIVERSITÁRIO

Neste capítulo analisa-se a história do UNIVAG - Centro Universitário, tendo como contexto o estado de Mato Grosso e suas características sócio-econômicas. Em seguida, focaliza-se o nascimento, estruturação e expansão inicial do UNIVAG e, para finalizar, a implantação do UNIVAG - Centro Universitário: alterações estruturais e mudanças organizacionais.

2.1 - O estado de Mato Grosso: breve caracterização

O estado de Mato Grosso possui dimensão territorial de 901.420 Km², ocupando posição geopolítica estratégica, com biodiversidade especial formada por três ecossistemas, o cerrado, o pantanal e a floresta amazônica. Há, ainda, as bacias hidrográficas dos rios Paraguai, Amazonas e Araguaia-Tocantins que oferecem os recursos hídricos necessários ao desenvolvimento da região e servem de importante meio de integração regional.

Com território tão extenso, o estado ainda apresenta uma distribuição populacional bastante rarefeita, mas em contínuo crescimento. Tomamos como referência a década de 1980, na qual têm início as atividades educacionais que resultaram no UNIVAG – Centro Universitário. A evolução da população de Mato Grosso, consignada no Anuário

Estatístico do Estado de Mato Grosso² (2002) apresenta os dados que a seguir são expostos. Em 1980, a população do estado era constituída por 1.138.691 habitantes, em 1991, 2.235.832, em 2000, 2.504.353, distribuídos por 139 municípios.

Embora seu raio de atuação se estenda para além da micro-região no qual está inserido o UNIVAG, o município de Várzea Grande, onde o centro Universitário em questão se localiza, e a sua vizinha Cuiabá, capital do estado, são os dois municípios mais populosos, tendo em 2000, 215.298 e 483.355 habitantes respectivamente e, em 2004, Várzea Grande com 242.674 e Cuiabá com 524.666 habitantes (CUNHA, 2006).

A história da ocupação territorial de Mato Grosso mostra que ela resulta de sucessivos fluxos migratórios estimulados por políticas governamentais de ocupação dos espaços vazios que apresenta uma composição étnica e cultural bastante diversificada (CUNHA, 2006).

A concentração populacional, até a década de 1970, era maior na zona rural. De um total de 1.597,090 habitantes, 42.8% estavam na zona urbana e 57.1% na zona rural. Esta relação foi progressivamente alterada a partir da década de 1980. Dados de 2000, registrados no Anuário Estatístico, mostram que de 2.504.353 habitantes, 78% estava na zona urbana e apenas 21% na zona rural. Na micro-região de Cuiabá, na qual está inserida Várzea Grande, de uma população de 741.976, 95% estão na zona urbana. A expressiva migração no sentido campo-cidade torna complexo o processo de urbanização dos centros populacionais de maior destaque e faz crescer a demanda pelos serviços urbanos, tais como: moradia, transporte, saúde, educação, entre outros, constituindo-se este último em áreas estratégicas de atuação do UNIVAG.

A economia do estado de Mato Grosso, com um crescimento em torno de 8.75%, é, desde 1999, sustentada pela agropecuária, em especial pela exportação da soja, do algodão, da carne, da madeira e outros, o que coloca o estado como um novo pólo de desenvolvimento regional e nacional. Embora com um processo de industrialização, ainda incipiente, o estado apresentava em 2001, um total de 6.937 indústrias, destacando-se entre elas, a madeireira, com 2.464, seguida da de produtos alimentícios, com 1.240, de mobiliário, com 538 e a metalúrgica siderúrgica com 414 unidades. Vale registrar que todo

² O Arquivo eletrônico, com o Anuário Estatístico do Estado de Mato Grosso, oferece informações sobre características gerais do Estado, população e domicílio, saúde, saneamento e previdência social, educação, organização social e política, segurança pública, justiça, produção mineral, produção extrativa, produção vegetal e outros assuntos.

o crescimento que o estado apresenta é resultado de modernização de sua economia que passou a investir em tecnologia como estratégia de agregar valor a sua produção e da absorção dos resultados de pesquisas desenvolvidas, sobretudo pelo setor público que vem possibilitando a implantação de novas atividades produtivas. Ademais, as grandes extensões de terras agricultáveis, as condições climáticas favoráveis, a riqueza da biodiversidade, sua posição geográfica facilitadora do escoamento da produção para outros centros consumidores do país e para o exterior e suas paisagens naturais constituindo-se em patrimônio ecológico e turístico, justificam uma posição bastante favorável no cenário econômico (MATO GROSSO, 2000; 2001).

Contra-pondo-se a este cenário bastante favorável, destaca-se a situação das áreas sociais, especialmente a da saúde, cujas características indicam carências que exigem atenção especial, entre elas, a formação de quadros profissionais para a melhoria qualitativa e quantitativa dos serviços oferecidos à população e a do índice de desenvolvimento humano. É importante destacar que este quadro não se refere apenas à região mais próxima da área de inserção do UNIVAG, mas pode ser estendido a todo o estado de Mato Grosso, o que amplia as possibilidades educacionais para a Instituição. Destas referências é que o UNIVAG retirou e vem retirando as indicações de suas opções para as áreas de sua atuação (SCATENA, 2000).

Também o Anuário Estatístico, de 1990 a 2004, mostra um crescimento contínuo dos ensinos fundamental e médio, o que, por conseqüência, cria uma demanda expressiva por curso de formação de professores desta etapa da educação básica; e esta demanda vem se constituindo em uma das áreas de atuação significativa do UNIVAG, desde o seu início.

A matrícula no Ensino Médio, demonstrada no Anuário Estatístico, referente à educação do período de 1991 a 2000, embora ainda estivesse aquém das necessidades da população escolarizável, evidencia um processo de ascensão. Em 1991, em uma população escolarizável na faixa de 15 a 19 anos de 318.577, havia 45.907 alunos matriculados, ou seja, apenas 14%. Em 2000, de 270.597 pessoas, 99.973 estavam matriculadas no Ensino Médio, um percentual de 36.9%. Se por um lado, estes números demonstram o incremento de matrículas no Ensino Médio, por outro evidenciam que a matrícula nesta etapa da educação básica deve ser otimizada, levando-se em consideração a existência efetiva de uma população a ser ainda escolarizada, demanda real para ser atendida por esta etapa de

ensino e uma demanda potencial em franca expansão para a educação superior. Ademais, embora não haja registros numéricos, aos egressos do Ensino Médio somam-se os segmentos já inseridos no mercado de trabalho que aspiram à melhoria social, à qualificação e ou requalificação profissional, que constituem, também, demanda para a educação superior (MATO GROSSO, 2000; PDI-UNIVAG 2003/2007).

É nesse cenário que se inscreve e se estrutura a participação do UNIVAG como instituição de ensino superior.

2.2 O UNIVAG: Nascimento, estruturação e expansão inicial.

O UNIVAG – Centro Universitário de Várzea Grande, como instituição educacional, nasceu com a implantação dos seus primeiros cursos de graduação: Administração e Ciências Contábeis (bacharelados), em 1989, seguidas da dos cursos de História e Geografia (licenciaturas plenas), quando então se instalava a UNIVAG - Faculdades Unidas de Várzea Grande.

O estado de Mato Grosso, nessa época, recebia uma quantidade significativa de pessoas, resultado não só dos programas de incentivo fiscal do governo federal para a ocupação da Amazônia, mas também dos problemas fundiários no sul do Brasil que geravam muitos conflitos. Com grande extensão territorial não ocupada, Mato Grosso constituía-se na possibilidade de solução destes conflitos ao se oferecer para receber grupos de famílias que se dispunha a se instalar, principalmente, na região mais ao norte do estado. Este movimento de ocupação territorial foi gradativamente se consolidando, trazendo consigo novas demandas educacionais, em todos os níveis (CUNHA, 2006).

Esse período ainda coincidiu com o movimento de redemocratização da sociedade brasileira, trazendo consigo a contingência de favorecer a mobilidade social, ampliando a oferta de educação em todos os níveis, entre eles o superior. Ademais, a evolução tecnológica que chegava ao estado, como resultado do processo de modernização de sua economia, por sua vez, exigia a elevação do nível de qualificação dos recursos humanos como condição de acesso a um mercado de trabalho progressivamente mais exigente. Motivo que incentivou o UNIVAG a oferecer cursos de licenciatura, para a formação de docentes para a educação básica, além da qualificação para profissões liberais. (UNIVAG-PDI, 2003-2007).

Naquela época, no estado, a educação superior era oferecida principalmente pela Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT, já consolidada, e por uma instituição privada em implantação. Neste quadro, este nível de ensino apresentava um grande espaço a ser ocupado. A Instituição Educacional Mato-grossense – IEMAT, mantenedora, desde então, do UNIVAG, viu-se motivada a instalar mais cursos superiores de graduação e o fez, pelos idos de 1994, criando a Faculdade de Direito e Ciências Econômicas – FADECO, com os cursos de Direito e Ciências Econômicas e, posteriormente, a Faculdade de Ciências Exatas e Tecnologia – FACET, com o curso de Tecnologia em Processamento de Dados (UNIVAG-PDI, 2003/2007).

Em 1997, as três instituições mantidas pela IEMAT – UNIVAG, FADECO e FACET, já constituindo a UNIVAG – Faculdades Integradas de Várzea Grande, ofereciam os sete cursos mencionados (Quadro 1), para uma demanda cada vez mais crescente.

Quadro 1
Cursos oferecidos - UNIVAG – Faculdades Integradas de Várzea Grande

INSTITUIÇÃO	ANO	CURSOS
UNIVAG – Faculdades Integradas de Várzea Grande (UNIVAG, FADECO e FACET).	1997	<ul style="list-style-type: none"> • Administração • Ciências Contábeis • História • Geografia • Direito • Ciências Econômicas • Tecnologia em Processamento de Dados

Fonte: UNIVAG-PDI, 2003/2007.

Essa demanda em expansão foi confirmada pelos Censos da Educação Superior de 1999 e 2000, quanto às vagas oferecidas no país e o número de candidatos inscritos nos dois anos em que antecederam a criação do UNIVAG – Centro Universitário. Em 1999, foram oferecidas 894,390 vagas no país, sendo o número de candidatos inscritos nos processos seletivos igual a 3.344.273. Em 2000, se ofereceram 1.216.287 vagas no país e inscreveram-se 4.039.90 candidatos. No Centro-Oeste, em 1999, foram ofertadas 68.792 vagas e inscritos 276.147. Mais especificamente em Mato Grosso, em 1999, estavam sendo oferecidas 21.631 vagas e se inscreveram nos processos seletivos 51.134 candidatos (MEC/INEP, Censos da Educação Superior de 1999 e 2000).

Ainda reforçando a colocação sobre a demanda crescente, foi observado, nos Censos da Educação Superior da década de 1990 e início do séc. XXI, que de 1.540

milhões de aluno matriculados em 1990 passou-se, no Brasil, para 3.479 milhões em 2002, representando um crescimento de 126 %, mais acentuado a partir de 1995. O número de vagas subiu de 502 mil em 1990 para 1.773 milhões em 2002, representando um crescimento de 253%, sendo que o setor privado aumentou 282% e o público 70% em relação a ofertas de vagas. As instituições privadas possuíam 83% de total de vagas oferecidas em 2002. No entanto, eram responsáveis por 70% do total de alunos matriculados em IES, já indicando uma taxa significativa de ociosidade.

O número de candidatos também aumentou significativamente: de 1.905 milhões em 1990 para 4.984 milhões em 2002, representando um crescimento de 162%. Apesar da maioria das vagas estarem concentradas nas IES privadas, a maior parte dos alunos candidatou-se a uma instituição pública federal ou estadual, onde a procura tem aumentado consideravelmente a cada ano. Do total de candidatos inscritos, 3.779 milhões não conseguiram uma vaga em IES; nas instituições públicas os números de candidatos deixados de fora foram de 2.346 milhões e nas privadas 1.432 milhões.

Ainda com os Censos da Educação Superior de 2003 e 2004, com base no crescimento médio das matrículas desses anos e dos anos anteriores, foi projetado o crescimento para os próximos anos nos seguintes termos (Tabela 18) (MEC/INEP, Censos 1996 a 2004):

Tabela 18
Projeção de Matrículas

ANO	MATRÍCULAS
1998	2.125.958
2002	3.479.913
2003	3.887.022
2004	4.163.733
2005	4.453.587
2006	5.653.587
2007	6.400.000
2008	7.232.000
2009	8.172.160
1010	9.234.548

Fonte: Censo da Educação Superior - MEC/INEP 1996 a 2004.

De acordo com a tabela, o número de matrículas, no Brasil, em 2002, chegou a 3.479.913, sendo que, destas, 69,7% estão no setor privado; desse total 54% dos alunos estão matriculados em instituições das capitais e 83% no interior dos estados da federação. A mesma distribuição pode ser observada em relação ao total geral no Brasil: 42% dos alunos estão vinculados às instituições fixadas nas capitais e, aproximadamente, 58% no

interior. Já em relação ao setor público, a tendência se inverte, pois registra 45% de matrículas nas capitais e 16% no interior. No entanto, o conjunto de matrículas na Região Centro-Oeste não segue a tendência observada no Brasil, pois 66% dos estudantes estão matriculados nas capitais e 34% nas cidades do interior. O setor privado, de igual modo, não apresenta a mesma tendência observada no Brasil (54% nas capitais e 83% no interior), pois a mesma concentração aparece nas capitais, com 77% das matrículas e, no interior, comparece com 46%; o mesmo fenômeno ocorre em Mato Grosso do Sul (80% nas capitais e 55% no interior) e, em Mato Grosso (69% nas capitais e 56% no interior) (BITTAR; SILVA; VELOSO, 2003).

Assim, pode-se afirmar que o UNIVAG nasceu em meio a essa necessidade de expansão do sistema educacional como um todo, com a quase universalização do ensino fundamental e a ampliação do ensino médio e do número de concluintes do ensino médio, o que demandava o aumento de vagas na educação superior no estado de Mato Grosso.

Sendo assim, em 1997, a UNIVAG – Faculdades Integradas (UNIVAG – Faculdades Unidas de Várzea Grande; FADECO – Faculdade de Direito e Ciências Econômicas; e FACET – Faculdade de Ciências Exatas e Tecnologia), em instalações locadas na região Metropolitana de Cuiabá, antes ocupadas por um Seminário de Teologia, já ofereciam aos alunos e docentes espaços físicos e equipamentos adequados ao ensino que favoreciam a ambiência acadêmica.

Nesse ano (1997) já eram 1.110 discentes matriculados; a área mais procurada era a de Ciências Sociais Aplicadas, com os Cursos de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas e o Curso de Direito. O curso de Tecnologia em Processamento de Dados inaugurou a área de Ciências Exatas e Tecnologia atendendo aos ditames da revolução tecnológica, que tem na informática o seu maior suporte, com reflexos tanto na qualificação de profissionais requeridos por um mercado constituído por todas as áreas do mundo produtivo, quanto na modernização de seus próprios processos administrativos, além de servir ao ensino que passa a utilizá-la como instrumental técnico (UNIVAG-PDI, 2003/2007).

Nesse mesmo período (1997) registram-se as primeiras atividades de pós-graduação *lato sensu*, com o oferecimento de cursos de especialização nas áreas estratégicas de ação, adotadas pela Instituição: Direito, Informática e Administração, além da área da Educação, na qual se ofertou de 1993 a 1998, seis cursos com um alunado

concluinte de 147 (cento e quarenta e sete), na maioria constituída por profissionais da educação, das redes pública e privada de ensino, o que indica o reconhecimento da relevância das atividades educacionais do UNIVAG, ao engajar-se nos movimentos sociais que atingem o seu entorno. Para o oferecimento desses cursos, é importante destacar, foram chamados não somente mestres e doutores do seu próprio corpo docente, como também de outras Instituições que, como convidados, tornaram possível a realização da pós-graduação *lato sensu* (UNIVAG-PDI, 2003/2007).

Já por essa época, a Instituição dava início a um programa de capacitação de recursos humanos, oferecendo a seus professores e técnicos, cursos de especialização, e concedendo incentivos financeiros para a participação. No período de 1995 a 1998, foram capacitados 51 (cinquenta e um) servidores, entre docentes e técnicos. Neste aspecto, vale ressaltar que, em 1998, o UNIVAG já contava com um corpo docente constituído de quatro doutores, 19 mestres, 81 especialistas e apenas quatro graduados, do total de cento e oito professores que atendiam os sete cursos em funcionamento.

Desde a sua fundação, a exemplo das IES e por conta das determinações da própria legislação, o UNIVAG incluiu em seu projeto institucional as atividades de extensão, realizadas com as finalidades de marcar a relevância social dos seus cursos de graduação e de interagir com a comunidade. Sem ainda constituírem programa específico, as atividades de extensão, no seu início, eram de responsabilidade de cada curso, os quais buscavam, com este ensaio, programar a relação com a comunidade externa.

Data, então, de 1996, a sistematização das atividades de extensão, de forma a relacioná-las, efetivamente, com o ensino, o que se concretizou no Programa Interdepartamental de Ensino, Pesquisa e Extensão - PIPEX, cujos objetivos declarados o caracterizaram como “atividade acadêmica” e como “produtor da prestação de serviços à comunidade.” Subdividido em seis Subprogramas com atividades que buscavam promover a qualificação de docentes, o treinamento e reciclagem de profissionais da comunidade, a integração e a participação em atividades acadêmico-científicas, a promoção de eventos culturais, publicações de cadernos de debates, a pesquisa e a prestação de serviços técnico-profissionais à comunidade e a ampliação do campo de estágio. No bojo deste Programa, foram realizados, além dos cursos de extensão, entre outros, encontros, seminários (“Refletindo e (re) construindo o projeto político-pedagógico do UNIVAG”, “Avaliando a prática pedagógica”), ciclos de debates, palestras, projetos de intervenção na educação

básica (“A história passada a limpo: a dívida social brasileira”, “A Guerra do Paraguai e Mato Grosso”, “A invasão cultural norte-americana no Brasil/Mato Grosso e Várzea Grande”, “História/Geografia: arte e educação, várias cidades dentro de uma cidade”), projetos de pesquisa (“Projeto de Viabilidade Econômica do Município de Poconé” e “Plano Diretor do Município de Poconé”, “Imagem Social da UNIVAG”). O PIPEX constituiu-se na semente do que, em 1998, viria a ser o Projeto “Produções na Varanda”, que já se consolidou como mostra anual da produção de iniciação científico-acadêmica do UNIVAG. Registre-se, neste período, a implantação do Núcleo de Prática Jurídica – NPI (1998) que, além de se constituir em campo de estágio para os alunos do Curso de Direito, vem, desde essa época, atendendo cidadãos de baixa renda, com pouca escolaridade e, necessariamente, beneficiários da assistência judiciária (UNIVAG-PDI, 2003/2007).

Com esta estrutura organizacional e de funcionamento a então UNIVAG - Faculdades Integradas de Várzea Grande, em 1999 obteve autorização do Ministério da Educação para implantar novos cursos, em outras áreas de atuação que acreditava promissora. Assim, além dos sete cursos já citados, outros foram incorporados ao elenco institucional: Licenciatura Plena em Pedagogia, com habilitação em Magistério da Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental e Pedagogia na Empresa, Letras, com habilitação em Português-Inglês e Português-Espanhol, Ciências Biológicas, Bacharelados em Sistemas de Informação, Secretariado Executivo, Agronomia e Odontologia. O Quadro 2 ilustra como ficaram, em 1999, os cursos oferecidos pela Instituição:

Quadro 2
Cursos oferecidos em 1999

INSTITUIÇÃO	ANO	CURSOS
UNIVAG – Faculdades Integradas de Várzea Grande (UNIVAG, FADECO e FACET).	1999	<ol style="list-style-type: none"> 1. Administração 2. Ciências Contábeis 3. História 4. Geografia 5. Direito 6. Ciências Econômicas 7. Tecnologia em Processamento de Dados 8. Licenciatura Plena em Pedagogia 9. Pedagogia na Empresa 10. Letras 11. Ciências Biológicas 12. Bacharelados em Sistemas de Informação 13. Secretariado Executivo 14. Agronomia 15. Odontologia

Fonte: UNIVAG-PDI, 2003/2007.

Observa-se maior concentração de oferta na área da Ciências Humanas, com seis cursos, seguido das Ciências Sociais, com quatro cursos e das Ciências Exatas, também com quatro cursos e apenas um na área da saúde.

2.3 A Implantação do UNIVAG - Centro Universitário: Alterações estruturais e mudanças organizacionais

Nesta conjuntura, o UNIVAG – Faculdades Integradas de Várzea Grande, em junho de 2000, depois de um processo que tramitou desde 1998, recebeu das instâncias próprias o estatuto de Centro Universitário (PDI-UNIVAG, 2003/2007).

Novos cursos foram implantados, e um projeto arquitetônico e urbanístico foi planejado visando à expansão física, com o objetivo de abrigar salas de aulas para graduação e pós-graduação, laboratório das áreas de ciências biológicas, agrário, saúde e informática, novos auditórios, espaços de convivência, estacionamentos e dependências administrativas.

Com relação às mudanças de Faculdades para Centro Universitário, os entrevistados para esta pesquisa apontaram que elas são mais visíveis nos seguintes aspectos: estrutura física (melhor adequação para o trabalho do professor e do ambiente acadêmico); infra-estrutura (organização, suporte técnico maior, amparo logístico para o professor, surgiram os Grupo de Produção Acadêmica – GPA's, os colegiados); diversificação de cursos (outros GPAs, melhor relação inter-pessoal, atrai mais alunos); maior autonomia (cresceu pedagogicamente, mudou a estrutura hierárquica, mais status, melhora da auto-estima). De acordo com os depoimentos dos entrevistados, observa-se que:

Além da infra-estrutura, também no sentido da diversificação de cursos oferecidos pela instituição. [...] (Entrevista 1, Professor e Coordenador de Ensino)

[...] a organização. [...] surgiram os GPA's, os Grupos de Produção Acadêmica que são organizados por grandes áreas do conhecimento. Nós temos aqui o GPA das Ciências de Ciências Sociais aplicado, o GPA da Saúde, que é o nosso, o GPA Agrárias e Biológicas e o GPA das Ciências Humanas; e também mudou a estrutura hierárquica da instituição. De uma Diretoria Geral passou-se a Reitoria, de uma Diretoria Acadêmica passou-se a uma Pró-Reitoria Acadêmica, Diretoria Administrativa a uma Pró-Reitoria Administrativa, e

assim por diante com as devidas ramificações que essa estrutura necessariamente acaba causando. No caso dos GPA's tem um Gerente e tem os Coordenadores, um coordenador para cada curso. (Entrevista 3, Gerente do GPA da Saúde).

Mudou as autonomias para poder se trabalhar. As exigências são um pouco menores do que uma universidade. (Entrevista 4, Coordenador de Curso de Ciências Contábeis).

Mudou a questão da estrutura, que é óbvia, todo mundo vê, também a instituição tem mais status e também atrai mais alunos, os professores gostam de estar aqui. [...] Percebe-se que hoje dar aula no UNIVAG dá status. Eu conheço os outros GPA's, a gente tem uma relação inter-pessoal é muito boa, muito tranqüila, as pessoas se relacionam muito bem, são amáveis. É um ambiente acadêmico muito gostoso, além da estrutura. A estrutura é muito bonita, todo mundo gosta, todo mundo elogia, mas a estrutura em si é uma coisa fria. O que faz as coisas acontecerem são as pessoas. Eu acho que nesse ponto nós melhoramos muito, [...] cresceu pedagogicamente, acaba influenciando na nossa auto-estima também, como docente, como participante de tudo isto aqui. (Entrevista 6, Coordenadora do Curso de Administração).

[...] uma é a estrutura física que não só cresceu em quantidade como em qualidade. [...] tem o crescimento da vida acadêmica, ficou mais rica, mais intensa, ela se ampliou com a criação de novos cursos, com a chegada, o aporte de novos professores, o maior numero de docentes vindo de centros maiores, fora da região, que sem duvida trás sangue novo, enriquecem e isso vai criando um ambiente acadêmico cada vez com maior qualidade (Entrevista 2, Assessora Acadêmica).

Os entrevistados também perceberam um envolvimento estudantil maior, causado tanto pelas modificações ocorridas no espaço físico quanto proveniente do modelo da integralidade³ que facilita conhecer mais professores e colegas, e dão ênfase ao ensino voltado às habilidades e práticas profissionais articuladas com a sociedade. Além disso, são assessorados com biblioteca, recursos audiovisuais, salas de aula climatizadas e com bom sistema acústico.

Percebe-se ainda, nesses relatos, que todos os entrevistados do Eixo I e II (reitoria, professores e coordenadores) identificaram a transformação física e a autonomia

³ O Regimento do UNIVAG em seu Título IV - do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, em seu Art. 50 diz que: O currículo de cada curso de graduação é constituído por um conjunto de ações de ensino que extrapola a sala de aula e a própria relação professor-aluno e, ao se realizar, também no bojo da extensão e da pesquisa, integraliza um projeto de formação que privilegia a construção de saberes e competências e a aquisição de habilidades profissionais, tendo como referência a evolução da ciência e as inovações do mercado do trabalho. E no § 1º: A forma e a modalidade pela qual a integralização curricular é realizada são definidas nos projetos pedagógicos, observando-se as disposições legais vigentes, com a aprovação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE e do Conselho de Administração Superior - CAS.

para a criação de novos cursos como as mais notáveis nesse processo. No entanto, um entrevistado relatou um conflito causado pela transformação:

A faculdade era bem menor, os professores se encontravam mais, era tipo uma comunidade, as pessoas bem mais próximas. A gente conversava mais, se via mais, estava bem mais perto um do outro. Havia um sentimento que perpassava entre nós, um sentimento que estava ligado à faculdade, com os alunos. Tudo era muito estreito. Com o Centro Universitário, é claro, existe uma estrutura maravilhosa, até porque estava crescendo muito e precisava dessa estrutura, não tinha mais jeito de ficar só naquelas salas de aulas antigas, com ventiladores, muito grande, sem muita acústica, mas por outro lado, a gente foi entrando nessa nova forma de ser. Ainda era faculdade, nem era Centro Universitário, mas a gente já começou a sentir esse distanciamento entre as pessoas. Houve esse distanciamento, tornou-se muito mais frio. Na sala a gente já começou a ter outros cursos juntos e não tínhamos espaços exclusivos. Nós tínhamos espaço e aí passamos a não ter mais. Aí compartilhávamos com outros. Foi bom porque a gente começou a conhecer outros professores, mas por outro lado, isso nos afastou. Isso foi uma coisa emocional, de sentimento (Entrevista 8, Professora do Curso de Administração).

Nesse caso, nota-se que o entrevistado estava se adaptando à nova metodologia da integralidade na educação, ou seja, a integração curricular, processo de aprendizagem que prevê a aproximação do trabalho dos docentes de diferentes disciplinas, e às transformações da organização acadêmica da instituição.

Esse modelo da integralidade veio após a promulgação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB – em dezembro de 1996, a Secretaria de Ensino Superior do Ministério de Educação – SESU/MEC –, por meio do Edital n.4, de 4 de dezembro de 1997, iniciou o processo de mudança curricular solicitando às instituições de ensino superior – IES – que enviassem propostas para a elaboração das diretrizes curriculares para os cursos de graduação. De acordo com o Edital:

As Diretrizes Curriculares têm por objetivo servir de referência para as IES na organização de seus programas de formação, permitindo uma flexibilidade na construção dos currículos plenos e privilegiando a indicação de áreas do conhecimento a serem consideradas, ao invés de estabelecer disciplinas e cargas horárias definidas. As Diretrizes Curriculares devem contemplar ainda a denominação de diferentes formações e habilitações para cada área do conhecimento, explicitando os objetivos e demandas existentes na sociedade.

Das orientações gerais contidas no documento percebe-se que os princípios orientadores adotados na reestruturação curricular são: flexibilidade curricular; dinamicidade do currículo; adaptação às demandas do mercado de trabalho; integração

entre graduação e pós-graduação; ênfase na formação geral; definição e desenvolvimento de competências e habilidades gerais. O objetivo mais geral, apontado como orientador para a reforma dos cursos de graduação, parece ter sido, fundamentalmente, o de "tornar a estrutura dos cursos de graduação mais flexível" (CATANI; OLIVEIRA; DOURADO, 2001, p.74).

Quanto a esse objetivo da legislação, percebemos nesses relatos que o UNIVAG caminha nessa direção, independentemente da realidade de cada curso e das necessidades dos futuros profissionais.

No entanto, a integralidade significa que desaparecem as disciplinas tradicionais que existem no ciclo básico e ciclo clínico, no caso dos cursos da área da saúde (área da qual faço parte) e estas áreas passaram a ser executadas de forma integrada. Os professores de outras disciplinas e de outros cursos passaram a conviver muito próximo. Sala de professores de diversos cursos (da mesma área) juntos, coordenadores juntos. As dificuldades são grandes e inúmeras, desde a formatação da aula até a interação com os outros professores, porém a integralidade proporciona troca de experiências por relacioná-los mais diretamente com outros mestres e traz, ainda, benefícios para a educação.

Em relação às transformações na organização acadêmica, também geradoras dos conflitos, abordaremos como se sucederam suas mudanças.

No UNIVAG a organização acadêmica é composta por órgãos deliberativos, normativos, jurisdicionais e consultivos, pertencentes à Administração Superior, o Conselho de Administração Superior (CAS) e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE).

Na época de sua fundação (como Faculdade), os cursos funcionavam diretamente vinculados a uma Administração Central. Em 1992, a então UNIVAG – Faculdades Unidas de Várzea Grande, já com quatro cursos de graduação em funcionamento, organizava-se academicamente em Departamentos, aos quais passou a responsabilidade de coordenar os cursos, administrativa e pedagogicamente, coadjuvados por Colegiados de Departamentos e de cursos, num esforço de administração mais participativa e menos centralizada. O Colegiado de Departamento era integrado pelos professores de formação específica de cada área e o de Curso era composto, por representação, dos que nele atuavam.

No ano de 1994, o UNIVAG re-estruturou a organização acadêmica, criando as Unidades de Ensino (UE). Naquele momento, as Coordenações das Unidades de Ensino

dos Cursos, passaram a contar com um Colegiado de Curso (representação de docentes de cada U. E.) e a compor, com os Coordenadores de todas as UE's e sob a presidência da Coordenação de Ensino de Graduação, o Conselho de Curso (UNIVAG-PDI, 2003/2007).

Com a expansão do UNIVAG, em decorrência da implantação de novos cursos e com a perspectiva de conquistar o estatuto de Centro Universitário, a administração da área acadêmica, a partir de março de 1999, passou a ser desenvolvida pelos Grupos de Produção Acadêmica – GPA, aos quais se vinculam as Coordenações dos Cursos (UNIVAG-PDI, 2003-2007).

“O GPA (Grupo de Produção Acadêmica), como unidade básica da administração acadêmica, reúne cursos de uma mesma área de conhecimento e possibilita a articulação das atividades de ensino, de pesquisa e de extensão, permitindo, em cada área, a formulação de um projeto de trabalho que explicita a política acadêmica institucional e seu posicionamento frente à sociedade e aos problemas contemporâneos” (UNIVAG-PDI, 2003-2007). Os grupos de produções acadêmicas do UNIVAG são os seguintes: Grupo de Produção Acadêmica (GPA) - Ciências Sociais Aplicadas⁴; Grupo de Produção Acadêmica (GPA) – Ciências Humanas⁵; Grupo de Produção Acadêmica (GPA) – Ciências da Saúde⁶; Grupo de Produção Acadêmica (GPA) – Ciências Agrárias⁷; Grupo de Produção Acadêmica (GPA) – Ciências Biológicas⁸; e Grupo de Produção Acadêmica (GPA) – Ciências Jurídicas⁹ (UNIVAG-PDI, 2003-2007).

O UNIVAG optou por esta organização acadêmica no sentido de direcionar-se rumo a um trabalho mais integrado e interdisciplinar.

Cada GPA é dotado de quatro instâncias, a Gerência (visando que as atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão se realizem articulada e organicamente), a Coordenação de Curso, o Colegiado de GPA (originam dos diferentes cursos que o

⁴ GPA de Ciências Sociais Aplicadas: Cursos de Bacharelado em Administração, com Habilitações em Gestão de Empresa, Comércio Exterior e Marketing; Ciências Contábeis; Ciências Econômicas; Sistemas de Informação; Turismo - estão de Lazer e Eventos e Hospitalidade e Comunicação Social, com Habilitações em Relações Públicas e Publicidade e Propaganda.

⁵ GPA de Ciências Humanas: Cursos de Licenciatura em História, Geografia, Matemática, Pedagogia, com Habilitações em Magistério da Educação Infantil e das Séries Iniciais do Ensino Fundamental e em Pedagogia na Empresa, em Letras, com Habilitações em Português-Inglês e Português-Espanhol.

⁶ GPA de Ciências da Saúde: Cursos de Bacharelado em Odontologia, Fonoaudiologia, Fisioterapia, Psicologia, Farmácia, com Habilitações em Análises Clínicas e Toxicológicas e Alimentos e Licenciatura em Educação Física.

⁷ GPA de Ciências Agrárias: Curso de Bacharelado em Agronomia.

⁸ GPA de Ciências Biológicas: Curso de Bacharelado e Licenciatura em Ciências Biológicas.

⁹ GPA de Ciências Jurídicas: Curso de Direito.

integram com representação docente e discente de cada curso que compõe o GPA) e o Colegiado Ampliado de Curso (compõe-se de representantes docentes, sendo um deles o Coordenador de Curso e os demais docente do curso e representantes discentes de cada período que compõe o curso, onde suas reuniões ordinárias acontecem duas vezes por mês, objetivando uma administração compartilhada e colegiada).

A Coordenação de Curso deve ser a instância executiva, cuja responsabilidade primordial é o desenvolvimento dos respectivos projetos pedagógicos, no que se refere ao planejamento, execução - acompanhamento do trabalho docente e discente - e à avaliação das atividades do ensino, da pesquisa e da extensão, no âmbito de cada curso. Tem no Colegiado Ampliado, a parceria para decisões sobre as políticas (UNIVAG-PDI, 2003-2007).

Para verificar as mudanças ocorridas do ponto de vista dos sujeitos desta pesquisa, perguntou-se sobre as diferenças por parte do poder decisório, diante da transformação de Faculdade em Centro Universitário. As respostas foram as seguintes:

Há sim, no sentido que hoje a gente percebe certa descentralização das ações, principalmente em relação à estrutura que foi colocada com os colegiados de cursos, colegiados ampliados e os colegiados do próprio GPA (Entrevista 1, Professor e Coordenador de Ensino).

Percebemos que se estruturou a parte administrativa com a criação das gerências em que antes somente eram os coordenadores de cursos [...]. (Entrevista 5, Professor de Metodologia de Pesquisa dos cursos do GPA da Saúde).

[...] uma das características do UNIVAG é que ela deixa as coordenações e gerências independentes para decidir em relação à parte acadêmica. Eles dão as diretrizes, as políticas e nós que conduzimos o processo. Ela delega, por isso que eles têm muita preocupação em colocar as pessoas certas no lugar certo. Eles delegam mais quem conduz o processo somos nós, obvio que eles não vão nos perder de vista, porque o controle faz parte de qualquer processo administrativo, mas é um controle tranqüilo. Eles dão todo espaço do mundo par gente poder trabalhar. As decisões obviamente têm que atender os níveis hierárquicos. Há algumas decisões que são próprias das coordenações, outras são dos gerentes, outras são da Pró-Reitoria Acadêmica, mas não há interferência entre um nível hierárquico e outro, a gente sabe muito bem quais são os nossos limites e agente trabalha muito tranqüilo. (Entrevista 6, Coordenadora do Curso de Administração).

[...]a gente está sempre sendo convidado a participar de reuniões. Lógico que tem coisas que somente a diretoria, todo mundo ali de cima decide, mas pelo menos no curso, no atual curso que trabalho a gente está sempre sendo convidado a tomar posicionamento junto com o gerente, junto com o

coordenador sobre decisões que vão afetar nossa vida, a vida do aluno, vão afetar a vida do Centro Universitário (Entrevista 9, Professora de Direito).

[...] A própria estrutura do Centro Universitário como a Pró-reitoria, a Reitoria, que não existia na faculdade, era mais vista como coordenação, não como uma reitoria [...]. A gente sentiu que as reuniões eles participavam antes, [...] participavam com a gente, mas depois foi se afastando, foi se afastando... E hoje a gente nem vê essas pessoas. Se tiver que falar com alguém do poder decisório a gente tem que ir lá, e há uma dificuldade. Acabou aquela facilidade às vezes de resolver um problema da gente com o Pró-Reitor. Não existe mais. A gente tem que ir lá, ficar em fila, marcar horário pra fazer isso (Entrevista 8, Professora do Curso de Administração).

Por estes depoimentos percebe-se que no UNIVAG, o processo de descentralização começa a ser exercitado especificamente na área acadêmica; a última entrevista demonstra que as participações ainda se localizam apenas para as decisões de caráter rotineiro.

No entanto, mais investigações na parte de administração deveriam ser realizadas (não contemplada nesta pesquisa) para averiguar a efetividade no funcionamento dos órgãos colegiados e a sua relação com a entidade mantenedora. Como são implementados e implantados os currículos dos cursos de graduação e a adequação dos critérios e procedimentos de avaliação institucional; os programas de extensão e prestação e a inserção da instituição na comunidade, enfim como ocorrem os primeiros passos do processo de descentralização das decisões.

Quando questionados se havia um colegiado para assuntos de natureza acadêmica com participação do docente, os entrevistados responderam da seguinte forma:

Apresenta [...] o colegiado ampliado de cada curso onde assuntos de natureza acadêmica são levantados e colocados para discussão e a partir daí o que foi trabalhado é encaminhado para instancia superiores (Entrevista 1, Professor e Coordenador de Ensino).

[...] tem o que é chamado CONSEPE (Conselho Superior de Ensino e Pesquisa). [...] se reúne duas vezes no semestre e todas as decisões consideradas mais importantes, do ponto de vista acadêmico são tomadas ali. [...]. Os Projetos Políticos Pedagógicos dos cursos são submetidos ao CONSEPE, que tem o poder inclusive de recusar, negar, não referendar desde que enquanto colegiado entenda que atitude ele deva tomar (Entrevista 3, Gerente do GPA da Saúde).

Tem sim, o UNIVAG tem o colegiado Ampliado de curso, tem um colegiado de turma, de série, e esse colegiado ampliado tem toda autonomia, é dada essa autonomia para resolver qualquer assunto de natureza acadêmica (Entrevista 4, - Coordenador do Curso de Ciências Contábeis).

[...] Nós temos o CONSEPE que é o conselho superior da Instituição da qual eu faço parte também, porque eu sou o representante do corpo docente; o colegiado de GPA que é uma reunião entre os gerentes, os coordenadores e um representante de cada curso e um representante discente também; e há o colegiado ampliado que é composto dos professores dos cursos, dos diversos cursos. [...] Então, todas as decisões são feitas nesses colegiados onde todo mundo participa (Entrevista 6, Coordenadora do Curso de Administração).

No curso de direito a gente tem. A gente tem mensalmente as reuniões pedagógicas e a gente tem a reunião do colegiado uma vez por semestre, ou quando, extraordinária, quando necessário. E no colegiado está decidindo quase todos os assuntos, tanto de natureza acadêmica e até de natureza administrativa que se refere ao curso, à gente está decidindo (Entrevista 9, Professora de Direito).

Nós temos uma vez por mês no mínimo uma reunião do colegiado ampliado, [...] os professores se reúnem para decidir não só questões acadêmicas, mas também questões próprias da administração do curso (Entrevista 1, Professor e Coordenador de Ensino).

[...] nós temos um do curso que é o Colegiado Ampliado, um do GPA que é o Colegiado de GPA e um Colegiado de instância mais superior que é o CONSEPE [...] que participam gerentes, coordenadores de extensão, de pós-graduação e dos setores do UNIVAG, setor administrativo, etc. No caso do Ampliado e do Colegiado de GPA os professores participam, no CONSEPE não. No CONSEPE quem os representam são os gerentes (Entrevista 3, Gerente do GPA da Saúde).

Há a obrigatoriedade de participação de docentes nos colegiados, inclusive tem a participação também dos acadêmicos, é convidado para poder estar fazendo parte dessas decisões aí (Entrevista 4, Coordenador do Curso de Ciências Contábeis).

Nós temos uma postura de desenvolver o projeto pedagógico muito próximo, docente, coordenação. [...] Há uma integração muito grande entre coordenador, docente, e as atividades que nós estamos desenvolvendo. Não é uma atitude autoritária. [...] (Entrevista 6, Coordenadora do Curso de Administração).

Há participação do docente e agente tem um representante discente também. Que inclusive vamos ter uma eleição agora da escolha de um novo. De ano em ano a gente chama um aluno para participar (Entrevista 9, Professora do Curso de Direito).

Os órgãos colegiados devem estar presentes para dirigir a instituição a uma busca de qualidade, como exigido pelo art. 209, II, da Constituição Federal (CF). A CF possibilitou a delegação à iniciativa privada do dever de Estado de prestar educação formal à população. Ao fazê-lo, claramente impôs à União o dever de exigir que a atuação delegada se dê com qualidade. Entende-se que a busca desse objetivo deve

necessariamente passar pelo envolvimento da comunidade acadêmica tanto na adoção das decisões como na sua execução.

Acredita-se que os processos coletivos e participativos de decisão, é fundamental para que a IES cumpra com as suas finalidades sociais. Nesse sentido, a participação deve se constituir em uma das bandeiras fundamentais a serem implementadas pelos diferentes atores que constroem o cotidiano da Instituição, embora nas entrevistas houvesse relatos da não existência da participação docente nas decisões colegiadas:

Eu tenho achado pouca à participação do docente. Não tem aquele fórum, considerado um fórum, na qual a gente pudesse colocar as nossas angústias. Há uma pressão para a gente não se colocar em nada, apenas atender o que deve ser feito. Não é pra se discutir mais. Perdeu muito essa questão. Então perdeu muita participação, valor como pessoa. Ficaram muito caracterizadas as coisas vindo lá de cima, até porque as reuniões de colegiado estão sendo muito esparsas (Entrevista 8, Professora do Curso de Administração).

Na estrutura consta isso, porém, não chega até nós porque o nosso representante sempre indicado pela própria administração. Nós não temos esse papel participativo de poder escolher quem nos representa nos colegiados (Entrevista 5, Professor de Metodologia de Pesquisa dos cursos do GPA da Saúde)

No UNIVAG, outra transformação na organização acadêmica é quanto a pesquisa. Há a iniciação científica, elaborada e executada nos cursos que possuem maior número de docentes titulados e/ou com experiência neste tipo de atividade, como os Cursos de Agronomia, Biologia e os da área da Saúde. Em muitos deles está sendo realizada em parceria com empresas privadas de bastante expressão nas áreas afins, que apóiam financeiramente as mesmas. Este tópico será abordado no capítulo III, item 3.3.

Outro foco de mudança estrutural e organizacional é em relação à extensão; de acordo com o MEC, “para a formação do Profissional Cidadão é imprescindível sua efetiva interação com a Sociedade, seja para se situar historicamente, para se identificar culturalmente ou para referenciar sua formação com os problemas que um dia terá de enfrentar”, sendo assim, entende que:

A extensão é a prática acadêmica que interliga a Universidade nas suas atividades de ensino e de pesquisa, com as demandas da maioria da população, possibilita a formação do profissional cidadão e se credencia, cada vez mais, junto à sociedade como espaço privilegiado de produção do conhecimento significativo para a superação das desigualdades sociais existentes (MEC/SESu – PNE, 2006).

No UNIVAG - Centro Universitário a extensão é realizada pelo Centro de Idiomas, criado em 1999, que oferece regularmente cursos de língua inglesa e língua espanhola; pelo Núcleo de Práticas Jurídicas – NPJ; as Clínicas Odontológicas; o Laboratório de Solos; e as Clínicas de Fisioterapia, Fonoaudiologia e Psicologia (inaugurados em 2004), onde há a oportunidade da práxis de um conhecimento acadêmico, ao mesmo tempo em que o acadêmico atua em prol das necessidades da comunidade.

Com o intuito de ampliarmos as reflexões sobre a extensão, perguntamos, nas entrevistas, se os cursos atendem as necessidades da comunidade, e obtivemos os seguintes depoimentos:

Eu penso que sim, até porque há uma participação efetiva dos cursos na comunidade. [...] Hoje nós temos inclusive projetos que estão sendo desenvolvidos como o centro social aplicado tem um projeto de revitalização da região do Porto em Cuiabá. O nosso curso na área de saúde tem uma inserção muito forte aqui na comunidade do Grande Cristo Rei, mais especificamente na Unidade Básica do UNIPARQUE. [...] As inserções estão acontecendo em alguns casos de forma tímida e em outros de forma mais consolidada (Entrevista 3, Gerente do GPA da Saúde).

Acho que sim. Eu nunca ouvi ninguém falar pra mim assim: eu fiz um curso no UNIVAG e não estou vendo propósito naquilo que aprendi. Pelo contrario, eu tenho alunos que são Gerente de Banco, alunos que estão no SEBRAI. O SEBRAI está toda hora aqui nos solicitando aluno pra trabalhar lá, nós temos alunos nas empresas, no comercio, e eles o tempo todo dizem que os estagiários que se saem melhor nos testes são os do UNIVAG. Os primeiros são da Federal e depois do UNIVAG. Então eu entendo que a gente esta atendendo nosso propósito, que é oferecer profissionais competentes pro mercado. Mas não é só isso, imagino que uma instituição de ensino não está preocupada só com isso, porque a gente forma um cidadão também, não só aquele profissional que vai lá atuar, mas um cidadão consciente da responsabilidade dele, com a sociedade, com as pessoas com as quais ele vai lidar. [...] (Entrevista 6, Coordenadora do Curso de Administração).

Eu entendo que sim. Minha formação primeira é serviço social, sou assistente social. Eu trabalho aqui no Núcleo de Práticas Jurídicas onde a gente faz triagem para estar encaminhando os atendimentos que a comunidade vem nos trazer. A necessidade de nossa assistência jurídica gratuita. Eu vejo o atendimento das Clínicas, do Centro de Idiomas. Então eu acho que os cursos estão atendendo tanto essa comunidade que nos procura para se tornar aluno e até o objetivo dela é se estender, de fazer trabalho comunitário. [...] (Entrevista 9, Professora de Direito).

No UNIVAG – Centro Universitário, segundo os entrevistados, a forma de inserção dos alunos na extensão se dá mediante as práticas nas Clínicas supervisionadas (Clínicas

de Fisioterapia, Fonoaudiologia, Odontologia e Psicologia), das visitas domiciliares na comunidade do PSF – UNIPARQUE (cursos de Fisioterapia, Fonoaudiologia e Enfermagem), e das Práticas Jurídicas (curso de Direito).

As contribuições que os cursos oferecem para atender às necessidades da comunidade são: a elaboração de cartilhas educacionais orientando como prevenir doenças e cuidados da saúde, trabalhando numa ótica de educação e promoção da saúde; a realização de palestras; os atendimentos e cuidados a pessoas adultas, idosos e crianças com necessidades especiais; os atendimentos nos consultórios dentários; o atendimento da Fonoaudiologia com a audiometria, o trabalho com profissionais que utilizam a voz como instrumento de trabalho, desenvolvimento da linguagem, de sua estimulação, de criação de hábitos orais e alimentares e do desenvolvimento e estimulação auditiva; entre outras

No entanto, um entrevistado mostrou-se com opinião diferente dos demais. Desta forma, deve existir no UNIVAG, principalmente por parte dos coordenadores, o compromisso em aumentar a participação dos docentes nos projetos feitos pelos cursos, principalmente naqueles realizados junto à comunidade. O entrevistado assim se manifestou:

Atende por um lado como curso superior que existe aqui. Não vejo que atende as necessidades da comunidade. O que é que a comunidade precisa e os cursos de administração, todos, têm para oferecer? Não tem porque essa formação nossa sempre é muito longe da realidade em que vivemos em nosso país. Nesse sentido, não vejo que atende. Ele atende em termos de vaga. Tem vaga aqui, viu? Mas será que estamos formando pessoas para trabalhar nessa sociedade, para mudar essa sociedade, seres críticos, seres políticos, pessoas para transformar mesmo? A gente precisa de pessoas que transforme que veja a realidade. Não consegue fazer essa realidade, o que eles estão fazendo hoje em dia. totalmente dispersivo. Então não sei, até porque esse trabalho de pesquisa seria uma coisa boa pra gente conhecer. A empresa Junior¹⁰, por exemplo, trabalhar com a comunidade. Então não vejo essa relação, nem sei se eles sabem

¹⁰ A UNIJÚNIOR – Empresa Júnior do UNIVAG Centro universitário foi criada em 2 de julho de 2003 e registrada, juntamente com seu Estatuto, no cartório Notarial e de Registros de Várzea Grande, em 18 de agosto de 2003. Ela tem as mesmas características de uma empresa comum, gerida pelos estudantes, porém com vantagens de atuar dentro de um centro de formação como o UNIVAG - Centro Universitário, pois tem acesso a laboratórios, biblioteca e toda infra-estrutura disponível, inclusive orientação e supervisão de profissionais de diversas áreas de estudo aos projetos que serão desenvolvidos. As atividades desenvolvidas constituem-se em estágios reais, sendo que os alunos são os responsáveis por todas as etapas do projeto, desde contato com o cliente, passando pela coleta de informações, identificação dos problemas, definição da metodologia e dos objetivos, até a redação do relatório final, com apresentação das soluções. A existência de uma Empresa Júnior no UNIVAG possibilita a oportunidade de aplicar na prática os conhecimentos adquiridos na academia através do envolvimento com a realidade, amparados pela infra-estrutura em termos físicos, tecnológicos e humanos. Hoje é um espaço interdisciplinar para os cursos da área de Comunicação Social, Turismo e Administração.

o que a sociedade precisa, o que a sociedade necessita. Mas já tem dessa forma (Entrevista 8, Professora do Curso de Administração).

A Empresa Junior - UNIJUNIOR, dentro do Plano de Desenvolvimento Institucional, é o espaço para que os cursos de Comunicação Social, Turismo e Administração contemplem a práxis em relação à extensão universitária, momento em que a Coordenação e o Colegiado Ampliado dos respectivos cursos devem planejar seus Projetos Pedagógicos utilizando tal recurso e integralizar o corpo docente nesse processo. No entanto, o depoimento acima expressa a falta da participação dos docentes nos colegiados de decisões, visto que só com essa participação haveria a integralidade dos cursos, idealizada no PDI.

Outro item observado como mudança estrutural é em relação à pós-graduação, o UNIVAG intensificou a oferta de cursos *lato sensu* com finalidades de titular o corpo docente nas áreas de maior carência e, ao mesmo tempo, de responder às necessidades de formação de profissionais da comunidade local e regional. Foram oferecidos cursos de especialização nos moldes tradicionais e, também, introduzidos, na região, os cursos na modalidade *Master Business Administration - MBA*¹¹, numa iniciativa pioneira, em atendimento às exigências de um importante segmento profissional (UNIVAG-PDI, 2003/2007).

Na pós-graduação, até o ano de 2003, estavam em funcionamento os cursos de especialização indicados no Quadro a seguir:

Quadro 3
Cursos de Pós-graduação *lato sensu* – Vagas, matrículas e início de funcionamento

Curso	Vagas	Matrículas	Início Funcionamento
Comércio Eletrônico (convênio UNIVAG/UFSC)	40	40	08/2001
Educação Especial e Saúde	40	35	07/2001
Fundamentos da Educação e Docência do E. S.	40	40	09/2002
Direito Tributário	50	50	05/2002
Gestão de Pessoas para a qualidade	50	50	08/2002
Redes de Computadores (UFSC/UNIVAG)	40	37	08/2002
Pedagogia na Empresa	50	30	06/2003
Gestão e Pessoas para a Qualidade	50	15	06/2003
Totais	260	252	-

Fonte: Coordenação de Pesquisa e Pós-Graduação - UNIVAG (junho de 2003).

¹¹ MBA é a abreviatura para o termo em inglês *Master of Business Administration*, e indica que o foco do curso é a área de negócios. Um MBA é um curso de pós-graduação. A designação MBA foi reconhecida pelo MEC e regulamentada para ser adotada em cursos de pós-graduação *lato sensu* no Brasil a partir de 2001 (Res. N. 1 CES/CNE, 3/4/2001).

No que se refere à pós-graduação *stricto sensu*, a primeira iniciativa foi o oferecimento em duas turmas, com início em 2000 e 2002, respectivamente do Curso de Mestrado em Gestão Econômica do Meio Ambiente, em convênio com a Universidade de Brasília – UnB. A Instituição percebeu no convênio interinstitucional a forma de oferecer este nível de formação aos seus professores para a capacitação/titulação, bem como estender a possibilidade à comunidade externa.

Identificamos, também, outro aspecto relacionado à função diretiva que parece indicar novos rumos para a gestão, ocorridos a partir da década de 1990: a valorização da titulação docente.

Relacionar qualidade institucional com titulação dos docentes, exigidos na legislação para credenciamento de Centros Universitários, nos fez questionar se está havendo maior estímulo e se o UNIVAG atendeu a essa exigência para a qualificação dos professores após a transformação. Essa pergunta foi feita aos entrevistados, obtendo-se as seguintes respostas:

Eu acho que de forma tímida ainda está caminhando esta parte. Mas o que a gente percebe é que nós temos já no quadro docente profissionais, certo percentual de profissionais já qualificados que o próprio exige. Então a instituição dentro de suas limitações ela vai qualificando dentro da área que se faz necessário (Entrevista 1, Professor e Coordenador de Ensino).

Evidentemente que sim, até porque ser Centro Universitário implica ter professores cada vez maiores titulação possível. Acaba sendo uma exigência ainda maior da instituição (Entrevista 3, Gerente do GPA da Saúde).

Houve sim, significativamente no Centro Universitário. Hoje nos temos especializações dentro da área educacional e é uma exigência também porque quase todos os professores possam estar fazendo o seu mestrado, doutorado e um incentivo. A universidade tem incentivado dentro de algumas áreas a atualização profissional (Entrevista 4, Coordenador de Curso de Ciências Contábeis).

É até uma necessidade. Uma imposição do próprio MEC é ter professores qualificados. A instituição também entende que o professor melhor qualificado ele é mais competente para exercer as atividades dele e ela investe nisso, desde que eu cheguei aqui, não é só hoje. [...] (Entrevista 6, Coordenadora de curso de Administração).

Está havendo até pela necessidade que o próprio MEC está exigindo. Eu mesma sou exemplo disso, porque logo em seguida que eu comecei a trabalhar começou a surgir a necessidade do mestrado, doutorado. Eu mesma fiz parte de um convênio interinstitucional entre a UNIVAG e a UNB, que trouxe o mestrado de Gestão Econômica do Meio Ambiente para que no primeiro

momento a prioridade fosse o professor da UNIVAG, para qualificar. [...] (Entrevista 9, Professora do Curso de Direito).

[...]. Nossa proporção de mestres e doutores sempre têm ficado acima do mínimo que é exigido. O que é uma das condições para garantir essa excelência de ensino. O UNIVAG investe nisso, oferece auxílio, paga os professores para capacitarem na medida das suas possibilidades, estimula, facilita o afastamento do professor periódico daqui, não cria dificuldade, não cria obstáculo [...] (Entrevista 2, Assessora Acadêmica).

Atende. Desde o nosso re-credenciamento em 2003 nós já atendemos e inclusive ultrapassávamos bastante, mais de 10% o percentual exigido que é de 20% e nós tínhamos trinta e tanto por cento de mestres e doutores. [...] o UNIVAG desde sua transformação de faculdade para Centro procurou fazer com que seu corpo docente tivesse mestres e doutores já pensando na necessidade de transformar em universidade, se fosse o caso, ele já tem o seu corpo docente titulado (Entrevista 7, Assessora Pedagógica).

Um dos mecanismos acionados pelas IES privadas é o estabelecimento do controle/acompanhamento do trabalho docente, que objetiva nada mais que aprimorar a gestão em consonância com as diversas exigências legais.

Portanto, sob o ponto de vista do controle das atividades realizadas pelos professores, o UNIVAG desenvolveu instrumentos e mecanismos como: avaliação do docente pelos alunos e coordenadores; exposição dos planos de aulas, entre outros, e envio para o docente dos relatórios dessas avaliações para permitir identificar os acertos e erros. Acreditamos ser uma forma de controlar o corpo docente e cobrar-lhe produtividade.

A Assessoria Acadêmica do UNIVAG – Centro Universitário, baseada nessas exigências, fez um levantamento em 2003, do corpo docente da instituição necessário para fazer frente às necessidades dos 28 cursos da graduação, acadêmica e tecnológica; o quadro era composto por 422 (quatrocentos e vinte e dois) professores, dos quais 20 (vinte) eram doutores, 145 (cento e quarenta e cinco) mestres e 224 (duzentos e vinte e quatro) especialistas, num total de 39% de mestres e doutores, o que indicava o atendimento às exigências legais que determinam um percentual mínimo de 20% do corpo docente, com esta titulação. Em capacitação havia 15 docentes em programa de doutorado e 75 em programa de mestrado, o qual totalizando noventa titulados elevaria significativamente o percentual de titulação (UNIVAG-PDI, 2003/2007).

Nos termos do Plano de Cargos e Salários – PCS/UNIVAG, o ingresso do docente na Carreira, nas categorias profissionais, professor efetivo, professor colaborador ou professor ingressante, dá-se sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e

obedece às seguintes etapas: análise curricular; entrevista; e/ou prova didática. Desde 2005, no curso de Fisioterapia, os docentes são admitidos pós uma avaliação teórica e prática, na primeira avaliam-se suas habilidades e competências técnicas e na segunda, suas habilidades didáticas do ensino superior.

Ao ingressar, o docente é enquadrado no regime de trabalho de Tempo Integral (TI), correspondente a 40 horas semanais e/ou ao de Tempo Parcial (TP), com quantidade variável de horas especificadas semanalmente em função das atividades desenvolvidas. Com relação à carga horária dos docentes, um dos entrevistados assim se manifestou:

Hoje a gente está preferindo um professor com uma carga horária maior até para que o compromisso dele seja maior. Diferente do que a Pró Reitoria Acadêmica chama de 'professor taxista', não fala nem horista. É aquele professor que chega e tem que sair correndo para outra instituição ou ir embora. Eu vejo no curso de direito, por exemplo, a preferência que a gente tem por um professor com uma carga horária maior, até para estar se dedicando à pesquisa, que a gente está começando a implantar dentro do curso. [...] (Entrevista 9, Professora do Curso de Direito).

Desde o seu credenciamento, no segundo semestre de 2000, o UNIVAG proporciona incentivos à qualificação dos professores pelo Programa de Formação Continuada de Docentes, sendo que, para beneficiar-se do programa, o docente deverá fazer parte do quadro da IES por pelo menos três anos (*stricto sensu*) e dois anos (*lato sensu*), possuir carga horária igual ou superior a 12 horas-aula semanais e deverá comprometer-se a permanecer na IES após a conclusão do Programa, por um período equivalente àquele da obtenção da bolsa (Regimento do UNIVAG, Resolução DG n.º 002/98).

O art. 136 do Regimento do UNIVAG determina que a política de capacitação docente deva ser realizada mediante: concessão de auxílios financeiros ou de afastamento das atividades, definidos pela Reitoria para ingresso e desenvolvimento de cursos de pós-graduação de interesse institucional, após aprovação de plano orçamentário próprio, pela Mantenedora; concessão de licença remunerada, bolsa ou qualquer outra ajuda financeira para estudo, obrigando-se o docente a servir à Instituição, após seu regresso ou término do benefício, por período equivalente, nos termos fixados no respectivo contrato, citado no parágrafo anterior, após aprovação de plano orçamentário próprio, pela Mantenedora; e a participação docente em congressos, seminários e eventos congêneres, para publicação de trabalhos científicos ou intelectuais, de interesse institucional, dentro dos limites

orçamentários, na forma aprovada pela Reitoria. E no seu art. 137, dispõe que os afastamentos para realizar curso de pós-graduação, participar de congressos ou seminários e outros eventos são objetos de regulamentação específica pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE, homologada pelo Conselho de Administração Superior - CAS.

Entendendo também que o tempo dispensado à Instituição pelo docente é de fundamental importância para a qualidade do ensino. Em 2003, o número de docentes em Tempo Integral - TI era de 73 (setenta e três) dos quais 5 (cinco) eram doutores, 41 (quarenta e um) eram mestres, 24 (vinte e quatro) eram especialistas e 03 (três) eram graduados. Em Tempo Parcial - TP, eram 348 (trezentos e quarenta e oito) docentes, dos quais 15 (quinze) eram doutores, 104 (cento e quatro) mestres, 200 (duzentos) especialistas e 29 (vinte e nove) graduados (UNIVAG-PDI 2003-2007).

Em 2004 já havia 111 (cento e onze) docentes em programas de capacitação, dos quais 15 (quinze) em programas de doutorado, 75 (setenta e cinco) em mestrado e 21 (vinte e um) em especialização. Desde esse ano encontrava-se em funcionamento um Curso de Especialização em Fundamentos e Didática do Ensino Superior, oferecido para os docentes da Instituição, que, em seu ano de abertura, contava com 55 matriculados, no qual se pretendeu não só a titulação mínima exigida para graduados, mas também a capacitação para a docência no ensino superior, o que se caracteriza como apoio pedagógico institucional aos docentes, indicador da avaliação externa (UNIVAG-PDI, 2003/2007). O Veja Anexo 4, onde demonstra os projetos de pesquisa de docentes em capacitação com apoio institucional de 2004 a 2007.

Em 2005 (2º semestre), assim constava a Titulação (TIT – Graduados; Especialistas; Mestres; Doutores) e o Regime de Trabalho (Tempo Integral (TI); Tempo Parcial (TP); Horistas (H)) do corpo docente do UNIVAG.

Quadro 4
Corpo Docente e seu Regime de Trabalho UNIVAG 2005/2

TIT	TI	TP	H	TI	TP
GRADUADOS	3	1	0	75%	25%
ESPECIALISTAS	52	100	32	28%	54%
MESTRES	64	54	17	47%	40%
DOUTORES	8	5	1	57%	36%
TOTAL	127	160	50		

Fonte: UNIVAG - Gerente Gestão de Pessoas

O Quadro 4 demonstra que 76% dos docentes encontravam-se com titulação de mestres ou doutores, índice superior ao estipulado pelo CNE para os centros universitários que é de 1/3 dos seus professores com estas titulações¹².

O apoio pedagógico aos docentes é realizado pela Coordenação de Ensino de Graduação e Extensão por meio de reuniões pedagógicas periódicas, previstas no calendário acadêmico e que se constituem em oportunidade de estudos e reflexões sobre temáticas pertinentes à prática docente. Juntamente com outras atividades já mencionadas, tais reuniões compõem o já citado Programa de Formação Continuada dos Docentes. Com o apoio desta Coordenação, as Coordenações de Curso desenvolvem o trabalho junto aos docentes de cada curso, tendo como referência o projeto pedagógico e sua execução. Recentemente, foi institucionalizada a Coordenação Auxiliar de Semestre, responsável pela articulação do trabalho docente em nível de turma, tanto no que se refere ao desenvolvimento do currículo, quanto às relações professor-aluno e professor-professor. Esta instância pretende descentralizar a coordenação dos cursos, de forma a permitir um trabalho mais integrado e efetivamente acompanhado (UNIVAG-PDI 2003-2007).

A partir de 2003, implantou-se o Sistema Integrado de Informações pela Comissão de Avaliação Institucional – CAI, no qual se consolida o cadastro geral de docentes, constituindo-se em base de dados para a administração, em suas diversas instâncias.

Visando vislumbrar a realidade proposta pelo PDI e pelo disposto no Regimento, perguntou-se aos entrevistados se está havendo maior estímulo para a qualificação dos professores após a transformação de Faculdade para Centro Universitário. Seguem-se as devolutivas dos entrevistados:

(...) a Instituição dentro de suas limitações vai qualificando dentro da área que se faz necessário (Entrevista 1, eixo II - Professor e Coordenador de Ensino).

Está havendo até pela necessidade que o próprio MEC está exigindo. Eu mesma sou exemplo disso, porque logo em seguida que eu comecei a trabalhar começou a surgir a necessidade do mestrado, doutorado. Eu mesma fiz parte de

¹² Para os centros universitários, o parágrafo único do art. 1º do Decreto nº 5.786/2006, disciplina: Art. 1º. Parágrafo único. Classificam-se como centros universitários as instituições de ensino superior que atendam aos seguintes requisitos: I - um quinto do corpo docente em regime de tempo integral; e II - um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado.

um convênio interinstitucional entre a UNIVAG e a UNB, que trouxe o mestrado de Gestão Econômica do Meio Ambiente para que no primeiro momento a prioridade fosse o professor da UNIVAG, para qualificar. Eu fiz meu mestrado nesse convênio. Sempre está vendo a questão do mestrado, a questão da própria qualificação, formação continuada dos professores (Entrevista 9, Professora do Curso de Direito).

É até uma necessidade. Uma imposição do próprio MEC é ter professores qualificados. A instituição também entende que o professor melhor qualificado ele é mais competente para exercer as atividades dele e ela investe nisso, desde que eu cheguei aqui, não é só hoje. Obviamente que hoje ela tem condições, tem mais recursos, está mais preparada para isso, mas pelo que conheço a Pró-Reitoria Acadêmica, mesmo o Reitor, está claro pra eles que sem ter profissional competente não vão ter qualidade de ensino (Entrevista 6, Coordenadora do Curso de Administração).

No entanto, dois entrevistados foram contrários aos demais:

Houve, agora não estou sentindo mais. Não estou sentindo mais nada. Estou percebendo que agora as coisas desandaram. Que antes sentia. Até nós fizemos um curso de especialização, era formação de professor, uma discussão sobre educação. Então, foi um curso bom na qual o Centro Universitário juntou vários professores, de várias áreas de formação, na qual nós conhecemos, discutimos muito. Aí parece que bum! Quando a gente chega: cortou isso, cortou aquilo... Aí começou um desestímulo as pessoas saindo, as pessoas sendo trocadas, mandadas embora. Não tem um curso mais de mestrado, por exemplo, que teve. Eu acho que não tá tendo incentivo até porque quem fez isso aí fez por conta própria. O único incentivo que tinha era que a gente pagava um pouco menos, mas a gente pagou todos os cursos. Muitos precisavam fazer um curso de especialização e eu fiz, mas nem precisava. Eu queria discutir a educação nesse outro momento. Discuti em oitenta e pouco e chegou uma hora que a gente estava defasada demais e então foi interessante. Mas não sinto que hoje tenha não, até porque não se paga nada mais para isso (Entrevista 8, Professora do Curso de Administração).

Não (Entrevista 5, Professor de Metodologia de Pesquisa).

Como se pode observar, a tendência própria de uma instituição privada é contar com docentes engajados no mercado de trabalho que mesmo sem terem disponibilidade exclusiva para o ensino superior, trazem suas experiências profissionais e a necessidade de maior formação, não só para cumprir com a exigência legal, mas pela necessidade de informações advindas de um mundo onde a velocidade dos saberes não permite a estagnação do aprendizado. Fatos que requerem das instituições e dos profissionais adequações e atualização constante, visando ao acompanhamento do “estado da arte” das suas áreas de conhecimento.

No entanto, as políticas institucionais podem dificultar a ocorrência dessa formação fazendo com que o processo não ocorra de forma efetiva, por isso devem ser implementadas políticas institucionais, especificamente da pós-graduação em nível de mestrado, doutorado e pós-doutorado nas IES privados as quais possibilitariam o engajamento do docente no processo de formação e qualificação. O UNIVAG não apresenta esta política institucionalizada, motivo do descontentamento do último depoimento, evidenciando que a formação continuada ocorre muito mais por um esforço individual.

Ainda objetivando confirmar se o UNIVAG, em relação aos outros cursos, está cumprindo com a exigência quanto à porcentagem de mestres e doutores, questionou-se: “o UNIVAG atende a esse critério?” As respostas foram as seguintes:

Atendeu porque era uma condição necessária. Atendeu e vem atendendo essa distribuição de percentual, tem sofrido ajuste ao longo do tempo. O UNIVAG está sempre não só atendendo, mas superando. Nossa proporção de mestres e doutores sempre tem ficado acima do mínimo que é exigido. O que é uma das condições para garantir essa excelência de ensino. O UNIVAG investe nisso, oferece auxílio, paga os professores para capacitarem na medida das suas possibilidades, estimula, facilita o afastamento do professor periódico daqui, não cria dificuldade, não cria obstáculo, então eu acho que é um conjunto de ações. Isto tem a ver com a questão da excelência do ensino, porque é uma das variáveis que favorece a excelência do ensino. A excelência não se tira do nada, precisa de trabalho, de investimento, tira de estímulo da permanência do professor (Entrevista 2, Assessora Acadêmica).

Atende. Desde o nosso re-credenciamento em 2003 nós já atendemos e inclusive ultrapassávamos bastante, mais de 10% o percentual exigido que é de 20% e nós tínhamos trinta e tanto por cento de mestres e doutores. Sempre foi uma política institucional a busca de profissionais com esta titulação, até porque até bem pouco tempo a questão dos Centros Universitários, o futuro dos Centros Universitários era meio incerto. Achavam inclusive que os Centros deveriam ser transformados em universidades e deixados de existir. No ano passado é que saiu uma resolução, que na verdade deu identidade aos Centros Universitários, e então o UNIVAG desde sua transformação de faculdade para Centro procurou fazer com que seu corpo docente tivesse mestres e doutores. Já pensando na necessidade de transformar em universidade, se fosse o caso, ele já tem o seu corpo docente titulado (Entrevista 7, Assessora Pedagógica).

Questionou-se ainda se o UNIVAG investe financeiramente na formação de mestres e doutores, obtendo-se os seguintes depoimentos:

Existem professores, eu não saberia dizer quantos, de cabeça eu não teria esse dado, de professores que recebem uma ajuda financeira do UNIVAG para fazer

seu mestrado, seu doutorado. Avaliando esses anos todos, o UNIVAG sem uma política muito definida, não existe um percentual estabelecido para bolsas, mas todos os anos, todos os semestres existe a concessão de ajuda financeira para formação, para professores que estão em mestrado e doutorado (Entrevista 8, Professora do Curso de Administração).

Acho que tem vários níveis. Primeiro tem apoiado financeiramente com auxílio financeiro, em alguns casos com bolsa a diversos professores já há bastante tempo. Segundo, criar as condições que estimulem o professor a buscar a sua qualificação em nível de pós-graduação. Depois, o processo de trabalho, como ele é conduzido dentro dos cursos criando espaço para os professores poderem sair, ter o compromisso dos colegas aqui garantindo a sua ausência, são condições que favorecem e a própria ambiência acadêmica do UNIVAG ela é estimulante para o professor buscar a sua formação, a discussão permanente da qualidade. Tem uma política com várias ações que deságuam nesse sentido nesse estímulo da qualificação dos seus professores (Entrevista 2, Assessora Acadêmica).

[...] não há uma política institucionalizada, o que existe são a concessão de ajuda financeira aqueles professores que por iniciativa própria vão fazer o mestrado e doutorado (Entrevista7, Assessora Pedagógica)

Com relação ao corpo discente do UNIVAG, em 2003, a Instituição registrava o total de 7.847 (sete mil, oitocentos e quarenta e sete) alunos, com uma composição bastante heterogênea: quanto ao aspecto sócio-econômico é diversificada e quanto à faixa etária, constituída de jovens egressos do Ensino Médio, de profissionais inseridos no mercado de trabalho, mas sem formação universitária e de profissionais já com formação superior que buscam a requalificação. Este alunado provém da região metropolitana de Várzea Grande e de Cuiabá, capital do estado de Mato Grosso, cidade vizinha da sede do UNIVAG – Centro Universitário, das cidades próximas e do interior do estado, estendendo consideravelmente a sua área de abrangência. Nesses anos de atuação, o UNIVAG graduou até 2005, 1.844 (um mil, oitocentos e quarenta e quatro) profissionais, em diversas áreas, um número que expressa sua contribuição para o desenvolvimento do Estado de Mato Grosso (UNIVAG-PDI, 2003/2007).

A Instituição elaborou o perfil do aluno do UNIVAG com base em levantamento realizado no final de 2001, evidenciando-se algumas características: faixa etária entre 23 e 28 anos; reside com os pais; depende economicamente da família; trabalha em tempo integral; cursou o ensino médio em estabelecimento público, tendo se preparado para o processo seletivo por conta própria; mantém-se informado pela televisão e pelo rádio,

sendo a televisão o lazer preferido; não possui computador, mas possui domínio razoável dos principais programas de informática e não tem domínio de língua estrangeira.

O UNIVAG oferece alternativas para custeio da graduação por meio de Bolsas de Estudo/Convênio a estudantes com dificuldades de financiar os seus estudos em uma instituição privada. Os tipos de Bolsas existentes são: Bolsa Atividade, Bolsa Pesquisa, Bolsa Monitoria, Bolsa Empresa Junior e Bolsa Licenciatura. O PDI registra aproximadamente 2.500 (dois mil e quinhentos) bolsistas até maio de 2003, valendo registrar que existiam alunos com Bolsa Atividade que prestavam serviços em atividades acadêmicas, culturais e técnicas nos diversos setores da Instituição. (PDI-UNIVAG, 2003/2007).

A bolsa atividade tem como objetivo auxiliar o aluno em despesas para o desenvolvimento de suas atividades. A bolsa atividade constitui-se de um contrato de auxílio financeiro (desconto na mensalidade de 30%, 40%, 60 ou 100%), beneficiando a pessoa física, na condição de aluno matriculado com comprovada carência sócio-econômica, sem nenhum vínculo e/ou relação empregatícia com o UNIVAG. A carga horária é de 20 (vinte) horas semanais, onde os bolsistas selecionados serão lotados em Unidades Administrativas da instituição (Cursos) e sua distribuição será feita por setor (Ambulatórios; Biblioteca; Coordenações; RH; Cerimonial; Pós Graduação; Laboratórios; Academia; Clínicas; Centro de Idiomas; UNIJUNIOR e outros). A bolsa atividade é válida a cada semestre podendo ser prorrogado ou cancelado.

Os bolsistas do ano 2004, fornecido pelo Gerente de Gestão de Pessoas do UNIVAG, representavam 37 alunos, sendo 13 com desconto de 100%, 7 com 60%, 1 com 40% e 16 alunos com 30% de desconto em suas mensalidades. Os alunos com 100% de desconto encontravam-se nos cursos de Direito (2 alunos), Sistema de Informação (1 aluno), Pedagogia (1 aluno), Psicologia (1 aluno), Turismo (2 alunos), Geografia (1 aluno), Biologia (2 alunos), Comunicação e Marketing (1 aluno), Administração (1 aluno) e Contábeis (1 aluno). Os alunos com 60% de desconto eram dos cursos de Publicidade e Propaganda (1 aluno), Turismo (1 aluno), Direito (3 alunos), Biologia (1 aluno) e Educação Física (1 aluno). O único aluno com desconto de 40% era do curso de Sistema de Informação. E os alunos com 30% de desconto pertenciam aos cursos de Educação Física (12 alunos), Fisioterapia (1 aluno), Farmácia (1 aluno), Comunicação Social (1 aluno) e Direito (1 aluno).

Em 2005 (1º. Semestre) a única Bolsa ofertada pelo UNIVAG continuava sendo a Bolsa-Atividade, contemplando nesse período 46 alunos, demonstrando poucos beneficiados com tais recursos (Gerente de Gestão de Pessoas, 2005).

A partir de 2000 (criação do UNIVAG - Centro Universitário), em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, o UNIVAG amplia sua oferta de cursos de graduação com a oferta dos cursos de Bacharelado em Comunicação Social, com Habilitações em Relações Públicas e Publicidade e Propaganda, Marketing; Turismo, com Habilitações em Hotelaria e Lazer e Eventos; e a Habilitação em Comércio Exterior no curso de Administração (Quadro 10).

Quadro 5
Cursos do UNIVAG - Centro Universitário 2000

INSTITUIÇÃO	ANO	CURSOS
UNIVAG – CENTRO UNIVERSITÁRIO	2000	<ol style="list-style-type: none"> 1. Administração 2. Ciências Contábeis 3. História 4. Geografia 5. Direito 6. Ciências Econômicas 7. Tecnologia em Processamento de Dados 8. Licenciatura Plena em Pedagogia 9. Pedagogia na Empresa 10. Letras 11. Ciências Biológicas 12. Bacharelados em Sistemas de Informação 13. Secretariado Executivo 14. Agronomia 15. Odontologia 16. Comunicação Social 17. Marketing 18. Turismo

Fonte: UNIVAG-PDI, 2003/2007.

No mesmo ano iniciou a modalidade de cursos de graduação modular, com aulas concentradas nos finais de semana, e atividades em serviço (não presencial), onde eram ofertados os seguintes Cursos de Licenciatura: História, Geografia, Letras, Pedagogia, Matemática e Ciências Biológicas. O campus que dispunha, inicialmente, de apenas um prédio, locado para o funcionamento da Instituição, passa, então, a ocupar uma área própria de 380.000 m², dos quais 40.000m² de área construída e 50.000 m² de estacionamento asfaltado, com capacidade para abrigar até 5.000 veículos. Na trilha desta expansão física, vieram os recursos materiais e didáticos, assim como a própria expansão

do acervo bibliográfico colocado à disposição dos acadêmicos do UNIVAG e a aquisição de recursos para informatização e comunicação por infovias¹³ (UNIVAG-PDI, 2003/2007).

No ano de 2001, foram implantados mais dois cursos, o de Fisioterapia e o de Farmácia e, no início de 2002, os cursos de Fonoaudiologia e de Educação Física. Em 2003/2 (2º semestre) teve início o oferecimento do curso de Psicologia, após tramitação externa junto aos órgãos competentes, em atendimento às exigências legais para estes cursos.

Quadro 6
Cursos do UNIVAG - Centro Universitário 2001/2002/2003

INSTITUIÇÃO	ANO	CURSOS
UNIVAG – CENTRO UNIVERSITÁRIO	2001	<i>Cursos citados anteriormente +</i> • Fisioterapia • Farmácia
	2002	<i>Cursos citados anteriormente +</i> • Fonoaudiologia • Educação Física
	2003	<i>Cursos citados anteriormente +</i> • Psicologia

Fonte: PDI 2003-2007

Em 2003 também foi implantado o Programa de Educação Tecnológica (quadro 12), pioneira no estado e em uma instituição privada de ensino superior. O Programa ofereceu cursos em duas áreas profissionais, Informática e Gestão, com seis cursos, a saber: Desenvolvimento de Sistemas de Informação, Gestão em Agronegócio, Gestão do Serviço Público, Gestão de Turismo e Hospitalidade, Gestão de Pessoas nas Organizações e Gestão de Planejamento de Marketing e Vendas.

Quadro 7
Cursos Tecnológicos do UNIVAG - Centro Universitário

INSTITUIÇÃO	ANO	CURSO
UNIVAG – Centro Universitário	2003	TECNOLÓGICOS: • Desenvolvimento de Sistemas de Informação • Gestão de Agronegócio • Gestão do Serviço Público • Gestão de Turismo e Hospitalidade • Gestão de Pessoas nas Organizações • Gestão de Planejamento de Marketing e Vendas

Fonte: PDI-UNIVAG, 2003/2007.

¹³ “A Infovia consiste no backbone para acesso a redes de informação e, a partir de 1995, teve o Ponto de Presença – da Rede Nacional de Pesquisa (RNP) – estabelecido formalmente em Goiânia. A instalação das Infovias foi estruturada pela necessidade de atender grandes e pequenas cidades do estado tendo em vista o futuro uso das infovias por projetos federais, como o Programa Nacionais de Informática na Educação, e estaduais” (TOSCHI; RODRIGUES, 2003 p.315).

Em 2004 não houve mudanças nas ofertas de cursos no UNIVAG.

Se a abertura da política educacional adotada para a educação superior possibilitou a diversificação da oferta, ela também trouxe, a partir de 2003, mudanças no ritmo do crescimento. Mesmo em expansão, o setor começou a dar sinais de desaceleração. Dados do Censo de 1996 a 2005 apontam redução do número de matrículas entre 2003 e 2004. De acordo com o estudo, havia, em 2004, 2.985.405 alunos matriculados nas instituições privadas. Em relação a 2003, o acréscimo foi de 8,5%, inferior à taxa média de expansão verificada entre 1999 e 2003, de 15,6%.

Outro dado que demonstra redução na velocidade do crescimento são as vagas ociosas. Em 2004, das 2.320.421 vagas disponíveis no país, 1.303.110 foram preenchidas, mas 48% do total permaneceram ociosas, conforme o INEP.

Outra questão é a crise econômica. E dados de 2004 do IBGE mostram que, no mesmo período em que aumentava o número de instituições, a renda do trabalhador estava em queda. Naquele ano, o rendimento médio dos trabalhadores foi de R\$ 733, mantendo a perda real de 18,8% em relação a 1996, quando a remuneração alcançou R\$ 903, seu ponto máximo desde o início da década de 1990 (MEC/INEP, 2006).

A partir de 2005, foram ofertados para o vestibular os seguintes cursos de graduação acadêmica regular: Administração, Ciências Contábeis, Sistemas de Informação, Turismo, Comunicação Social, Letras, Pedagogia, Matemática, Odontologia, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Educação Física, Psicologia, Agronomia, Ciências Biológicas, Direito, Docência nas Ciências Humanas, Enfermagem, Engenharia Ambiental, Engenharia de Alimentos e Serviço Social.

Dos cursos ofertados no UNIVAG em 2004, o Censo 2005 registrou o seguinte número de vagas, de inscrito e a matrícula, bem como o número dos concluintes. Demonstrado na Tabela 19 (MEC/INEP/Deaes)

Tabela 19

Nº. de Vagas, Inscritos, Matrículas e Concluintes do UNIVAG/2004

	TOTAL	DIURNO	NOTURNO
VAGAS	7.440	3.620	3.820
INSCRITOS	4.724	2.726	1.998
MATRÍCULAS	8.484	3.432	5.052
CONCLUINTES	1.664	518	1.146

Fonte: MEC/INEP/Deaes

Na graduação tecnológica, a partir desse ano (2005) ofertou-se: Gestão Pública, Gestão de Agronegócios, Gestão de Marketing, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Gestão de Recursos Humanos, Gestão de Segurança Privada, Secretariado, Gestão Desportiva e de Lazer, Transporte Aéreo, Gestão Comercial, Gestão Financeira, Tecnologia e Informação, Estética e Cosmetologia, Processamento de Carne, Logística e Design Gráfico (UNIVAG-PDI, 2003/2007).

Houve mudanças também nos cursos modulares em 2005, que são: Matemática, Pedagogia, Letras, Ciências Biológicas e Docência nas Ciências Humanas.

As modalidades de Cursos de Graduação, Cursos Modulares e Cursos Tecnológicos foram implantadas, no UNIVAG, para cumprir com um dos seus compromissos traçados em seu PDI (2003 a 2007):

- Diversificação e criação de novas modalidades de ensino de graduação e de pós-graduação de modo que a Instituição possa cumprir seu papel social, numa perspectiva de consorciamento interinstitucional, quando necessário;
- Implantação dos novos cursos de graduação na área da Saúde, em particular, Medicina e Enfermagem/Obstetrícia para o que demandará providências cabíveis quanto à dimensão pedagógico-administrativa, estrutura física e equipamentos;
- Ampliação da integração com organizações governamentais e não-governamentais, por meio da implantação/implementação do Programa de Educação Tecnológica, nas diferentes áreas profissionais, de modo a não só atender às demandas emergenciais do mercado, mas permitir uma formação que qualifique os egressos para atuarem em uma sociedade em contínua mudança, garantindo-lhes a sua laborabilidade.

A avaliação do PDI é realizada por Comissão Permanente, especialmente constituída para acompanhar e avaliar a consecução dos objetivos e metas do projeto institucional. Esta Comissão é vinculada à Reitoria e suas atividades são coordenadas pelo Pró-Reitoria Acadêmica, que tem uma ação articulada com a da Comissão de Avaliação Institucional – CAI, o que lhe permite utilizar os resultados e análises por estes produzidos, para, com o acompanhamento e a avaliação da execução do PDI possa permanentemente redimensioná-lo, quando necessário, estabelecendo-se um processo de (re) construção com base nos indicadores da avaliação institucional (UNIVAG-PDI, 2003/2007).

No bojo da política de diversificação e expansão da educação foi que surgiram os Centros Universitários. Com isso a implantação do UNIVAG - Centro Universitário com

suas alterações estruturais e mudanças organizacionais vêm ao encontro das exigências para obtenção de seu credenciamento e reconhecimentos.

Percebe-se, por meio desta pesquisa, que o aspecto que mais sofreu melhorias no UNIVAG, está nas suas instalações físicas, ou seja, os laboratórios, biblioteca e clínicas. No que diz respeito às questões acadêmicas, da participação dos professores e alunos nas decisões, e no esforço dos professores para sua qualificação, ainda há muito para ser desenvolvido numa instituição de tal porte.

CAPÍTULO III:

CRITÉRIOS LEGAIS E ACADÊMICOS PARA A IMPLANTAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO UNIVAG

Neste capítulo abordaremos como o UNIVAG atendeu as exigências legais quanto à autonomia universitária; a participação da comunidade acadêmica na tomada de decisão; o desenvolvimento da pesquisa; as condições de trabalho oferecidas ao corpo docente.

3.1 - A autonomia universitária – atendimento à exigência legal?

A Constituição Federal de 1988 consagrou a autonomia universitária protegida pelo seu artigo 207 que dispõe: "As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão". No artigo 209 fixou as normas básicas da participação do setor privado na oferta de ensino.

No que se refere à autonomia universitária, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 9.394/96, define os processos da autonomia como a criação, organização e extinção pelas universidades, em sua sede, de cursos e programas de educação superior; a fixação de currículos de cursos e programas; o estabelecimento de planos, programas e projetos de pesquisa científica, produção artística e atividades de extensão; a fixação do número de vagas; a elaboração de estatutos; a atribuição de graus, expedição e registro de diplomas, celebração de contratos, acordos e convênios, aprovação e execução de planos, programas e projetos de investimentos; a administração de rendimentos conforme os dispositivos institucionais; a criação, expansão, modificação e extinção de

cursos; a ampliação e diminuição de vagas; a elaboração de programas de cursos; a programação das pesquisas e das atividades de extensão; contratação e dispensa de professores; a definição de planos de carreira; sem prejuízo de outras (Lei nº. 9.394 de 1996).

Em fins de 2004, o Ministério da Educação apresentou para a discussão pública um anteprojeto de reforma da educação superior. Dentre as várias questões abordadas na Reforma, a consolidação da autonomia universitária é uma das diretrizes que deve ser implantada em todo o sistema educacional; no entanto, o anteprojeto encontrava-se, até agosto de 2007, no Congresso Nacional, sem avanços consideráveis.

A autonomia acadêmica, administrativa, financeira e patrimonial da Universidade é essencial para a sua definitiva inserção no contexto em que se situa. Isso porque a autonomia requer gestão compartilhada, pautada na definição de prioridades e isto quer dizer que a Universidade se torna completamente responsável pelas suas ações: interna e externamente, a ela cabe responder pelas iniciativas que desenvolve, pela direção que imprime ao seu desenvolvimento e por quem ou ao que especificamente busca atender. Definir meios e estabelecer normas legais que garantam o exercício pleno e uniforme da autonomia em Universidades públicas e privadas significa conferir-lhes a responsabilidade de cumprir suas funções em consonância com a autonomia que lhes foi assegurada e estabelecer mecanismos de cobrança adequados (MACEDO; TREEVISAN, 2005).

A autonomia também é vista como uma instância de decisão colegiada com a função de gerir a escola democraticamente, representando os diferentes segmentos da comunidade escolar, com papel ativo na construção de seu projeto político-pedagógico, em sua implantação, acompanhamento e avaliação sistemática (MARQUES, 2003).

De acordo com Fávero (1999) se por um lado nunca houve no País a autonomia universitária em sentido pleno, apesar de proclamada na Constituição e nos documentos oficiais, por outro, observa-se que existe, de forma cada vez mais consciente, uma luta pela construção efetiva dessa autonomia, por parte de entidades, associações científicas e grupos organizados dentro e fora das universidades.

A autonomia de uma instituição acontece através da sua capacidade de gerir-se. E a qualidade é a matéria de que a autonomia precisa para se constituir. Autonomia de uma instituição é a posse dos meios necessários e suficientes para atingir seus fins. Com a

qualidade produzem-se esses meios. A autonomia então passa a existir por força da qualidade que a constitui (SILVA Jr.; SGUISSARDI, 2001).

Os aspectos encontrados no PDI do UNIVAG, para a autonomia didático-científica são: a atualização permanente dos projetos pedagógicos; colegiados com a participação de docentes e discentes; iniciação científica e extensão; Programa de Educação Tecnológica; promoção da pós-graduação; qualificação do corpo docente; programa de formação continuada; programa de monitoria, com a distribuição de cotas por curso (iniciado em 2007); Programa de Bolsa-Pesquisa; integração entre os cursos de graduação de uma mesma área; prova integrada como instrumento de avaliação semestral e como resultado de uma prática docente progressivamente integrada (iniciada em 2004); metodologias integradoras nos currículos dos cursos de graduação; Comissão de Ética e de mérito científico para apreciação dos projetos de pesquisa (iniciado em 2004) e; Conselho Editorial do UNIVAG (UNIVAG-PDI, 2003-2007).

A autonomia administrativa e de gestão financeira é desenvolvida pelo UNIVAG mediante o Plano Estratégico de Gestão de Pessoas¹⁴; política de gestão do corpo docente¹⁵; política de gestão do corpo discente¹⁶ e; política de gestão do corpo técnico-administrativo.

Em termos de autonomia universitária, a LDB garante condições jurídicas às universidades públicas para exercer o gerenciamento dos seus recursos humanos, financeiros e patrimoniais. A autonomia didático-científica consiste na possibilidade de criação de novos cursos, de acordo com o tipo de instituição.

No UNIVAG, nas decisões acadêmicas de atividades de ensino e pesquisa, na criação de novas disciplinas, nas reformas curriculares, na abertura ou fechamento de novos cursos, na elaboração de projetos pedagógicos e de desenvolvimento institucional, bem como nas atividades de avaliação, sejam estas provenientes do MEC, ou mesmo de iniciativa interna, houve a participação dos colegiados. Isto até devido ao momento atual, pois não se pode esquecer que há pressões competitivas crescentes entre as instituições privadas, o que faz com que estas procurem aprimorar o seu processo decisório, os

¹⁴ É feito através da adoção de um Modelo Integrado de Gestão de Pessoas – MIGP, entendida como um conjunto de projetos, programas, política, atividades e ações que contribuirá para a otimização da gestão.

¹⁵Prevê a titulação; Plano de Cargos e Salários/UNIVAG; condições de trabalho; formação continuada.

¹⁶Programas de Bolsas; formação continuada; programas acadêmicos, culturais e esportivos; campos de estágios, curriculares e extracurriculares; infra-estrutura; etc.

mecanismos de avaliação e de planejamento, visando melhorar seus instrumentos de gestão e de correção de rumos.

3.2 Participação da comunidade acadêmica

O UNIVAG - Centro Universitário de Várzea Grande, cumprindo as exigências legais, dispôs em seu Regimento, quanto à parte administrativa, que sua mantenedora é a IEMAT - Instituição Educacional Mato-grossense e que seus órgãos da administração são: o Conselho de Administração Superior – CAS, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE (responsáveis pelas deliberações e normatizações) e a Reitoria, Pró-Reitoria Acadêmica e Pró-Reitoria Administrativa (responsáveis pelas decisões de ordem executiva e pela realização do projeto institucional).

A IEMAT é que garante o patrimônio físico-financeiro e o orçamento do UNIVAG, e desta forma, atribui ao Conselho de Administração Superior - CAS e ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE, sempre dentro dos recursos orçamentários disponíveis¹⁷, a competência para deliberar a respeito de cada uma e do conjunto de matérias que são essenciais para a vida acadêmica da instituição.

Em 1999 (ano de credenciamento) o UNIVAG contou com aumento de alunos matriculados, o que sinalizou à entidade mantenedora uma tranqüilidade para investir em instalações físicas, no acervo bibliográfico, no corpo docente e técnico administrativo, entre outros. O empenho mútuo da mantenedora com todos os órgãos administrativos, proporcionou, no decorrer dos anos, um reconhecimento da maioria dos cursos pelo MEC com resultados satisfatórios, inclusive o curso de Fisioterapia recebeu o conceito “Muito Bom”¹⁸, ou seja, o conceito máximo para esse tipo de processo.

¹⁷ O Art. 53 da LDB, que concerne à autonomia didático-científica diz que para garantir a autonomia didático-científica das universidades, caberá aos seus colegiados de ensino e pesquisa decidir, dentro dos recursos orçamentários disponíveis, sobre: I - criação, expansão, modificação e extinção de cursos; II - ampliação e diminuição de vagas; III - elaboração da programação dos cursos; IV - programação das pesquisas e das atividades de extensão; V - contratação e dispensa de professores; VI - plano de carreira docente.

¹⁸ A avaliação do MEC em relação a estrutura física e profissional que o curso disponibiliza aos seus alunos, além dos projetos pedagógicos.

Sendo o Conselho de Administração Superior o responsável pela deliberação e normatização, e o CONSEPE responsável pelas decisões e supervisão das atividades de ensino, pesquisa e extensão, e as suas decisões expressas na forma de resoluções e pareceres, perguntou-se aos entrevistados se houve mudanças no poder decisório e como ocorre a representação nos Conselhos. Obtivemos as seguintes respostas:

[...] surgiram os GPAs, os Grupos de Produção Acadêmica que são organizados por grandes área do conhecimento. Nós temos aqui o GPA das Ciências de Ciências Sociais aplicado, o GPA da Saúde, que é o nosso, o GPA Agrárias e Biológicas e o GPA das Ciências Humanas; e também mudou a estrutura hierárquica, vamos dizer assim, da instituição. De uma Diretoria Geral passou-se a Reitoria, de uma Diretoria Acadêmica passou-se a uma Pró-Reitoria Acadêmica, Diretoria Administrativa a uma Pró-Reitoria Administrativa, e assim por diante com as devidas ramificações que essa estrutura necessariamente acaba causando. No caso dos GPAs tem um Gerente e tem os Coordenadores, um coordenador para cada curso. (Entrevista 3, Gerente do GPA da Saúde).

[...] às decisões são colegiadas. Nós temos o CONSEPE que é o conselho superior da instituição na qual eu faço parte também, porque eu sou o representante do corpo docente; o colegiado de GPA que é uma reunião entre os gerentes, os coordenadores e um representante de cada curso e um representante discente também; e há o colegiado ampliado que é composto dos professores dos cursos, dos diversos cursos. Quer dizer, cada curso tem seu colegiado ampliado, composto de seus professores e um representante discente. Então, todas as decisões são feitas nesses colegiados onde todo mundo participa (Entrevista 6, Coordenadora do Curso de Administração).

O Colegiado de GPA, instância consultiva, deliberativa e de articulação das atividades de ensino, pesquisa e extensão, no âmbito da área de conhecimento que lhe é própria, é composto por dois representantes docentes por curso, sendo um deles o seu Coordenador e um discente de cada curso que constitui o Grupo de Produção Acadêmica – GPA. É presidido pelo Gerente do GPA. O representante docente é escolhido pelo Reitor, de lista tríplice, indicada pelo Colegiado Ampliado de Curso. O representante docente tem mandato de dois anos, podendo ser reconduzido uma vez e o representante discente tem mandato de um ano, com direito a uma única recondução.

Apesar de presente, na maioria das entrevistas, a participação de docentes e discentes nos colegiados de decisões, que representa a garantia de autonomia progressiva da Instituição, houve relatos da não existência dessa prática em alguns cursos (já citado anteriormente).

A participação direta dos docentes, discentes e outros componentes dos Conselhos Administrativos nos colegiados, momentos que se deliberam as ações, assumindo cada parte a responsabilidade, é que se entende por processo democrático de gestão, e que pode contribuir para a qualidade da educação.

No Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), consta a proposta de trabalho baseada na autonomia e no desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, mostrando a realidade da instituição. O UNIVAG em seu PDI demonstra o seu conceito de ensino, pesquisa e extensão e sua proposta de desenvolvimento dessas três atividades, sendo que os seus programas deverão ser objetos de rigorosas avaliações por autoridades internas e externas, como proposto pelo MEC.

O princípio da excelência que representa o princípio que todas as IES deverão assumir como fonte de pensamento prospectivo – analisando, acompanhando e prevendo, com distanciamento crítico, as grandes questões sociais e econômicas, antecipando problemas, contribuindo com soluções e influenciando políticas – contribuirão para a preparação de cidadãos que se querem sabedores, críticos e livres, aptos a viver e trabalhar numa sociedade que se reveja, ela própria, na reflexão crítica e na liberdade (GONÇALVES, 2006).

Dentre as medidas que visam articular a avaliação e a regulação, destaca-se a edição do Decreto n. 5.773, de 9 de maio de 2006, que “Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e seqüenciais no sistema federal de ensino”. As principais medidas são: a incorporação do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), parte do SINAES, no processo de reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos; a extensão aos conselhos profissionais da possibilidade de se manifestarem a respeito desse processo de reconhecimento de cursos; a melhor definição de competências na aprovação de instituições e de cursos, aquelas ficando sob responsabilidade do Conselho Nacional de Educação e estes da SESU/MEC e SETEC/MEC (SGUISSARDI, 2006).

A crítica de Sguissardi é que:

Resta saber se o SINAES (e a CONAES) terá sucesso na sua delicada fase de implantação gradativa do sistema de avaliação e se haverá de se impor como critério e âncora dessa imprescindível função regulatória de um sistema que, em especial, em sua face privada e comercial, até o momento viu-se muito pouco

escorado em critérios de qualidade na sua rápida e incontrolada expansão (SGUISSARDI, 2006).

No Brasil, é o Conselho Nacional de Educação (CNE), instituído pela Lei n° 9.131, de 24 de novembro de 1995, que tem a finalidade de desenvolver atribuições normativas, deliberativas e de assessoramento ao Ministério da Educação, de forma a assegurar a participação da sociedade no aperfeiçoamento da educação nacional, sendo que na educação superior, seu esforço está direcionado para estabelecer referências e normas para os diferentes cursos e programas que recobrem a formação nesse nível de ensino.

Quanto à avaliação do sistema federal público e privado, ocorrerá por meio do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), Lei n° 10.861, de 14 de abril de 2004, com normas mais rígidas para o credenciamento e credenciamento de cursos e instituições, pelo estabelecimento de critérios mais exigentes em relação ao vínculo institucional e à qualificação dos docentes das universidades, centros universitários e faculdades integradas.

O Plano de Desenvolvimento Institucional e os Projetos Pedagógicos dos Cursos são as referências para um trabalho baseado na autonomia e no desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, de forma compatível com as necessidades e a realidade da instituição. Neste sentido, cada instituição deve discutir internamente, de forma colegiada, seu entendimento dos conceitos de ensino, pesquisa e extensão e como desenvolverá essas três atividades.

Estas considerações, em relação às implementações da gestão com maior autonomia precisariam ser localizadas e estudadas em um contexto mais amplo para, só assim, se proceder à análise e conseqüente constatação de que essa relação está, ou não, em evolução rumo à qualidade de ensino.

3.3 Pesquisa: passos iniciais

Para que haja o pleno desenvolvimento das funções sociais da educação superior é necessário o efetivo engajamento dos vários órgãos da administração envolvidos na preparação e execução dos objetivos a serem atingidos. Para tanto, sabemos que é essencial

que a instituição tenha: formação de profissionais qualificados, desenvolvimento de pesquisa, e no caso dos Centros Universitários, iniciação científica e extensão.

No UNIVAG, a pesquisa é um elemento do projeto pedagógico dos cursos, na forma da iniciação científica que é utilizada como instrumental pedagógico e social para a formação profissional.

No projeto pedagógico de cada curso, entre outras informações, constam as atividades que o curso desenvolve para o ensino/pesquisa/extensão, entre outras: disciplinas com conteúdos teóricos e/ou práticos; atividades de iniciação científica; trabalhos de campo; estudos de casos; atividades de extensão; trabalhos monográficos; visitas técnicas; prática profissional e prática supervisionada; e atividades complementares.

A iniciação científica, a qual vem se concretizando em produções de docentes e discentes desde 1998, e, a partir de então, realizada anualmente, é divulgada pelo evento “Produções na Varanda”¹⁹, sob variadas formas, a saber: comunicações, mesas redondas, oficinas, painéis, exposições, encontros, simpósios, seminários, com a participação expressiva da comunidade interna e da comunidade externa. É nesse momento que todos os acadêmicos dos GPAs se reúnem para apresentar seus TCCs, e discutir de várias maneiras, descritas acima, como ocorreram suas pesquisas, seu referencial teórico, a metodologia adotada, o resultado obtido e como contemplou as necessidades de seu aprendizado e da comunidade. Todos os trabalhos são orientados por um professor do curso específico e com carga horária para tal atividade.

No caso da Fisioterapia, curso em que esta pesquisadora está inserida, há um professor responsável pela disciplina do TCC, que distribui os alunos nas linhas de pesquisas oferecidas pelo curso, e de seu interesse, e acompanha toda a metodologia do trabalho, inclusive os organiza para apresentar nas Produções na Varanda ou mesmo, publicações em revistas científicas. Há também os professores responsáveis pela orientação, estes responsáveis pela parte técnica da pesquisa, cujas linhas de pesquisas são

¹⁹ Projeto “Produções na Varanda”, realizado desde 1998 e que, entre outras finalidades, socializa a produção científica e cultural dos cursos na comunidade interna e externa. Os trabalhos apresentados se distribuem por comunicações, exposições, mesa redonda, oficinas, manifestações culturais, painéis, sendo que em 2000, foram apresentados 166 trabalhos, em 2001, 204 e em 2002, 243, o que demonstra a consolidação do evento e a evolução do próprio trabalho pedagógico nos cursos, especialmente no que se refere à iniciação científica. Os resultados desta Mostra estão reunidos em Anais que podem ser tomados como produção intelectual da Instituição. Nesta linha, igualmente, se coloca a “Feira de Leitura e Mostra dos Cursos”, evento realizado anualmente, desde o ano de 2001, que se constitui numa apresentação dos cursos e da instituição à comunidade externa e de trabalhos culturais de alunos e docentes.

estabelecidas de acordo com o cenário de estágio de sua responsabilidade, que são eles: a Comunidade, representado pela Linha de Pesquisa no PSF (Programa da Saúde da Família - Unidade Básica do UNIPARQUE); a Clínica Escola, representada pela Linha de Pesquisa do Atendimento Ambulatorial; e Hospital Escola, representado pela Linha de Pesquisa do Atendimento Hospitalar. Cada professor orientador se compromete a orientar no máximo três TCC's em sua linha de atuação.

Em 1998, a Conferência Mundial sobre Ensino Superior realizada pela Unesco, em Paris, concluiu que: "Não há condições de uma Nação querer ser moderna com desenvolvimento social e econômico se não tiver base científica e tecnológica" (DIAS, 2003).

De acordo com Moraes:

Se tivermos instituições e pessoas se qualificando, embora ainda em número pequeno, qual a alternativa adotada pela comunidade acadêmica e que se tornou uma tradição que conseguiu êxito? Foi a de estimular a juventude a fugir da rotina escolar, deixando de somente deglutir informações e regurgitá-las nos dias das provas, de passar o curso inteiro sem fazer nada além de assistir aulas, terminar o curso, pegar o diploma e tentar se inserir no mercado de trabalho. Isso gera no estudante uma atitude passiva, não desenvolve seu senso de análise crítica, inibe as idéias inovadoras e, principalmente, lhe confere uma impressão errônea de que o ensino superior é um "colégio de 3º grau", com uma rotina igual àquela dos ensinos fundamental e médio. Ele vai para o mundo, inserindo-se na sociedade com uma visão de difícil compreensão da verdadeira realidade (MORAES, 2000 p.8).

Moraes afirma que a iniciação científica agrega aos professores e disciplinas capacidades mais diferenciadas nas expressões orais e escrita e nas habilidades manuais. Aprendem a ler bibliografia de forma crítica. Aprendem a ter autonomia, a ter habilidade para interpretar o fato e discernir se podem resolvê-lo ou se é preciso consultar quem sabe mais. Aprendem a consultar em uma biblioteca, manusear fontes de referências. Também menciona que a iniciação científica melhora o desempenho nas seleções para a pós-graduação, faz com que os discentes terminem mais rápido a titulação, possuam um treinamento mais coletivo e com espírito de equipe e detenham maior facilidade de falar em público e de se adaptar às atividades didáticas futuras. Além disso, têm a vantagem do convívio com pesquisadores (MORAES, 2000).

Porém, a pesquisa, mesmo não sendo institucionalizada, está presente em alguns cursos que apresentam para a sua realização, condições necessárias como a

existência de professores titulados e com experiência em atividades investigativas para a sua nucleação. As ciências agrárias, biológicas e da saúde são as que têm se sobressaído na pesquisa, com a execução de projetos que têm contribuído para a expansão do conhecimento na área, para o atendimento de exigências da região que estão articuladas às ênfases dos cursos (UNIVAG-PDI, 2003/2007).

No entanto, notamos nas entrevistas, uma tendência ao silenciar ou uma frustração pela não existência da pesquisa (mesmo sabedores que não é obrigado a instituição a fazer pesquisa), apesar das afirmativas convincentes dos entrevistados da presença da iniciação científica nos cursos que geram ensino/aprendizado de qualidade na graduação. Observemos as entrevistas no que diz respeito a esse assunto:

Existe, ela não é presente nos cursos de forma muito forte, mas nos temos. Por exemplo, há áreas que eu citaria aqui como uma atitude bastante intensa que acontece no GPA das Ciências Agrária e Biológica. Pela vocação do estado agrícola, então tem muita pesquisa nesse sentido e conseguem fomento, via FAPEMAT e outros órgãos [...], que o professor e coordenador do curso de agronomia, junto com a equipe de professores, fazem os projetos de pesquisa, envolvem alunos, inclusive há alunos com bolsas do CNPq para trabalhar nesses projetos de pesquisa. Isso já começa a acontecer também nos demais GPAs, na saúde por exemplo, temos um professor da odontologia que hoje tem um projeto, consegui a provação de um projeto na FAPEMAT no valor de 30 mil reais em equipamento que vieram inclusive para o UNIVAG e consegui 3 bolsas de iniciação científica para alunos de outros cursos, são 2 alunos de farmácia e um de fisioterapia, até onde eu tenho acompanhado, bolsa de valores baixos mais que de certa forma incentiva a pesquisa. A pesquisa é algo, como Centro Universitário não tem a obrigatoriedade do desenvolvimento e a realização de pesquisa, a pesquisa não tem recebido da instituição até por impossibilidade, recursos para isso. Há alguns projetos que sim, por exemplo, a farmácia tem dois ou três projetos que são considerados curriculares, são projetos de pesquisa que o curso depende muito desse trabalho com os professores e alunos então, a UNIVAG financia, ela banca a carga horária dos docentes para o desenvolvimento dessas pesquisas, mas não é uma rotina, não é algo disseminado ainda (Entrevista 3, Gerente do GPA da Saúde).

Falando da instituição eu sei que existe na agronomia. Eu vou falar especificamente do curso de direito. A gente começou a um ano nesse processo de iniciação científica. Falando com o professor responsável pela Coordenação de Ensino de Graduação e Extensão e de Pesquisa e Pós-graduação, ele nos disse que nem poderia dar esse nome, mas é uma iniciação a iniciação científica. Até porque falta numero de doutores. No direito a gente tem três grupos de pesquisas já iniciada. Os alunos têm demonstrado interesse e o professor tem demonstrado interesse em particular. A gente tem um grupo que está discutindo a questão da cidadania, [...] um grupo que a gente chama de observatório internacional, onde a gente discute questão da máfia verde e temos um outro grupo que a gente discute a questão da violência. (Entrevista 9, Professora do Curso de Direito).

De maneira tímida, muitas, muitas tentativas estão surgindo embora à gente saiba que para o Centro Universitário a pesquisa em si não é uma obrigatoriedade, mas diante disto o que está acontecendo é grupo de pesquisa acadêmica estão desenvolvendo uma extensão da sala de aula (Entrevista 1, Professor e Coordenador de Ensino).

As atividades de pesquisa estão sendo assim, pelo menos no meu entendimento, ainda é embrionária, está ainda iniciando. Tem uma pessoa responsável por essa parte da devolução de pesquisa. Alguns segmentos ela tem feito, mas ainda não é uma coisa assim já, para todos os cursos estarem trabalhando isso, que é um pouco mais difícil. A instituição depende de parcerias também para estar fazendo esse fomento de pesquisa (Entrevista 4, Coordenador do Curso de Ciências Contábeis).

Faz, de forma séria embora não em grande quantidade. Não são muitos projetos nem em todas as áreas. Há áreas que concentram mais. Podemos citar a área da ciência agrária que tem um núcleo em formação de pesquisa que já vem desenvolvendo projetos com mais pressão, e nas outras áreas de forma mais reduzida, pouco incipiente, mas o UNIVAG já faz, já realiza da oportunidade. Inclusive ela tem estrutura tanto acadêmica como de laboratório, de funcionamento que facilita que favorece a realização das pesquisas (Entrevista 2, Assessora Acadêmica).

Existem cursos que já por terem um corpo docente mais titulado, qualificado para pesquisa, esses cursos já desenvolvem uma pesquisa, mas eu diria que não é uma pesquisa institucionalizada. O UNIVAG somente agora, recentemente, aprovou um regulamento de pesquisa de iniciação científica estabelecendo inclusive linhas de pesquisa para futuramente institucionalizar a pesquisa. Até agora existem ensaios, existe a pesquisa, mas pontualmente nesses cursos que mencionei que são cursos que tem um corpo docente mais titulado, mais voltado para isso, mas nada que seja ainda institucionalizado. Agora eu acho que é importante é registrar que o UNIVAG trabalha a pesquisa na perspectiva da investigação científica, como um método de ensino. Essa é uma diretriz que inclusive está posta para as nossas diretrizes pedagógicas e que a gente tem nos trabalhos de formação docente, a gente tem tentado trabalhar a pesquisa como princípio educativo, na perspectiva metodológica (Entrevista 7, Assessora Pedagógica).

No intuito de averiguar a conceituação dos cursos do UNIVAG, dentro da lógica da pesquisa não institucionalizada, buscamos os resultados do ENADE/2004, registrado no Censo 2005, onde apenas 2 Cursos foram conceituados por apresentarem turmas concluídas (Tabela 20):

Tabela 20
Conceito dos Cursos do UNIVAG 2004

Município	Curso	Número de estudantes		Média da Formação Geral	Média do Componente Específico		Média Final	Conceito
		Ingressantes	Concluintes		Ingressantes	Concluintes		
VARZEA GRANDE	FISIOTERAPIA	58		0,9		SC		SC
VARZEA GRANDE	FONOAUDIOLOGIA	23		0,9		SC		SC
VARZEA GRANDE	AGRONOMIA	124	10	1,7	2,6	3	2,6	3
VARZEA GRANDE	EDUCAÇÃO FÍSICA	127		2,5		SC		SC
VARZEA GRANDE	ENFERMAGEM	113		2,9		SC		SC
VARZEA GRANDE	FARMÁCIA	47		1,2		SC		SC
VARZEA GRANDE	ODONTOLOGIA	47	39	2,8	3,4	4	3,4	4

Fonte: Inep/Enade - Consulta aos Resultados, 2004.

Já os resultados das avaliações dos cursos de graduação sequenciais e de graduação tecnológica de 2004, 2005 e 2006 fornecido pelo Gerente de Gestão e Pessoas do UNIVAG, registram os seguintes conceitos demonstrados no Quadro 8 e 9.

Quadro 8
Resultados das Avaliações dos Cursos de Graduação do GPA – Ciências da Saúde
2004/ 2005/ 2006

CURSO	DATA*	PP*	CD*	IE*
Educação Física	25/04/2006	B	MB	B
Farmácia	25/04/2006	MB	MB	MB
Fisioterapia	25/04/2006	M	MB	MB
Fonoaudiologia	25/04/2006	MB	B	MB
Psicologia	25/04/2006	B	B	MB

Fonte: Gerente de Gestão e Pessoas do UNIVAG, 2006.

*Data – data da avaliação

*PP – conceito obtido para o projeto pedagógico

*CD – conceito obtido para o corpo docente

*IE – conceito obtido para a infra-estrutura

Quadro 9
Resultados das Avaliações dos Cursos de Graduação Tecnológica
2004/ 2005/ 2006.

CURSO	DATA*	PP*	CD*	IE*
CST em Agronegócio	17/02/2005	B	B	A
CST em Marketing	17/02/2005	B	B	B
CST em Gestão Pública	17/02/2005	B	B	B
CST em Gestão de Recursos Humanos	17/02/2005	B	B	A
CST em Gestão em Segurança Privada	08/11/2006	3	3	4
CST em Gestão Comercial	08/11/2006	4	3	5
CST em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	17/02/2005	B	B	B

Fonte: Gerente de Gestão e Pessoas do UNIVAG, 2006.

*Data – data da avaliação

*PP – conceito obtido para o projeto pedagógico

*CD – conceito obtido para o corpo docente

*IE – conceito obtido para a infra-estrutura

Se, por um lado, a iniciação científica e a pesquisa foram relatadas como necessárias para a qualidade do ensino/aprendizado, por outro lado, os relatos da não institucionalização da pesquisa e de que, quando existe, é por iniciativa particular do professor, deixam claro que nem todos os cursos podem oferecer aos alunos uma formação que o capacite para a pesquisa. A iniciação científica existente em alguns dos cursos do UNIVAG possibilitará um salto quantitativo e qualitativo, mas houve um relato afirmando que nem essa metodologia de ensino/aprendizado é praticada nos cursos do UNIVAG:

Eu não vejo. Fiquei sabendo de alguns professores trabalhando com isso em alguns cursos de graduação, mas não vejo como política que esteja incrementando isso. Eu não tenho muito conhecimento disso, talvez possa existir, mas não estou vendo. Ninguém me forçou que eu tenha que trabalhar isso. Nunca vi nenhum recurso para isso, para pesquisa. Não tem incentivo para doutor, para nada. Isso é ligado com a pós-graduação, é ligado com grupo de professores, com núcleos de pesquisa que não existe. Então isso demonstra que não tem (Entrevista 8, Professora do Curso de Administração).

O Jornal da Paulista, da Escola Paulista de Medicina – UNIFESP publicou uma matéria afirmando que o aluno que, durante a graduação, participa de projeto de iniciação científica começa o mestrado, em média, 4,5 anos mais cedo do que o estudante que não passou por esse aprendizado. Ainda publicou que nas áreas de ciências humanas, agrárias, biológicas, e exatas, participar da iniciação científica reduz de 7 para 2 anos o lapso entre o fim da faculdade e o início do mestrado, segundo pesquisa do Núcleo de Estudos sobre o Ensino Superior, da Universidade de Brasília (ZORZETTO, 2001).

A matéria também comentou sobre a criação em 1988 pelo CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) do Pibic, uma nova forma de fomento à iniciação científica. Em vez de atender à demanda de pesquisadores por bolsas dessa modalidade, o CNPq passou a destinar anualmente cotas de bolsas para as instituições de pesquisa, que se encarregam de administrá-las.

Sendo assim, baseado na entrevista 8, consideramos necessário o desenvolvimento de mais estudos que vislumbrem o graduando formado nesta perspectiva, de forma a possibilitar analisar o ensino por um viés crítico e questionador.

A Instituição pretende que esses Projetos, já existentes em alguns cursos, se constituam no embrião de núcleos de pesquisa, base para a política de pós-graduação *stricto sensu* (PDI-UNIVAG, 2003/2007).

Entende-se que a iniciação científica²⁰, expressa no PDI e no Regimento do UNIVAG, precisa ser implantada nos projetos pedagógicos dos cursos, à medida que o corpo docente se qualifique e que a Instituição proporcione condições para realizá-las. Percebemos que os entrevistados acusaram a importância da iniciativa dos cursos de já estarem se mobilizando, de uma forma ou outra, para sua implementação. No entanto, um entrevistado que não vivencia tal conduta, deixa-nos a indagação: “o curso de que faz parte não está utilizando tal metodologia de ensino para a aprendizagem, ou não há participação de todos os professores no projeto pedagógico do curso?”.

Considerando que a pesquisa é um princípio educativo, com o qual a educação superior ganha em qualidade, acreditamos que é de fundamental importância, na construção do projeto dos centros universitários, a institucionalização da pesquisa. No UNIVAG, não é institucionalizada, encontra-se presente, porém, muito incipiente.

No entanto, o UNIVAG vem recebendo avaliações externas (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, implantado pelo MEC), para verificar as condições de ensino e de oferta de cursos (Tabela 8,9,10). Por isso, a instituição, além de investimentos em infra-estrutura, direciona seus projetos pedagógicos na melhora da qualificação do seu corpo docente e na organização didático-pedagógica. Esta última toma como contraponto o perfil do corpo discente²¹, objeto permanente de apoio institucional, no que se refere às ações pedagógicas que favorecem a inserção dos alunos no ensino superior, assim como para conferir qualidade aos projetos pedagógicos dos cursos (PDI-UNIVAG, 2003/2007).

3.4 Condições de trabalho

Para verificar as condições de trabalho do corpo docente os entrevistados nesta pesquisa foram questionados se havia mudanças em relação às condições de trabalho. As respostas foram as que seguem:

²⁰ No mês de agosto de 2006, especialistas do Brasil inteiro se reuniram para discutir a Política Nacional de Iniciação Científica e apresentaram estatísticas de um crescimento expressivo. O Pibic/CNPq (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) divulgou que saltou de 12.984 alunos, em 2002, para 17.958, no ano de 2006. O número de instituições participantes também teve evolução significativa no período, passando de 118 para 217, com uma melhor distribuição regional e crescimento mais acelerado nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste (BURGARDT, 2006).

²¹ É colhido na inscrição ao processo seletivo, com informações sobre dados sócio-econômicos e de escolaridade, os quais tabulados se constituem em diagnóstico do corpo discente, e que, junto à análise do desempenho nas provas, serve aos cursos para orientarem ações pedagógicas para os ingressantes.

[...] certamente exigiu uma ampliação de melhores condições para os trabalhos, novos laboratórios, [...] outros órgãos dentro do próprio GPA foram criados, por exemplo, a própria coordenação de ensino que está aí para dar suporte aos cursos em específico. [...] (Entrevista 1, Professor e Coordenador de Ensino).

[...] houve mudanças inerentes ao crescimento que a instituição teve. Há algum tempo atrás nos tínhamos uma coordenação onde ficávamos todos os gerentes e coordenadores de todos os cursos do UNIVAG. Pelo crescimento e aumento do número de cursos essas coordenações foram sendo setorizadas. [...] (Entrevista 3, Gerente do GPA da Saúde).

[...] hoje nos proporciona salas bem preparadas, climatizadas; um suporte de áudio visual muito bom; percebe-se também a parte da limpeza, é oferecer esse ambiente bastante higiênico para nós (Entrevista 5, Professor de Metodologia de Pesquisa dos cursos do GPA da Saúde).

[...] Hoje temos mais tecnologia que antes a gente não tinha, tem estruturas melhores. No geral sim, está nítido. Individualmente cada coordenação, nós temos salas pra tratar de estágio, sala de escritório modelo, temos estrutura de áudio-visual melhor, laboratórios, lá na biblioteca também, sala de gravar CD, uma opções de coisas, melhorou bastante, mas tem mais pra melhorar (Entrevista 6, eixo II - Coordenadora de curso de Administração).

As entrevistas objetivavam investigar dois pontos: primeiro as condições de trabalho da Instituição (paga em dia; deposita o FGTS; cumpre as obrigações com o INSS; paga dentro da lei férias e décimo terceiro salário; há a presença do professor visitante e a ausência de carteira de trabalho assinada; etc.); o segundo ponto seria investigar os fatores estruturais e físicos que interferem na qualidade do ensino (o acesso à direção, recepção e serviços de atendimento; acervo bibliográfico existente na biblioteca; espaço para estacionamento de veículos; laboratório de informática; recursos audiovisuais disponíveis; acústica das salas de aula; sistema de informação acadêmico e administrativo; qualidade das decisões e ações empreendidas pelos dirigentes; etc.).

Todavia, os entrevistados direcionaram suas respostas apenas para a estrutura física, considerada favorável às suas condições de trabalho (condições de ensino), bem como para a presença de órgãos de apoio logístico a administração aos docentes e discentes, como o Núcleo de Processamento de Dados – NPD, a Secretaria de Registro Acadêmico – SRAC, a Biblioteca “Silva Freire” e a Central de Assistência ao Estudante – CAE, destinados a favorecer, técnica e pedagogicamente, o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Porém, o Plano de Desenvolvimento Institucional do UNIVAG (PDI), afirma que a contratação de docentes para atuação nos cursos obedece às diretrizes que regem a

matéria, no que diz respeito à qualificação, titulação, experiência profissional e demais convenções, entre elas a trabalhista. Os docentes são selecionados pelos cursos, de acordo com as necessidades dos projetos pedagógicos, sendo lotados nos respectivos Grupos de Produção Acadêmica – GPA's, conforme sua área de formação, havendo circulação dos mesmos entre os cursos, para ministrar disciplinas afins à sua qualificação.

Como citado anteriormente, quanto ao Plano de Cargos e Salários – PCS/UNIVAG, o ingresso do docente na Carreira, nas categorias profissionais, professor efetivo, professor colaborador ou professor ingressante, dá-se sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e obedece às seguintes etapas: análise curricular; entrevista e/ou prova didática.

Ao ingressar o docente é enquadrado no regime de trabalho de Tempo Integral (TI), correspondente a 40 horas semanais e ou ao de Tempo Parcial (TP), com quantidade variável de horas especificadas semanalmente em função das atividades desenvolvidas. O docente de TI é mensalista, devendo utilizar, no mínimo, 20 horas semanais em estudos, trabalhos de extensão, planejamento e avaliação, bem como de administração acadêmica ou de administração geral, conforme seu contrato especifique. O docente de TP tem seus vencimentos calculados com base no total de horas-aula semanais de trabalho, não podendo ser inferior ao valor de um salário mínimo vigente.

Outra especificação no PDI, dentro das condições de trabalho, é quanto ao incentivo à qualificação dos professores, que é feito pelo Programa de Formação Continuada de Docentes e apoio institucional a sua titulação, para garantir os percentuais mínimos exigidos. Para beneficiar-se do programa de incentivo, o docente deverá fazer parte do quadro da IES por pelo menos três anos (*stricto sensu*) e dois anos (*lato sensu*), possuir carga horária igual ou superior a 12 horas-aula semanais e deverá comprometer-se a permanecer na IES após a conclusão do Programa, por um período equivalente àquele da obtenção da bolsa. (Resolução DG n.º 002/98). Para ilustrar esta afirmativa, reapresenta-se a fala de um dos entrevistados sobre o assunto:

[...] Até nós fizemos um curso de especialização, era formação de professor, uma discussão sobre educação. Então, foi um curso bom na qual o Centro Universitário juntou vários professores, de várias áreas de formação, na qual nós conhecemos, discutimos muito. Aí parece que bum! Quando a gente chega: cortou isso, cortou aquilo... Aí começou um desestímulo as pessoas saindo, as pessoas sendo trocadas, mandadas embora. Não tem um curso mais de mestrado, por exemplo, que tinha que teve. Eu acho que não ta tendo

incentivo até porque quem fez isso aí fez por conta própria. O único incentivo que tinha era que a gente pagava um pouco menos, mas a gente pagou todos os cursos. Muitos precisavam fazer um curso de especialização e eu fiz, mas nem precisava. Eu queria discutir a educação nesse outro momento. Discuti em oitenta e pouco e chegou uma hora que a gente estava defasada demais e então foi interessante. Mas não sinto que hoje tenha não, até porque não se paga nada mais para isso (Entrevista 8L, Professora do Curso de Administração).

Acredita-se que o docente toma para si a busca incessante pela qualificação na tentativa de garantir empregabilidade, dentro de competências ditadas pelo mercado. Fica claro que essa corrida é individual.

CONCLUSÃO

Os resultados deste estudo sugerem que houve uma clara expansão da educação superior no Brasil proveniente do aumento do número de egressos do ensino médio e pela procura de melhor qualificação para o mercado de trabalho, já que ingressando no ensino superior há melhora das chances profissionais.

Nesta dissertação, também fica evidenciado que a expansão da educação superior está sendo atendida principalmente pelo setor privado. O ensino público cresceu em um ritmo mais lento e a justificativa dessa desigualdade consiste, em grande parte, nos vetos do PNE que impediram os investimentos na ampliação das instituições públicas.

O número de IES privadas, que aumentou 111% nos oito anos de governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), continuou crescendo mais do que a rede pública no governo de Luis Inácio Lula da Silva. De 2002 a 2004, a taxa de crescimento das instituições privadas foi de 25%, enquanto a rede pública cresceu 12%.

O cadastro de instituições que o MEC mantém na internet reforça a tendência de crescimento do setor privado em 2004, embora tenha aumentado também o número de federais. Em 2005 (apesar de não ser foco deste estudo), das 2.306 instituições credenciadas, 10,1% (ou 233) eram públicas, sendo 97 dessas, federais.

Por outro lado, essa ampliação maior no setor privado pode dificultar o cumprimento de outra meta do PNE, igualmente incorporada ao programa de governo do Presidente Luis Inácio Lula da Silva: 40% dos universitários em cursos oferecidos pelo setor público.

No entanto, o setor privado está tendo uma participação destacada nesse processo de expansão, incentivado pela demanda escolar e profissional de um público que almeja ingressar no ensino de graduação. Porém, a questão é que o desenvolvimento científico, tecnológico e cultural de um país não pode ser realizado sem a prática acadêmica da pesquisa e da oferta da pós-graduação, representando competências e habilidades só proporcionadas pelas IES públicas (categoria universidade). No entanto, essa rede nacional de estabelecimentos necessita de um efetivo comprometimento por parte do governo federal em sua manutenção e seu aprimoramento acadêmico.

A análise desenvolvida nesta dissertação procurou também destacar que a educação superior nos anos de 1990 iniciou um processo de diversificação institucional. As IES vêm se diferenciando não apenas em termos de organização acadêmica, mas também em categoria administrativa. Essa diferenciação gerou um sistema multifacetado compostas por instituições públicas e privadas, com diferentes formatos organizacionais. Com as mudanças na legislação e as alterações nos procedimentos para a abertura de novos cursos e instituições de educação superior, a partir da LDB (n.9.394/96), assumiu-se que instituições que não associam ensino, pesquisa e extensão tem direito à autonomia universitária (o art. 207 da Constituição atribui a autonomia, apenas, às universidades).

Um dos desafios centrais para a educação superior brasileira é formular uma política não direcionada apenas para uma das partes do sistema. Ao contrário, é necessário um conjunto de ações que tenha como alvo as instituições do sistema de ensino a ser enfrentado em sua totalidade. Trata-se, portanto, de criar mecanismos que qualifiquem academicamente o sistema como um todo. A política educacional desenvolvida a partir de 1996, com a aprovação da LDB, criou condições favoráveis para a diversificação institucional do ensino superior, e estabeleceu mecanismos capazes de orientar um novo processo de expansão que, em tese, deveria caminhar rumo à qualidade acadêmica.

O estudo do UNIVAG mostrou, por meio das entrevistas, a ocorrência de investimentos na infra-estrutura, no aumento de novos cursos, participação nas tomadas de decisões, embora de forma fragilizada e apenas direcionada para assuntos acadêmicos, e na implementação nos projetos pedagógicos dos cursos e metodologias de ensino integralizados. Quanto à iniciação científica e à extensão, os entrevistados observam que fazem parte do projeto pedagógico e que cada curso, gradativamente, está implantando em seu currículo, embora de modo ainda incipiente.

Quanto ao incentivo à qualificação do docente, percebe-se que os docentes do UNIVAG buscam a titulação, tanto para atender as exigências do MEC e da Instituição como também para a aquisição de novos conhecimentos que deverão ser utilizados em sala de aula. O UNIVAG realizou ações, como a parceria com a UnB, ajuda de custo e implementação de plano de carreira no intuito de qualificar seu quadro de docentes, embora ainda não tenha uma política institucionalizada de formação docente.

Outra questão observada com a transformação de Faculdade para Centro Universitário é quanto à autonomia da IES, relacionando a qualidade como causa principal da autonomia de uma IES, concebida esta autonomia como a posse dos meios necessários e suficientes para que a instituição possa cumprir sua missão e atingir seus objetivos. Nesta questão, observou-se com as entrevistas que os GPA's (Grupos de Produções Acadêmicas – GPA's) com seus colegiados, possibilitam uma tomada de decisões com participação dos docentes e discentes. No entanto, percebeu-se também que seriam necessárias mais entrevistas e maior vivência atual com os cursos para analisar até que ponto essa participações pode gerar processo de autonomia.

Finalizando, acredita-se que deve existir uma maior efetividade no controle da expansão da educação superior, pois só com uma eficiente fiscalização no processo de abertura de novos cursos e instituições e um maior rigor nas avaliação dessas instituições é que se poderá alcançar o compromisso com a qualidade e a sua efetivação.

REFERÊNCIAS

BITTAR, Mariluce; ALMEIDA, Carina E. M. de; PISTORI, Milena I. Sivieri. Reforma universitária, autonomia e acesso - um estudo da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. **UNI Revista** - Vol. 1, nº 2: abril 2006. ISSN 1809-4651. Disponível em: http://www.unirevista.unisinos.br/_pdf/UNIrev_Bittar_et_al.pdf. Acesso em 05 de maio/2007.

BITTAR, Mariluce; SILVA, Maria das G. Martins; VELOSO, Teresa C. M. Aguiar. Processo de interiorização da educação superior na Região Centro Oeste: particularidades dos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. **Série-Estudos** – Periódico do Mestrado em Educação da UCDB. Campo Grande-MS, n.16, p.147-164, jul./dez.2003.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Ed. Oliveira Mendes, 1998.

_____. **Decreto Nº. 3.860, de 9 de julho de 2001**. Diário Oficial da União. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/DecN3860.pdf>. Acesso em 01 de junho/2007.

BRITTO, Elissandra; MENDONÇA, Joseanie; ALMEIDA, Paulo Henrique de. **Expansão do Ensino Superior e Desenvolvimento da Bahia**. In: Paulo Henrique de Almeida; Elissandra Alves de Britto; Joseanie Mendonça. (Org.). Serviços estratégicos na Região Metropolitana de Salvador. Salvador: SEI 2004, p. 81-92. Disponível em: http://www.sei.ba.gov.br/publicacoes/publicacoes_sei/bahia_analise/sep/pdf/sep_70/expans_ens_sup.pdf. Acesso em 01 de junho/2007.

BURGARDT, Lílian. Por que Iniciação Científica? **Universia Brasil**. Publicado em 11/09/2006 - 00h01min. Disponível em: <http://www.universiabrasil.net/materia/materia.jsp?materia=12170>. Acesso em 25 de mar./2007.

CATANI, Afrânio Mendes; OLIVEIRA, João Ferreira de; DOURADO, Luiz Fernandes. Política educacional, mudanças no mundo do trabalho e reforma curricular dos cursos de graduação no Brasil. **Educação & Sociedade: revista quadrimestral de Ciência da Educação (CEDES)**, Campinas, n. 75, p. 67-83, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v22n75/22n75a06.pdf>. Acesso em 25 de mar./2007.

CATANI, A.; DOURADO, L.F.; OLIVEIRA, J.F. A política de avaliação da educação superior no Brasil em questão. In: DIAS SOBRINHO, J.; RISTOFF, D.I. (Orgs.). **Avaliação democrática para uma universidade cidadã**. Florianópolis: Insular, 2002. p. 99-118.

CNPq - **Iniciação Científica** - IC - Norma Específica. Disponível em: http://www.cnpq.br/normas/rn_06_017_anexo2.htm. Acesso em 30 de jan./2007.

CNPq - **Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC**. Disponível em: <http://www.cnpq.br/programasespeciais/pibic/index.htm>. Acesso em 30 de jan./2007.

CORBUCCI, Paulo Roberto. Financiamento e democratização do acesso à educação superior no Brasil: da deserção do Estado ao projeto de reforma. **Educação e Sociedade** Vol.25 no. 88 special Campinas oct. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302004000300003&script=sci_arttext&tlng=en. Acesso em 10 de fev./2007.

CUNHA, José Marcos Pinto da. Dinâmica migratória e o processo de ocupação do Centro-Oeste brasileiro: o caso de Mato Grosso. **Revista Brasileira de Estudos de População** v.23 n.1 São Paulo jan./jun. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010230982006000100006&lng=pt&nrm=&tlng=pt. Acesso em 30 de jan./2007.

DIAS, Marco Antonio Rodrigues. Comercialização no ensino superior: é possível manter a idéia de bem público? **Educação e Sociedade** v.24, n.84. Campinas set. 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010173302003000300005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 10 de fev./2007.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. Autonomia Universitária no Brasil: Uma Utopia? **Education Policy Analysis Archives**, vol.7 n°24, agosto12, 1999. Disponível em: <http://epaa.asu.edu/epaa/v7n24.html>. Acessado em: 11 de fev./ 2007.

FERNANDES, Eloisa Bittencourt. Expansão Universitária em Mato Grosso do Sul - 1979-2001. Campo Grande, 2003, 1v. 141p. Dissertação (Mestrado em Educação). Pós-Graduação da Universidade Católica Dom Bosco – UCDB – MS.

GONÇALVES, Fernando Ribeiro; et alii. Percursos de empregabilidade dos licenciados: Perspectivas europeia e nacional. **Análise Psicológica** (2006), 1 (XXIV): 99-114. Disponível em: <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/aps/v24n1/v24n1a10.pdf>. Acesso em 03 de mar./2007.

LEGISLAÇÃO - **Portaria n°. 639, de 13 de maio de 1997**. Disponível em www.mec.gov.br/sesu . Acessado em fev./2007. E Disponível em: http://www.abmes.org.br/_Download/Associados/Legislacao/1997/Portaria/po063997.htm. Acesso em 04 de mar./2007.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MACEDO, Arthur Roquete de; TREVISAN, Ligia Maria Vettorato; Trevisan, Péricles; Macedo Caio Sperandeo de. Educação superior no século XXI e a reforma universitária brasileira. **Revista Ensaio: aval. Pol. Públ. Educ.** Vol.13 no. 47 Rio de Janeiro Jan./Jun. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40362005000200002&script=sci_arttext. Acesso em 17 de fev./2007.

MARQUES, Luciana Rosa. O projeto político pedagógico e a construção da autonomia e da democracia na escola nas representações sociais dos conselheiros. **Educação e Sociedade**, v.24 n.83 Campinas ago. 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302003000200014&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 01 de mar./2007.

MEC/INEP - Censo da Educação Superior, 1996-2004.

MEC/INEP - Informativo do INEP. **Alunos com renda familiar abaixo de três salários mínimos são minoria nas IES brasileiras.** Disponível em: <http://www.inep.gov.br/informativo/informativo129.htm> 24/2/2006. Acesso em 01 de out./2007.

MEC/SESU – **Plano Nacional de Educação - PNE.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/>. Acesso em 18 de fev./2006.

MATO GROSSO. **Anuário Estatístico MT/2000.** Cuiaba: SEPLAN/MT, 2000. Disponível em: <http://www.anu.seplan.mt.gov.br/html/indexanu.htm>. Acesso em 12 de dez./2006.

_____. **Anuário Estatístico MT/2001.** Cuiaba: SEPLAN/MT, 2001. Disponível em: <http://www.anu.seplan.mt.gov.br/html/indexanua2001.htm>. Acesso em 02 de dez./2006.

_____. **Anuário Estatístico MT/2002.** Cuiaba: SEPLAN/MT, 2002. Disponível em: <http://www.anu.seplan.mt.gov.br/indexanua2002.htm>. Acesso em 02 de dez./2006.

_____. **Anuário Estatístico MT/2003.** Cuiaba: SEPLAN/MT, 2003. Disponível em: <http://www.zsee.seplan.mt.gov.br/anuario2003/>. Acesso em 02 de dez./2006.

_____. **Anuário Estatístico MT/2004.** Cuiaba: SEPLAN/MT, 2004. Disponível em: <http://www.seplan.mt.gov.br/anuario2004/Sumario.html>. Acesso em 02 de dez./2006.

MORAES, Flavio Fava de; FAVA, Marcelo. A Iniciação Científica: muitas vantagens e poucos riscos. **São Paulo Perspectiva** vol.14 n°.1. São Paulo Jan./Mar. 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392000000100008&script=sci_arttext. Acesso em 15 de fev./2007.

OLIVEIRA, João Ferreira de; DOURADO, Luiz Fernandes; AMARAL, Nelson Cardoso. **Políticas de Acesso e Expansão da Educação Superior: concepções e desafios.** MEC/INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/publicacoes>. Acesso em 15 de fev./2007.

PDI-UNIVAG - Plano de Desenvolvimento Institucional do UNIVAG, 2003/2007.

PISTOR, Milena Inês Sivieri. Expansão e Interiorização dos Cursos de Direito em Mato Grosso do Sul - 1965-2002. Campo Grande, 2004 1v. 167p. Dissertação (Mestrado em Educação). Pós-Graduação da Universidade Católica Dom – UCDB – MS.

PNE - **Plano Nacional de Educação**. Apresentação de Vital Didonet. Brasília: Editora Plano, 2000.

RISTOFF, Dilvo; GIOLO, Jaime O Sinaes como Sistema. **E s t u d o s R B P G**, Brasília, v. 3, n. 6, p. 193-213, dez. 2006. Disponível em: www.capes.gov.br/rbpg/portal/conteudo/Est_Artigo2_n6.pdf. Acesso em 17 de jun./2007.

SAVIANI, Dermeval. **Da nova LDB ao plano nacional de educação: por uma outra política educacional**. 4ª ed.rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

SCATENA, João Henrique G.; Tanaka, Oswaldo Yoshimi. A descentralização da saúde no Estado de Mato Grosso, Brasil: financiamento e modelo de atenção. **Rev Panam Salud Publica/Pan, Public Health** 8(4), 2000. Disponível em: <http://www.scielosp.org/pdf/rpsp/v8n4/3550.pdf>. Acesso em 13 de dez./2006.

SGUISSARDI, Valdemar. Reforma Universitária no Brasil - 1995-2006: precária trajetória e incerto futuro. **Educação e Sociedade** v.27, n.96. Campinas, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302006000300018&lng=pt&nrm=&tlng=pt. Acesso em 31 de jan./2007.

SILVA Jr., João dos Reis; SGUISSARDI, Valdemar. **Novas Faces da Educação Superior no Brasil - reforma do Estado e mudanças na produção**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

SINAES - **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior** –. Bases para uma nova proposta de Avaliação da Educação Superior. Agosto 2003. MEC. Disponível em: <http://www.mec.gov.br/acs/pdf/sinaes>. Acesso em 21 de fev./2007.

TOSCHI, Mirza Seabra; RODRIGUES, Maria Emília de Castro. **Infovias e educação**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.29, n.2, p. 313-326, jul./dez. 2003. Disponível em: www.scielo.br/pdf. Acesso em 25 de jan./2007.

UNESCO - A Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. Paris de 21 de Outubro a 12 de Novembro de 1997. **Recomendação relativa à condição do pessoal docente do ensino superior**. Disponível em: <http://www.cpihts.com/PDF02/Recomendacao%20UNESCO.pdf>. Acesso em 14 de dez/2006.

UNIVAG – Centro Universitário. **Catálogo Eletrônico 2007**. Disponível em: <http://www.univag.com.br/>. Acesso em 17 de fev. /2007.

ZORZETTO, Ricardo. Pesquisa na graduação estimula novos cientistas. **UNIFESP – Jornal Paulista**. Ano 14 N°161. Novembro de 2001. Disponível em: <http://www.unifesp.br/comunicacao/jpta/ed161/espec1.htm>. Acesso em 11 de fev./2007.

ANEXOS

ANEXO 1**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Eu, _____, professor, aceito ser entrevistado pela pesquisadora Myrian T. M. de Arruda e Sá, mestranda do Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Educação da Universidade Católica Dom Bosco, para o projeto sob o título de “Expansão dos Centros Universitários no Brasil após a aprovação da LDB de 1996 – um estudo de caso do UNIVAG - Centro Universitário de Várzea Grande.”, orientado pela Profa. Dra. Mariluce Bittar. Tal pesquisa tem como objetivo analisar, por meio de um estudo de caso, o processo de criação do Centro Universitário de Várzea Grande – UNIVAG e sua relação com o movimento de expansão de Centros Universitários no Brasil e com as políticas públicas para a educação superior, pós LDB (Lei nº. 9.394/1996).

Fui esclarecido sobre os objetivos da pesquisa e aceito a divulgação das informações que forem autorizadas, com sigilo total do meu nome, embora possa ser identificado através de alguma característica contida no relato.

Várzea Grande, ____ de _____ de 2007.

Assinatura do participante da pesquisa

Myrian T. M. de A. e Sá
Pesquisadora do Projeto

ANEXO 2**RELAÇÃO DOS ENTREVISTADOS****ENTREVISTA Nº. 1 (EIXO II)**

Data/hora: 19/06/2006

Cargo que ocupa no UNIVAG: Professor e Coordenador de Ensino

Início das atividades no UNIVAG: Desde 1991

ENTREVISTA Nº. 2 (EIXO I)

Data/hora: 19/06/2006 às 16 h

Cargo que ocupa no UNIVAG: Assessora Acadêmica

Início das atividades no UNIVAG: Desde 1996

ENTREVISTA Nº. 3 (EIXO II)

Data/hora: 27/06/2006 às 16 h

Cargo que ocupa no UNIVAG: Gerente do GPA da Saúde

Início das atividades no UNIVAG: Desde 1998

ENTREVISTA Nº. 4 (EIXO II)

Data/hora: 3/07/2006 às 12 h

Cargo que ocupa no UNIVAG: Coordenador do Curso de Ciências Contábeis

Início das atividades no UNIVAG: Desde 1996

ENTREVISTA Nº. 5 (EIXO II)

Data/hora: 03/07/2006 às 15h30min

Cargo que ocupa no UNIVAG: Professor de Metodologia de Pesquisa dos cursos do GPA de Saúde

Início das atividades no UNIVAG: Desde 1998

ENTREVISTA Nº. 6 (EIXO II)

Data/hora: 18/07/2006 às 17h30min

Cargo que ocupa no UNIVAG: Coordenadora do Curso de Administração

Início das atividades no UNIVAG: Desde 1996

ENTREVISTA Nº. 7 (EIXO I)

Data/hora: 08/08/2006 às 14h30min

Cargo que ocupa no UNIVAG: Assessora Pedagógica

Início das atividades no UNIVAG: 1997

ENTREVISTA Nº. 8 (EIXO II)

Data/hora: 16/08/2006 às 19 h

Cargo que ocupa no UNIVAG: Professora do Curso de Administração

Início das atividades no UNIVAG: 1999

ENTREVISTA Nº. 9 (EIXO II)

Data/hora: 23/08/2006 às 18 h

Cargo que ocupa no UNIVAG: Professora de Direito

Início das atividades no UNIVAG: 1998

ANEXO 3

Universidade Católica Dom Bosco

Programa de Mestrado em Educação

Projeto: Expansão dos Centros Universitários no Brasil após a aprovação da LDB/1996 – um estudo de caso do UNIVAG – Centro Universitário de Várzea Grande.

Autora: Myrian T. M. de Arruda e Sá

Orientadora: Prof^a Dr^a. Mariluce Bittar

ROTEIRO DE ENTREVISTA

EIXO I (aplicado à reitoria)

- 01- Qual (ais) o (os) motivo (os) que incentivou (aram) a querer transformar esta Instituição de Ensino Superior de uma Faculdade para um Centro Universitário?
- 02- Com essa transformação, houve mudanças em relação à mantenedora?
- 03- A autonomia prevista pela Legislação aos Centros Universitários para criar, organizar e extinguir cursos e programas de educação superior, representando uma autonomia didático-científica é melhor de quando era Faculdade? E como e por quem ela é exercida?
- 04- Mesmo desobrigado da pesquisa, o UNIVAG faz pesquisa?
- 05- Qual foi a exigência do MEC mais difícil para atender a essa transformação?
- 06- Segundo a legislação, Centro Universitário é uma IES com ensino de excelência. Como o UNIVAG vê o ensino de excelência?
- 07- Das várias exigências para a transformação em Centro Universitário, uma delas é quanto à porcentagem de mestres e doutores. O UNIVAG atendeu a esse critério?
- 08- O UNIVAG está investindo na formação de mestres e doutores?
- 09- Qual a política de incentivo para essa formação?
- 10- O que mais mudou com essa transformação?

EIXO II (aplicado ao corpo docente)

- 01- O que mudou na transformação de Faculdade para Centro Universitário?
- 02- Há diferença por parte do poder decisório entre a antiga Faculdade e o Centro Universitário?
- 03- O UNIVAG apresenta uma estrutura colegiada de decisão para assuntos de natureza acadêmica?
- 04- Há participação de docentes nos colegiados?
- 05- Em relação às condições de trabalho, houve mudanças?
- 06- Está havendo maior estímulo para a qualificação dos professores após esta transformação?
- 07- Em relação ao ensino, houve mudanças nas exigências para os cursos de graduação?

- 08- Há atividade de pesquisa na Instituição? Qual?
- 09- Em sua opinião, qual o interesse da mantenedora em transformar o UNIVAG de Faculdade em Centro Universitário?
- 10- Os cursos do UNIVAG - Centro Universitário atendem as necessidades da comunidade?

ANEXO 4

Projetos de Pesquisa de Docentes em Capacitação com Apoio Institucional 2004 a 2007

Título da Pesquisa	M/D - Ano	GPA	CURSO	Instituição da Capacitação	Nome do Professor
Uso sustentável da biodiversidade brasileira: prospecção químico-farmacológico em plantas superiores.	Pós-Doutorado 2006/2007	Ciências Agrária e Biológica	Biologia	UNESP – Araraquara Instituto de Química	Cláudia Joseph Nehme
Taxonomia e Morfologia de Gastrópodes Terrestres de Áreas Cárstica e Serrana do Município de Nobres-MT.	Doutorado 2004/2005	Ciências Agrária e Biológica	Biologia	UFRJ-Zoologia	Elesbão Vitor da Silva Neto
Influência da Usina de Manso sobre a estrutura populacional e reprodução de peixes de interesse comercial do Rio Cuiabá, Pantanal Mato-Grossense.	Doutorado 2005/2006/2007	Ciências Agrária e Biológica	Biologia	UEMAT/UFSCAR-Educação Ambiental	Maria Teixeira Oliveira
Caracterização de fungos e microtoxinas em grão de milho (<i>zea mays L.</i>) submetidos a diferentes sistemas de armazenamento no estado de Mato Grosso	Doutorado 2005/2006/2007	Ciências Agrária e Biológica	Agronomia	UNICAMP - Faculdade de Engenharia Agrícola-Tecnologia Pós colheita de grão e sementes	Maria Paula Domeni Kalix
Saberes Tradicionais, sobrevivência e estratégia de conservação.	Doutorado 2005/2006/2007	Ciências Agrária e Biológica	Biologia	UEMAT/UFSCAR-Educação Ambiental	Maria Saete Ferraz Ferreira
Monitoramento da fauna flebotômica de infecção natural de <i>Leishmania Chagasi em Lutzomyia Longipapis</i> em Várzea Grande, Município de Mato Grosso.	Doutorado 2004/2005	Ciências Agrária e Biológica	Biologia	FIOCRUZ-Ciências da Saúde	Nancy Akemi Missawa
Avaliação da resistência e tolerância de genótipos de algodoeiro a <i>Pratylenchus</i>	Doutorado 2005/2006/2007	Ciências Agrária e Biológica	Agronomia	ESALQ-Departamento de Entomologia Fitopatologia e Zoologia Agrícola	Rosangela Aparecida da Silva
Variação espaço temporal na diversidade microbiana em amostra ambientais na Bacia do Rio Cuiabá-MT	Doutorado 2005/2006/2007	Ciências Agrária e Biológica	Biologia	UFRJ - Instituto de Microbiologia Prof. Paulo Casar Góes	Zorady Marques de Lima
A Língua Chiquitano falada no Brasil	Mestrado 2004/2005	Ciências Humanas	Pedagogia	Universidade Federal de Goiás - Estudos Linguísticos	Cavalcante Santana
	Doutorado 2005/2006	Ciências Humanas	Pedagogia	UNICAMP – Faculdade de Educação	Rute Cristina Domingos de Paulma
Análise de biocompatibilidade tecidual de três cimentos endodôntico	Doutorado 2005/2006	Ciências da Saúde	Odontologia	UNESP – Araçatuba – Faculdade de Odontologia - Periodontologia	Alex Semenoff Segundo
Implante subcutâneo de silicone – estudo histológico em ratos	Mestrado 2004/2005	Ciências da Saúde	Odontologia	UNESP – Araçatuba – Odontologia – Área de concentração Estomatologia	Diuriane Caroline Campos França
Uso da vitamina C em reimplante dentário tardio após remoção mecânica do ligamento periodontal – estudo macroscópico em ratos	Mestrado 2005/2006/2007	Ciências da Saúde	Odontologia	UNESP – Araçatuba – Faculdade de Odontologia – Clínica Integrada	Márcia Regina Negri

Expansão dos Centros Universitários no Brasil após LDB/1996 – um estudo de caso do UNIVAG Centro Universitário de Várzea Grande	Mestrado 2005/2006	Ciências da Saúde	Fisioterapia	UCDB – Educação Escolar e Formação de Professores	Myrian Tereza Maciel de Arruda e Sá
Avaliação histológica da biocompatibilidade do polímetro derivado da mamona, após fratura dos ossos nasais. Estado experimental em macacos prego (<i>cebus apella</i>)	Doutorado 2005/2006/2007	Ciências da Saúde	Odontologia	Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo - Otorrinolaringologia	Paulo César de Jesus Dias
Razão sensível: uma proposta teórica para formação em saúde	Doutorado 2005	Ciências da Saúde	Enfermagem	Université René Descartes, Paris V - Sorbonne	Priscila Nades Paise
Processo de construção e avaliação do projeto político pedagógico do curso de fisioterapia do Centro Universitário de Várzea Grande – UNIVAG 2001/2005	Mestrado 2005/2006	Ciências da Saúde	Fisioterapia	UCDB – Educação Escolar e Formação de Professores	Suseli de Freitas Pinheiro
Avaliação do Padrão respiratório durante fadiga respiratória induzida por carga resistida inspiratória	Mestrado 2004/2005	Ciências da Saúde	Fisioterapia	Centro Universitário Triangulo - UNIT	Walkiria Shimoya
	Mestrado 2004/2005/2006	Ciências Sociais Aplicado	Contabilidade	USP-FUCAPE – Contabilidade e Controladoria	João Santana Proença

Fonte: UNIVAG - Gerente Gestão de Pessoas – 2004 a 2007.

ANEXO 5

Fotos da infra-estrutura







Biblioteca

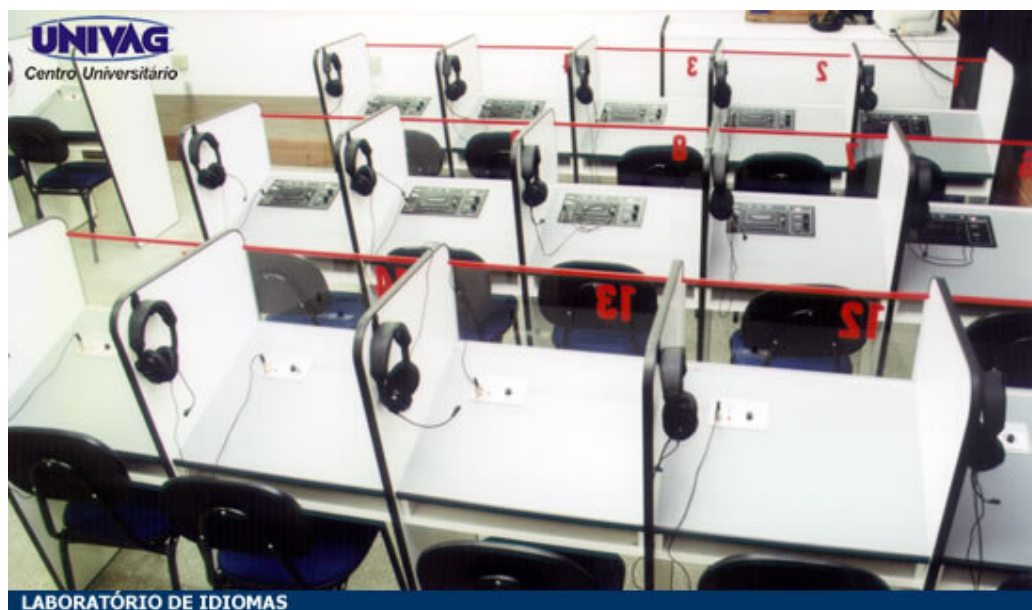
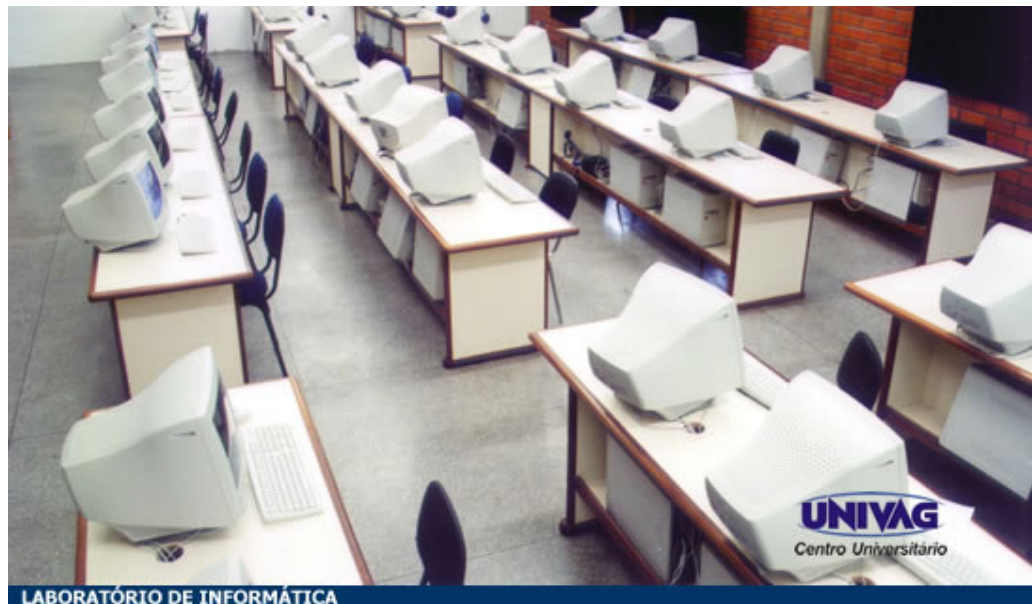
ANEXO 6

Fotos das Clínicas Integradas



ANEXO 7

Fotos dos Laboratórios de Linguagens



ANEXO 8

Fotos da Feira de Leitura e Mostra de Cursos





ANEXO 9

Fotos das Produções na Varanda.

